

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Processo organizativo em assentamentos rurais: Um
olhar sobre a Fazenda Pirituba

CYRA MALTA OLEGÁRIO DA COSTA

Campinas – São Paulo

2001

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

C823p	Costa, Cyra Malta Olegário da Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a fazenda Pirituba / Cyra Malta Olegário da Costa. --Campinas, SP: [s.n.], 2001. Orientador: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. 1. Cooperativismo. 2. Assentamentos humanos. 3. Reforma agrária. 4. Produção agrícola - Organização. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.
-------	---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Processo organizativo em assentamentos rurais: Um
olhar sobre a Fazenda Pirituba

Dissertação apresentada à faculdade
de Engenharia Agrícola, como parte
dos requisitos necessários para a
obtenção do título de Mestre em
Engenharia Agrícola, área de
concentração Planejamento e
Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a. Sônia Maria
Pessoa Pereira Bergamasco

CAMPINAS - SP

2001



Figura 1. Foto da creche na área 5



Figura 2. Agrovila área 5

Los nadies

(Eduardo Galeano)

*Sueñan las pulgas con comprarse un perro
y sueñan los nadies con salir de pobres,
que algún mágico día
llueva de pronto la buena suerte,
que llueva a cántaros la buena suerte.
Pero la buena suerte no llueve ayer,
ni hoy, ni mañana, ni nunca,
ni en llovizna cae del cielo la buena suerte
por mucho que los nadies la llamen
y aunque les pique la mano izquierda,
o se levanten con el pie derecho,
o enpiecemos el año cambiando de escoba.
Los nadies: los hijos de nadie,
los dueños de nada.
Los nadies: los ningunos,
los ninguneados,
corriendo la liebre,
muriendo la vida
jodidos, rejodidos.
Que no son, aunque sean.
Que no hablan idiomas, sino dialectos.
Que no profesan religiones, sino supersticiones.
Que no hacen arte, sino artesanía.
Que no practican cultura, sino folklore.
Que no son seres humanos, sino recursos humanos.
Que no tiene cara, sino brazos.
Que no tiene nombre, sino número.
Que no figuran en la historia universal,
sino en la crónica roja
de la prensa local.
Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata*

*Dedico a todos os que partilham desta
caminhada e em especial a meu filho*

AGRADECIMENTOS

A necessidade de uma reflexão teórica, após vivenciar o desafio de ser agrônoma junto ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra, foi o impulso para esses dois anos de estudos. Nesta caminhada contamos com o apoio de inúmeras pessoas, as quais sinceramente agradeço.

Aos 'Sem Terra', responsáveis pela inspiração contida neste trabalho, pois como dizia o poeta "há aqueles que lutam por toda a vida e estes são imprescindíveis" (Bertold Brecht).

Aos meus pais pelo apoio material e espiritual e, em especial, pelos cuidados dispensados a meu filho Acauã todas as vezes que foram necessárias, tornando possíveis e menos preocupantes minhas idas e vindas.

A Profa. Sonia Bergamasco, cujo apoio ao projeto foi muito importante.

Aos companheiros de curso, pelas discussões e cervejadas da vida.

Agradeço especialmente ao Aníbal, Débora, Caio e Márcia, cuja ajuda foi fundamental para a realização do trabalho de campo.

À fundação ITESP pela atenção e fornecimento dos materiais solicitados.

Ao CNPq pela bolsa de estudos durante este último ano de mestrado.

A CPG/FEAGRI pelo apoio financeiro à pesquisa de campo.

RESUMO

Durante a década de 80 vários assentamentos rurais foram criados como resultado das pressões dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra e das políticas públicas adotadas pelos governos nas esferas federal e estadual. Os assentamentos rurais têm se apresentado como um grande laboratório no campo da construção de identidades e de visualização de relações já consolidadas na sociedade. A avaliação do desempenho do assentamento é prejudicada quando consideramos somente os aspectos econômicos e não visualizamos os aspectos referentes a identidade, a história e a origem das pessoas que se tornam assentados. Entendemos que as práticas sociais freqüentemente contribuem para o melhor desempenho do assentamento e que comumente as formas sociais expressas na produção fundamentam-se nas trajetórias das pessoas e do grupo social. Esta pesquisa é uma contribuição para a compreensão das relações sociais que se estabelecem no âmbito do processo de organização da produção agrícola nos assentamentos rurais através da participação dos atores envolvidos. Os resultados obtidos apontam para a influência de fatores subjetivos, como as aspirações e desejos; e de fatores objetivos como capital e trabalho no processo de organização da produção no assentamento. Também constatamos que o processo de aprendizagem com a luta pela terra e o desenvolvimento da cooperação agrícola deixam marcas profundas e contribuem para a formação do capital social no assentamento.

SUMMARY

Several rural settlements were developed during the 80's as result of rural labors' pressure and ensuing from the policies adopted by the state and federal governments. The rural settlements had become a great laboratory in the identity construction field and also to visualize consolidated relations among society. The settlements evaluations are in prejudice when only economic aspects are considered despite the aspects related to the identity, history and origin of the people that become settlers. We understand that the social practices frequently contribute to the better development of the settlement and that commonly the social forms expressed on production systems are based on individual or social group life paths. This research is an attempt to contribute for the understanding of the social relations that are involved on the rural settlement agriculture production process shared with the social actors involved. The results point out for the influence of subjective factors as desires and aspiration and to objective factors as capital and labor on the production organization process. Also was possible to see that the apprenticeship within the land fight process and the agriculture co-operation development process leaves deep marks and contributes on the build of social capital at the settlement.

LISTA DE SIGLAS

APRONOR - Associação dos Pequenos Agricultores da Nova Reunidas.

CCA/SP - Cooperativa DE Produção agropecuária do estado de São Paulo.

COAPRI – Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e dos Pequenos Produtores de Itapeva e Itaberá.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

COPADEC – Cooperativa de Produção Agropecuária “Derli Cardoso”.

COPAJOTA - Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares”.

COPANOSSA Cooperativa de Produção Agropecuária “Nossa Senhora Aparecida”.

COPAVA - Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó aparecida”.

COPROCOL – Cooperativa de Produção Agropecuária Coletiva.

CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária.

FEAP - Financiamento para Expansão da Agropecuária e da Pesca.

INCRA -Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INOCAR – Instituto de Orientação, Capacitação e Assessoria Rural.

ITESP Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”.

LOC - Laboratório Organizacional de Campo.

MAI – Movimento dos Assentados Independentes.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UnB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1. Distribuição dos questionários aplicados aos ‘sociais’ e ‘individuais’ por área no assentamento Pirituba II, 2000	36
TABELA 2. Caracterização do Projeto Pirituba II quanto ao número de famílias, área ocupada, data de início e localização, 1998/99	67
TABELA 3. Caracterização Geral do Projeto Pirituba II quanto a distribuição de lotes e ocupação das áreas, 1998/99.	69
TABELA 4. Distribuição da área de cultivo no Projeto Pirituba II (%), 1998/99	70
TABELA 5. Número de participantes nas formas sociais em relação ao total de assentados por área (%), 1998/99	78
TABELA 6. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a experiência de trabalho anterior ao assentamento (%),2000	81
TABELA 7. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a faixa etária (%),2000	84
TABELA 8. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a escolaridade (%),2000	84

LISTA DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1. Foto da Creche na área 5	iv
FIGURA 2. Agrovila da área 5	iv
FIGURA 3. Croqui da Pirituba	43
FIGURA 4. Agrovila área 3	54
FIGURA 5. Agrovila área 4	58
FIGURA 6. Grupo de mulheres na área 5	61
FIGURA 7. Agrovila área 6	63
FIGURA 8. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a posse de máquinas e implementos agrícolas, 2000	71
FIGURA 9. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a ser locador de máquinas e implementos, 2000	72
FIGURA 10. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto ser locatário de máquinas e implementos, 2000	73
FIGURA 11. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a prática de consórcio de culturas, 2000	74
FIGURA 12. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto ao uso de insumos, 2000	75
FIGURA 13. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a prática de controle de insetos, 2000	76
FIGURA 14. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a organização do trabalho, 2000	77
FIGURA 15. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo contratação de serviço de terceiros, 2000	77

FIGURA 16. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo investimentos realizados até o momento, 2000	80
FIGURA 17. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo experiência anterior ao assentamento(%), 1998/99	82
FIGURA 18. Distribuição dos assentados da Pirituba, que participaram da pesquisa, segundo a experiência de trabalho anterior ao assentamento, 2000	83
FIGURA 19. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo faixa etária, 2000	85
FIGURA 20. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo escolaridade, 2000	85
FIGURA 21. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo faixa etária (%), 2000	86
FIGURA 22. Distribuição dos Assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a escolarização, 2000	87
FIGURA 23. Distribuição dos assentados da Pirituba que participaram da pesquisa segundo os tipos de exploração, 2000	89
FIGURA 24. Distribuição dos assentados ‘sociais’ quanto aos motivos que levam a adoção desta forma de organizar a produção, 2000	90
FIGURA 25. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo outras fontes de renda, 2000	91
FIGURA 26. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo atividades de lazer, 2000	92
FIGURA 27. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a sindicalização, 2000	94
FIGURA 28. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a experiência de participação, 2000	96
FIGURA 29. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a percepção da contribuição da assistência técnica no processo de organização da produção, 2000	98

FIGURA 30. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a percepção sobre a qualidade do serviço de assistência técnica, 2000	99
FIGURA 31. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a percepção da frequência das visitas da assistência técnica, 2000	100
FIGURA 32. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo sua opinião sobre o que esperavam da luta e conquista da terra, 2000	103
FIGURA 33. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo as aspirações sobre a profissão dos filhos (as), 2000	104
FIGURA 34. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo as aspirações sobre o futuro dos filhos(as), 2000	104
FIGURA 35. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a opinião sobre a semelhança entre as aspirações dos pais e dos filhos, 2000	105
FIGURA 36. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a opinião sobre as causas das semelhanças e divergências entre as aspirações de pais e filhos, 2000	106
FIGURA 37. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a opinião sobre os filhos(as) casados(as), 2000	107
FIGURA 38. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a opinião sobre o que é importante para cooperar, 2000	108

SUMÁRIO

	Páginas
RESUMO	viii
SUMMARY	ix
LISTA SIGLAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
I. INTRODUÇÃO	1
II. ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO	8
1. Assentamentos Rurais: sonho e realidade	8
2. Cooperação: imposição necessária ou estratégia de assentamento?	19
III. CAMINHOS TRILHADOS	34
1. Uma imagem física da Pirituba.	37
2. Um pouco de história.	38
IV. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA PIRITUBA II	44
V. DIALOGANDO COM OS DADOS.	68
1. Um diálogo em particular com os ‘sociais’	96
2. Algumas aspirações e desejos na comunidade	102
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
VII. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

I. INTRODUÇÃO

O despertar para a temática desenvolvida neste trabalho relaciona-se com dois anos de trabalho dedicados a CCA/SP. Atuamos com a organização da produção nas áreas de assentamentos rurais o que nos levou a indagar quais os caminhos que conduzem ao êxito na adoção de uma determinada forma de cooperação agrícola, ou seja, porque em alguns locais as associações, cooperativas, grupos informais dão certo e em outros não.

A vivência mostrou a necessidade de estudar: quais fatores sócio-organizacionais garantem a consolidação das diferentes formas de cooperação na produção? Quais são os aspectos que levam ao desenvolvimento da cooperação, nos seus diferentes níveis, em assentamentos de reforma agrária? Notamos que pode haver relação entre a origem das famílias, sua participação no processo de luta pela terra e a capacidade de se organizar no assentamento. Percebemos que, de alguma forma, os seguintes aspectos influenciam: a) o *nível de formação política* oriunda do processo de aprendizado durante a vida do assentado e, em especial durante a fase de ocupação, que contribuem para a sua compreensão de mundo; b) o grau de democracia/participação que existe na tomada de decisão, ou seja, o *método de gestão*; c) as aspirações e desejos dos indivíduos e dos grupos; e d) a ação das ONGs, movimentos sociais, movimentos sindicais, partidos políticos, igreja e governo.

Com a idéia de responder as indagações acima e analisar os aspectos referidos realizamos um estudo do projeto de assentamento da Fazenda Pirituba, na região de Itapeva/SP, no que se refere ao processo organizativo da produção

agrícola, buscando uma maior compreensão dos fatores que influem no arranjo atual. O que é atrativo neste projeto de assentamento é o fato de apresentar seis (6) áreas constituídas em diferentes momentos, a partir de 1984, contando hoje com diferentes níveis de organização da produção e influencia dos diferentes atores sociais como sindicatos, movimentos sociais, ONGs e governo.

Nas áreas de assentamento há diferentes formas de organização da produção que abrange desde a produção familiar mais individualizada até processos mais coletivizados, sendo que isto se relaciona com a estratégia para garantir o êxito do processo produtivo, que depende de recursos técnicos e financeiros, muitas vezes de difícil conquista isoladamente, demandando então formas associadas ou cooperadas para viabilizar o processo produtivo. Estas iniciativas recebem apoio de diferentes agentes tais como os apresentados acima.

Encontramos inúmeras combinações específicas entre o modelo mais individualizado familiar e aqueles totalmente coletivizados e, entre as práticas sociais mais comuns encontramos mutirões, associativismo e cooperativismo. O *mutirão* é uma prática antiga comum entre os agricultores familiares em muitos países, os quais recorrem a esta estratégia, principalmente, para atividades intensivas no uso de mão-de-obra, e são realizadas com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos. Outra prática bastante comum é a “troca de dias” que acaba por beneficiar a todos quando se trata de tarefas altamente demandantes de trabalho e pouca disponibilidade de tempo para realização, como por exemplo, a atividade de colheita. O *associativismo* tende a aparecer quando se necessita formalizar as relações de um grupo, que muitas vezes já participava de mutirões ou “troca de dias”. Isto, freqüentemente, no sentido de se obter

crédito/financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. Nesses casos, a associação é registrada em cartório como sociedade civil sem fins lucrativos, com estatuto, diretoria eleita e outras prescrições. As associações facilitam a intermediação entre os assentados e instituições, no âmbito público e privado, relacionadas com a produção agropecuária. O *cooperativismo* pode representar um ganho de escala na produção das associações. As cooperativas são empresas que podem realizar atividades comerciais mais amplas que as associações, cujo caráter é prioritariamente civil e representativo.

As formas apresentadas acima fazem parte da história da cooperação agrícola dentro do MST, o qual estimula em sua base o desenvolvimento da cooperação agrícola. A CPA é o resultado das discussões e do processo de aprofundamento teórico por parte do MST, que buscou conhecer diferentes formas de cooperação agrícola em âmbito internacional e nacional. Nessa cooperativa o trabalho é realizado em conjunto e a terra de cada família é incorporada ao patrimônio da empresa. A idéia básica é garantir a eficiência econômica estimulando um bom aproveitamento da mão-de-obra, através da divisão do trabalho, da especialização e capacitação técnica e educacional de seus integrantes (MST,1993).

Entendemos que as práticas sociais contribuem freqüentemente para o melhor desempenho dos assentados, sendo que a forma da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo (BERGAMASCO e NORDER, 1996a).

Partimos do pressuposto que, anterior a existência do assentamento, houve um processo de organização prévia para a conquista da terra, que contou com a

contribuição histórica de cada indivíduo. O assentamento é resultado de um longo processo de lutas travadas na sociedade e sua consolidação representa conjunturalmente apenas o início dos conflitos locais, resultado da inserção e desenvolvimento desta comunidade na região.

Nem sempre a melhor forma de se pensar o social é através da unidade, mas a diferenciação e a posição relativa dos agentes pode levar a uma melhor compreensão do que gera e conduz a mudanças (NEVES,1997). É importante notar que as comunidades se modificam no tempo e no espaço a partir das mudanças que ocorrem na sociedade a qual esta inserida, conforme evidenciado pelo trabalho de WOORTMANN (1992), com comunidades pesqueiras do Nordeste brasileiro. Este trabalho mostra como os cercamentos de terras afetaram toda a dinâmica de organização produtiva e, conseqüentemente, as relações de gênero na comunidade.

É importante considerar que existe uma história de vida das famílias assentadas que irá contribuir para o processo organizativo tanto no período de ocupação como depois de assentadas. Segundo ZIMMERMANN (1989), o processo organizativo sofre influência da biografia das famílias, da origem étnica, da localização da propriedade, da disponibilidade de recursos, e da ação de atores externos à comunidade (igreja, ONGs, Movimentos sociais, órgãos públicos).

NAVARRO (1997) apresenta o argumento de que as formas solidárias de cooperação são requisitos essenciais para o sucesso do assentamento. E que uma condução pouco democrática que não leva em conta as reivindicações e a história das famílias, sem dúvida caminhará para o conflito e levará a algum tipo

de mudança. O caso da COPAJOTA¹, no assentamento Fazenda Reunidas (Promissão/SP), é um exemplo, pois diante do conflito estabelecido em função da forma de remuneração do trabalho, a cooperativa se divide dando origem a uma nova associação, a APRONOR, que responde melhor ao anseio do grupo dissidente da COPAJOTA. (BERGAMASCO e NORDER, 1996a).

STÉDILE (apud PINASSI, 1998:13), argumenta sobre a importância da cooperação na produção agrícola, afirmando que:

“...com base em nossa experiência de 18 anos, que já temos assentamentos e da experiência de outros lugares de que somente é possível avançar, melhorar a renda, se houver estímulo à cooperação agrícola. Ou seja, o companheiro pode até receber o lote individual, ter sua terra, mas para organizar a produção é necessário ir desenvolvendo a cooperação agrícola. E o segredo da cooperação agrícola é que podemos estimulá-la, jamais impor.”

Nesse sentido foram realizados LOCs (MST,1986), sobre os quais trataremos mais detalhadamente no transcorrer do texto.

É interessante notar que o processo organizativo não é homogêneo, que é permeado por disputas internas ao assentamento em seu processo de consolidação e organização espacial. Que sofre influência das políticas públicas de modo a alterar a dinâmica da cooperação agrícola como, por exemplo, é o caso do PROCERA - teto 2, que foi a linha de crédito direcionada aos assentados organizados em cooperativas servindo de catalisador no processo de constituição de cooperativas e associações. Mas a garantia de sucesso na cooperação agrícola e de continuidade das associações/cooperativas não esta relacionada

¹ Esta foi modelo de cooperativa coletiva em capital e trabalho, mas com o tempo houve uma reversão da coletivização.

apenas com a possibilidade de êxito econômico, mas sofre influência de fatores sociais, que muitas vezes podem ser preponderantes. Isso não diminui a função do crédito, que é fundamental para cooperativas de produção na atual ordem econômica, mas mostra seus limites (CHRISTOFFOLI, 2000).

O processo que antecede a constituição do assentamento é um termômetro para o que acontecerá num momento posterior. No processo de ocupação ocorre todo um exacerbar dos aspectos solidários em questões organizativas como a constituição de hortas comunitárias, divisão de tarefas, etc. Entretanto, não necessariamente, na constituição do assentamento esses aspectos serão mantidos, existindo aí um tipo de vácuo entre o aprendizado político oriundo da luta pela terra e a continuidade no processo de formação quando da conquista da terra, sendo que este vácuo será tanto maior quanto menor for o tempo experimentado de acampamento.

STÉDILE (apud PINASSI, 1998) ressalta alguns princípios organizativos que garantem a continuidade da luta pela reforma agrária que, a seu ver, não termina com a conquista da terra como, por exemplo, a direção colegiada, a divisão de tarefas, a disciplina, a vinculação permanente com as bases e a prática de novos valores, tais como, a solidariedade e a unidade de ação. Segundo o autor, é a autonomia política que garante a conquista dos direitos.

Notamos que existe uma relação entre o aprendizado político oriundo das lutas e as formas adotadas para a organização do assentamento, que podem ou não ser acolhidas pelos assentados. Isto ocorre muito provavelmente em função das disputas de projetos entre os diferentes atores presentes no processo posterior de constituição do assentamento.

Sendo a cooperativa uma forma de resistência para permanência na terra e para organização dos trabalhadores, é interessante que se estude os processos organizativos da produção, ou seja, quais os fatores que garantem o êxito da cooperação, compreendendo a origem dos conflitos e dinamizando as perspectivas de desenvolvimento local.

Diante dessas considerações, procuramos detectar, através do estudo da Fazenda Pirituba, quais são os elementos que contribuem positiva ou negativamente para a implantação e consolidação dos processos organizativos em assentamentos rurais.

Para alcançar este objetivo utilizamos dois instrumentos metodológicos: o questionário e a entrevista, que foram aplicados proporcionalmente nas diferentes áreas da Fazenda Pirituba.

Na estruturação deste trabalho, fazemos primeiramente algumas reflexões sobre dois temas que permeiam o estudo: assentamentos rurais e cooperação. A seguir apresentamos os caminhos trilhados ressaltando um pouco a história da gênese da Fazenda que foi posteriormente motivo de implantação das áreas de assentamentos. O processo de implantação e organização da produção na Fazenda Pirituba compõe o capítulo seguinte. Finalmente, antes das considerações finais tentamos dialogar com os dados no sentido de buscar respostas para nossos questionamentos.

II. ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Assentamentos rurais: sonho e realidade (terra para quem nela trabalha)

*“Penso, então, que é essa mistura de fantasia e convicção sobre o que viria a ser a vida pessoal e familiar, depois da conquista da terra que explica a descrição dos desempregados e subempregados urbanos que se arriscaram a participar de uma reunião cercada de mil segredos; que desvenda a coragem dos agricultores que entraram em um caminhão de madrugada para ocupar uma fazenda; e que penetra no âmago da tolerância de um pai de família, que passou meses sob uma lona preta, desconfortavelmente agasalhado, com outras tantas pessoas. Sonho! Certeza! Projeto!”
(PESSOA, 1999:309)*

Durante todo processo de luta e conquista da terra, as pessoas aprendem a se organizar, a se conhecer, trabalhando junto na construção de um projeto (PESSOA, 1999). Está presente em todo esse processo o caráter educativo, voltado para a transformação da sociedade. (CONCRAB, 1999a; MEDEIROS, 2000)

Os assentamentos são unidades territoriais onde ocorre uma reorganização das relações sociais permitindo uma visualização de fatores já naturalizados na vida social. É uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns (NEVES, 1999). Seu processo é bastante complexo e a atenção na construção de caminhos metodológicos e analíticos são fundamentais para sua compreensão. “O processo de assentamento como situação empírica permite tantos olhares quanto forem desejados”, conforme assinala NEVES (1999). E se constituem num *locus* para o

estudo das dinâmicas agrárias, com vistas ao desenvolvimento considerando a ação do estado e dos atores locais (BERGAMASCO et al, 1997)

Historicamente podemos dizer que os assentamentos rurais surgem a partir das lutas dos trabalhadores rurais e definimos “como sendo a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO e NORDER, 1996b:07). É possível classificar os Projetos de Assentamento (PA) em 5 tipos de acordo com sua origem, ou seja:

- a) Colonização de áreas devolutas e expansão de fronteiras agrícolas;
- b) Reassentamento das populações atingidas por barragens;
- c) Planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;
- d) Programas de reforma agrária via desapropriação por interesse social; e
- e) Criação de reservas extrativistas.

Genericamente há duas visões históricas quanto ao papel dos assentamentos rurais no Brasil, ou seja, como uma política social reguladora de conflitos sociais e uma outra visão que apresenta os assentamentos como parte de uma política de desenvolvimento sócio-econômica (ABRAMOVAY, 2000, BARBOSA, 1994), dinamizando economias locais (MEDEIROS et. al., 2000), sendo que o potencial a partir desta segunda visão é muito mais rico quando se pensa as estratégias para o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, observamos como, para avaliação da reforma agrária e perspectivas da estruturação fundiária no Brasil, os projetos de assentamento são estratégicos (BERGAMASCO e NORDER, 1996b) e se configuram como “laboratórios sociais”

justamente por terem raízes em situações de ruptura e luta (PAULILO, 1994). Durante o processo de luta, no acampamento, há uma homogeneização dos interesses que garantem a mobilização para conquista da terra, e no assentamento se diluem, iniciando um processo de diferenciação, em função da busca de estratégias que garantam a produção e reprodução dos assentados (ZIMMERMANN, 1989).

Segundo MARTINS (1997:183) “a reforma agrária é a condição para a modernização do Brasil, não só porque desobstrui os caminhos da transformação do país num país moderno, mas também porque tem a possibilidade de abrir um novo campo de atividade profissional. *Desagrarizar* a questão agrária é fundamental para que as atividades rurais possam ser encaradas como profissão, como qualquer profissão moderna”. Está aí a chave para se entender a importância dos assentamentos como uma política de inclusão sócio-econômica dentro de um projeto de desenvolvimento da sociedade. Como exemplo, temos os *Kibutz* em Israel, onde a atividade produtiva se desenvolve independente da origem da pessoa, a qual passará por um processo de ressocialização dentro de uma nova perspectiva de vida e trabalho, que constituem um exemplo de assentamento rural humano dentro da estratégia de um país.

É comum a argumentação que a base familiar na produção agrícola sempre esteve associada, nos países centrais, às estratégias de desenvolvimento econômico e de ampliação do mercado de consumo interno. Conforme o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER (1997), a agricultura é um dos agentes de desenvolvimento local, pois basta um pequeno incentivo à agricultura para que os demais setores se desenvolvam. No caso dos assentamentos

podemos perceber claramente que o acesso ao PROCERA por parte dos assentados trouxe benefícios aos municípios os quais pertenciam os assentamentos, principalmente no setor comercial. Claro que o grau deste impacto está relacionado com as dimensões do assentamento em relação ao município, mas é significativo considerar este aspecto já que uma boa parte dos assentamentos estão localizados em pequenos municípios (MEDEIROS, 2000).

O relatório da Food and Agriculture Organization - FAO (1992), que apresenta os principais indicadores sócio-econômicos em assentamentos rurais, conclui que a política de assentamento mostrou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem ao campo. E que os assentamentos apresentam uma renda média de 3,7 salários mínimos (s. m.) no Brasil (na região sudeste é de 4,13 s.m.), e afirma ser esta renda é superior a de qualquer outra categoria de trabalhador rural. Mostra que, além de colaborar na produção de alimentos, os assentamentos também foram eficientes em desenvolver a agricultura comercial. Sugere que se deve promover o agrupamento de agricultores para a comercialização de seus produtos de modo mais eficiente, bem como investir na infra-estrutura necessária, considerando que uma intervenção precisa neste setor pode ser capaz de internalizar 50% de renda nos assentamentos (perda média na comercialização), sem alterar a estrutura produtiva atual. Faz sugestões quanto a assistência técnica e uso dos recursos disponíveis, respeitando o meio ambiente. Diagnostica que o PROCERA foi eficiente para promover a capitalização dos assentados. Enfim, apresenta os assentamentos como resultado positivo da política de reforma agrária, a conta gotas, desenvolvida pelo país até o momento.

Em outro relatório BITTENCOURT et. al. (1998), em trabalho para o convênio FAO/INCRA, apresenta os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos, ressaltando que esses fatores não atuam isoladamente, ocorrendo arranjos múltiplos que somados fazem com que os assentamentos tenham maior ou menor êxito quanto ao seu desenvolvimento. Entre esses fatores está o meio físico, ou seja, a disponibilidade de água, a qualidade dos solos, o relevo, e a quantidade e distribuição das chuvas. Outro fator estudado foi o assentado, quanto a sua história de vida, sua experiência de trabalho e o processo de acesso a terra. Este fator é fundamental para a organização produtiva, pois esta potencializa a capacidade de superação das limitações de cada um. O processo de luta pela terra, influencia a organização dos assentados em diferentes esferas, como a política e a produtiva, pois nos locais onde houve ocupação os assentados têm melhor relação entre si e com as instituições. O contexto sócio econômico do entorno do assentamento é importante, pois a região que possui dinâmica econômica, seja no setor agropecuário ou com um mercado consumidor presente, beneficiam os assentados. A infraestrutura básica e os serviços sociais como estradas, disponibilidade de água, acesso a energia elétrica, educação, habitação e saúde, são aspectos que também influem no desempenho do assentamento. Os sistemas de produção agropecuários e a infraestrutura produtiva são mais um diferencial de desempenho. A organização e estruturas produtivas apresentam uma relação entre si interessante, pois o relatório salienta que os assentamentos menos desenvolvidos não apresentavam nenhuma forma organizativa de produção. O crédito rural é um outro elemento diferenciador entre os assentamentos, assim

como a assistência técnica. A organização política e as relações institucionais, os projetos de assentamento com maior grau de organização apresentam melhores respostas às intervenções institucionais. A renda agrícola e monetária é maior nos assentamentos mais desenvolvidos. O principal ponto deste estudo da FAO é que mostra alguns fatores limitantes que podem ser superados pela capacidade organizativa da comunidade assentada, ou seja, pelo seu capital social (PUTNAM, 1996).

É interessante visualizar como os assentamentos afetam a dinâmica local, a partir da sua capacidade organizativa, e como se consegue o apoio de toda a comunidade local que se modifica com a constituição do assentamento (MEDEIROS et. al., 2000; PAULA et. al., 2000).

Assim percebemos que conforme o enfoque adotado pelo planejador, teremos como resultado diferentes políticas públicas, que se refletirão nos assentamentos de reforma agrária produzindo diferentes efeitos nos processos organizativos internos e nas relações externas ao assentamento.

O desenho de políticas públicas para o desenvolvimento rural se faz a partir do conhecimento local e das necessidades futuras regionais, dentro do contexto histórico do País e de sua proposta de desenvolvimento.

É importante para isso não considerar os assentamentos como sendo somente um resultado econômico, conforme crítica apresentada no I Censo dos assentamentos (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998), pois existem aspectos não captados pelos números que são importantes e que identificam os assentamentos como potencializadores e fundadores de cidadania.

Ao pensarmos em assentamentos, torna-se necessário analisarmos as estratégias políticas que são delineadas pelo MST. Este tem um projeto (CONCRAB, 1999a) sobre como deve ser o assentamento para lograr os intentos de transformação da sociedade. E este projeto se constrói num processo dinâmico de um eterno “aprender fazendo”, pois no movimento se educa em movimento (CALDART, 1997). Para o presente estudo, conhecer o projeto do MST para os assentamentos é fundamental, pois ilumina os processos que ocorrem na Pirituba, que tem influência marcante do Movimento.

O MST faz uma autocrítica na forma como inicialmente conduziu o processo de organização dos assentamentos, pois deixava que as necessidades mais imediatas determinassem o processo organizacional. A tendência deste processo foi de enfatizar a dimensão econômica, tendência que pode ser modificada pela ênfase social, que pode possibilitar mudança na consciência social, advinda do convívio e da participação.

A proposta de organização da comunidade considera vários aspectos, pois a consciência social depende deste ambiente. Quanto a moradia sugere duas formas básicas de organização que são as agrovilas, que diz respeito as famílias que organizam seu trabalho de forma coletiva e os núcleos familiares, para as que trabalham de forma individual, procurando organizá-las para que suas casas se situem o mais próximas umas das outras propiciando um maior contato entre elas. E não basta as famílias estarem próximas é preciso também garantir espaços de convívio social, para que se desenvolvam atividades que permitam uma maior aproximação entre as famílias, como área comunitária ou centro recreativo, enfim, um local onde as pessoas possam se reunir para decisões, para comemorar e

para se divertir. É proposto que nos núcleos familiares e agrovilas, tenha parque infantil, farmácia local, serviço de som ou rádio comunitária, além da infraestrutura básica como água, luz, posto de saúde, posto telefônico e boas estradas.

No que se refere a escolas no assentamento, recomenda-se garantir pelo menos o ensino fundamental com biblioteca, garantia de educação de jovens e adultos, supletivo do ensino fundamental, as cirandas infantis (creche), além de se discutir e rever os nomes das escolas como parte da identidade do MST. Mas tudo isso tem como referência os princípios pedagógicos do movimento que reconhece que a pedagogia formadora dos sujeitos sociais não cabe numa escola, pois se relaciona com o movimento da vida, ou seja, “cada Sem Terra aprende a ser Sem Terra do seu jeito” (CONCRAB, 1999a:7). Para as atividades culturais, esportivas e de lazer também é proposto um conjunto de atividades que propiciem o convívio social, lembrando a importância de resgatar as festas culturais, aniversários e comemorações de datas históricas para o assentamento e para o movimento, e confraternizar em conjunto o natal. Aspectos como saúde, revendo os hábitos de higiene, e também ressaltando a importância da medicina preventiva e até recomendações com relação a hábitos alimentares fazem parte das preocupações do projeto. A estética no assentamento aparece como um elemento a ser tratado com mais atenção, é o chamado “embelezamento”. É sugerido que se trabalhe a mensagem ideológica, ressaltando para este fim o papel da mística (designação dada pelo movimento para a emulação de seus símbolos). Apresenta o núcleo de base como a unidade de organização do assentamento e do MST, e considera que no cotidiano real acontecerá uma sobreposição entre o núcleo de produção e o núcleo de base, mas que não necessariamente um negará o caráter do outro.

Nos núcleos a democracia é direta, onde a participação de todos é garantida, ou seja, jovens e adultos. E entende-se que “participação democrática pressupõe a homogenização das informações entre todos os participantes do núcleo, a capacidade de estudo e reflexão sobre as questões a serem tratadas e tempos diferentes entre as pessoas para a reflexão pessoal” (CONCRAB,1999a:16). Além dos grupos poderão ser criadas equipes que terão como objetivo desempenhar ações operativas.

Para apresentar as linhas estratégicas do Movimento, vários são os métodos de discussão e de conscientização, isto é, as brigadas de trabalho, as rodadas para informar e preparar ações de massa, os FIP's (Curso de Formação Integrado na Produção), e as campanhas.

A organização econômica do assentamento não deve ser deixada em segundo plano, pois é nesse plano que se dá a reprodução familiar. Deve-se combinar o processo de organização social com a organização da produção, sempre procurando o crescimento da consciência social e a melhoria das condições de vida. Para tal é necessário organizar a cooperação, estimular que esta ocorra em algum nível na produção e no social. Outro ponto crucial é a produção de subsistência, que garante a autonomia do assentamento: o princípio é se sustentar com a produção do assentamento. Procurar se inserir nos mercados locais para a comercialização da produção. Trabalhar no sentido de mudar a matriz tecnológica de produção rumo a uma matriz agroecológica também faz parte do projeto do Movimento. É estimulado o processamento e beneficiamento dos produtos em escala artesanal. Considera-se o planejamento como um instrumento de politização, pois a organização da atividade econômica

do assentado permite que este, no seu dia-a-dia, compreenda o funcionamento da sociedade, construindo uma comunidade que ao mesmo tempo produza e combata. Este é, em resumo, o projeto do MST para os assentamentos.

O assentamento também marca a territorialização do MST, sua história e consolida um projeto político com vistas a transformação da sociedade (FERNANDES, 2000). Mas, também é o projeto de todos os assentados que participam do processo de conquista territorial, com suas aspirações e desejos. Outras instituições têm projeto para o assentamento, e este acaba por se converter em uma arena, onde a disputa é cotidiana, e algumas vezes à margem do próprio assentado.

E, é nesse processo que se dá a mudança social, que está presente na herança cultural, onde a aprendizagem se dá através dos novos conhecimentos, das readequações e das apropriações num processo dinâmico, onde a divergência e o conflito se fazem presentes sempre nesta arena onde os projetos disputam espaços passo a passo. (NEVES, 1997).

O Estado também tem seu projeto para os assentamentos, mas sua ação nem sempre é responsável, pois muitas vezes desconsidera as habilidades dos assentados, ou mesmo, faz uma avaliação dos custos de implantação dos projetos, mas não da capacidade de pagamento, e estes fatores podem levar ao fracasso da proposta (GOMES et.al., 2000). É o tipo de dinâmica agrária gerada por essas iniciativas que se frustram, somadas ao processo histórico da área e a frustração pode ser um dos motivos das desistências de alguns ao projeto idealizado (BRUNO e MEDEIROS, 2000).

No que se refere a intervenção técnica por parte do Estado quase sempre anda na contramão das iniciativas do MST. Isto dificulta o processo de organização proposto pelo MST conforme assinala TAVEIRA (1999) que faz uma crítica severa a intervenção do INCRA/MA, nas áreas de assentamentos. Esta crítica esta presente também no discurso dos assentados:

“Sempre foi problema, não sei quando que vai resolver, porque há uma série de interferências. Não existe técnico, simplesmente técnico, é difícil de se encontrar. (...) Todos que mudam, que vem para cá, que entram na organização, tem as tarefas determinadas pelo Estado, que as vezes não bate com o que nós queremos com a nossa cooperação. E aí que há discordâncias, e atrapalha, mais atrapalha do que ajuda a organização” (assentado, área 3, 36 anos)

Mas com certeza, o principal é que em todo o processo organizacional das áreas de assentamento, independente do projeto que se faz presente, o conhecimento popular (tradicional) da comunidade será o grande referencial organizativo (LIMA, 2000). É isto que caracteriza a resistência dos assentados, e no ato de cooperar a resistência ao capitalismo (TAVEIRA, 1999).

Enfim, entre o querer dos trabalhadores e a vontade do Estado (ROSIM, 1998) existe toda uma tensão, característica do processo criador, fase em que se encontram os assentamentos. E o assentamento não é homogêneo, o que também marca o processo de organização, onde o conflito se faz presente, pelo processo de mudança social vivido pelos assentados na construção de seu projeto pessoal e da comunidade, na construção do seu sonho a partir da sua realidade.

2. Cooperação: imposição necessária ou estratégia dos assentamentos?

O que vem a ser a cooperação? Uma das respostas possíveis é que seja um trabalho ou ação com outro(s) para um fim comum. Mas este termo é confundido com a doutrina cooperativista. E isto é algo bastante comum nos assentamentos, pois, quando se fala em cooperação agrícola, já logo se entende cooperativa. No entanto, a cooperação tem um significado mais amplo, sendo a cooperativa, somente, uma das formas de expressão desse agir ou trabalhar para um fim comum. Segundo BOGO (1999:15), “a diferença que há entre ‘cooperativismo’ e ‘cooperação’ é que enquanto o primeiro é um projeto empresarial o segundo é um projeto estratégico, que procura interligar todos os aspectos da vida humana na busca de uma transformação estrutural e cultural”.

É com esta intenção, de pensar o ato de cooperar como algo mais do que relações sociais de trabalho que pretendemos desenvolver este capítulo. Apresentando a cooperação como parte de processos organizacionais, passando pela doutrina cooperativista e chegando ao sistema cooperativista dos assentados, que se propõe alternativo, porque busca resgatar a criatividade do trabalhador e sua capacidade inovadora no processo de geração de riquezas. Esse é um caminho a uma nova sociedade, construída com base no coletivo (MARTINS, 1994), que apresenta uma base solidária na sua doutrina, ou auto-gestionária. Solidária no sentido de que há interesses e responsabilidades comuns entre os participantes do sistema em construção, e auto-gestionária porque os trabalhadores assumem a gestão de suas formas sociais de organização, ou seja, os grupos informais, as associações e as cooperativas.

A cooperação e a solidariedade têm em comum o fato de que ambas para acontecerem exigem a interação de no mínimo duas pessoas, o que favorece o contato social. Através, desse contato é que vai se configurando a sociedade e a cultura. E a forma como essas idéias se constituem nas diferentes sociedades propiciará arranjos sociais diferenciados, assim como as ações coletivas e suas motivações serão particulares a cada grupo social. E com o tempo, as experiências das relações comporão o capital cultural e social destas, sendo que, o primeiro pode ser denominado também de capital informacional, o que caracteriza sua generalidade. Diz respeito ao conhecimento acumulado e apropriado individual e socialmente, através das instituições. O segundo é a soma dos recursos (estratégias) das pessoas ou de um grupo que os faz se reconhecerem e atuarem, em conjunto, como numa rede (BOURDIEAU, 1992, PUTNAM, 1996).

E, nesse constituir-se, as sociedades organizam suas economias, “que está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 1980:61), estando, portanto submetido, a motivações não econômicas. E tem grande importância compreender o princípio da reciprocidade e da distribuição e o papel que cumprem nas diferentes sociedades, mesmo nas que apresentam as formas mais avançadas do capitalismo, pois esses princípios também estão presentes. O autor acima citado quando apresenta a idéia de Aristóteles sobre o princípio de uso e o princípio de ganho aponta para o fato da produção voltada para o lucro não ser natural, e que isto leva a um desequilíbrio, por conta da ruptura entre a motivação econômica e as relações sociais, sendo que a primeira não tem limites, o que leva a

desigualdades sociais. E THOMPSON (1998), tece todo um conjunto de argumentações sobre a economia moral, com base nos motins do Reino Unido do século passado, apresentando uma série de evidências de que a ação coletiva que levou ao motim, não se deu única e exclusivamente, por conta da economia de mercado e da fome, mas que outros aspectos contribuíram, e isto se relaciona com os interesses da época de cunho político e social, e do potencial de ação coletiva. E, inclusive é neste período que nasce a doutrina cooperativista através dos pioneiros de Rochdale e com isso o movimento cooperativista (BULGARELLI, 1966; PINHO, 1961).

Esta discussão sobre a “grande transformação” faz sentido, no contexto deste texto, pois os assentados são o resultado social da forma como se organiza a sociedade capitalista, e os assentamentos podem ser vistos como a forma de resistência (ou mesmo de resiliência) à ordem estabelecida.

Os assentados, em sua maioria, são ex-trabalhadores rurais ou arrendatários, e tem a idéia de economia moral muito presente. E dentro desta, a terra é de trabalho e não uma mercadoria, assim como, esta presente o princípio da reciprocidade. Os assentados são herdeiros dessa tradição e a recriam (WOORTMANN, 1990).

A cooperação conforme descrita por MARX (1990), mostra que sua importância reside na produção em escala, fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, não sendo necessariamente característica exclusiva deste modo de produção. E o autor apresenta diferentes momentos onde a cooperação esta presente no processo de trabalho das civilizações, deste

as formas mais rudimentares, como por exemplo, nos grupos de caçadas, até processos mais complexos como no antigo império egípcio, e mesmo junto a agricultura indiana. O trabalho cooperado permite uma apropriação social do resultado, e isto depende de como esta organizada a sociedade. E neste sentido há uma maior eficiência em produzir cooperadamente em termos de volume de produção, mas a partilha dos resultados depende muito das regras estipuladas por cada sociedade, depende de sua economia moral.

A doutrina cooperativista tem em seus princípios aspectos que lhe dão o ar de resistência. Iniciou-se através das cooperativas de consumo e, se desenvolveram a partir daí para outros tipos, como de produção, comercialização, prestação de serviços, enfim, em todos os ramos das atividades econômicas, de acordo com os interesses e objetivos das pessoas cooperadas, além das cooperativas integrais (BULGARELLI, 1966). A cooperativa se apresenta como uma forma de resistência, principalmente, quando se trata de cooperativas de produção, pois o capital pertence a todos e o retorno do trabalho social é dividido entre todos, diferente das empresas capitalistas, onde o capitalista se apropria de parte deste trabalho social. Apesar da crítica que existe de que as cooperativas não seriam eficientes para a emancipação do trabalhador, já que estas são um ser híbrido em essência, pois tem o processo socializado da produção e a mediação comercial se faz no mercado, “é a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção” (LUXEMBURGO, 1999:80). Essa supremacia das relações capitalistas sobre as cooperativas, pode ser exemplificada nos dias de hoje com as “cooperगतos”, que

são cooperativas de trabalho cuja única finalidade é fazer com que o empregador se livre dos encargos sociais de sua responsabilidade. Com certeza, essa cooperativa não liberta ninguém, pelo contrário mantém a alienação do trabalhador. Mas, isso não quer dizer, que não exista nas cooperativas o potencial libertador, pois a “experiência histórica é seu único mestre” segundo Rosa Luxemburgo (apud LOUREIRO, 1999: 35), se referindo ao fato de que a classe trabalhadora só deixará de ser alienada a partir das próprias experiências. E, é este aspecto que ressaltamos sobre a cooperação nos assentamentos, ou seja, o grande coletivo, parte de uma organização, que propicia as condições para a liberdade.

Os assentamentos vistos como cooperativas integrais, são experiências do tipo dos Kibutz, dos Kolkhoses e dos Ejidos. Os Kibutz são as experiências do Estado de Israel (“o país das mil cooperativas”, segundo PINHO, 1961:14), de comunidades rurais coletivas; os Kolkhoses são o resultados da política de coletivização dos campos soviéticos, e os Ejidos são resultado da política de reforma agrária mexicana de uso comunal da terra. A herança dessas experiências, possivelmente, fez parte do ideário dos planejadores da organização dos assentamentos. E com certeza do planejamento da Pirituba, feito através do Estado, que propôs a coletivização desde o início da implantação do projeto.

O texto “Coletivização: uma proposta para camponeses”, de ANDRADE e outros (1989), é uma avaliação a partir de uma assessoria realizada na Fazenda Pirituba nas áreas 2 e 3 sobre a intervenção do Estado no planejamento do projeto

de assentamento e também da postura da organização dos trabalhadores em relação ao tema. Neste documento há uma transcrição, a qual reproduzimos aqui:

“Enquanto instrumento de ajuste à penetração do capitalismo no campo brasileiro, a reforma agrária tem seu núcleo na transformação do pequeno produtor rural em organizador da produção em bases capitalistas (...) Sob esta ótica a organização coletiva da produção pode ser uma via que torne exeqüível, em termos econômicos e sociais esta transformação” (BNDES)

“O Movimento dos Sem Terra (...) defende de todas as formas que os companheiros que conquistam a terra procurem estimular a organização coletiva do trabalho e da terra (...) é a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo na agricultura brasileira” (MTST)

O documento citado apresenta elementos sobre a questão da organização da produção cooperada ou associada, como pertencentes tanto a estratégia do Estado, quanto dos trabalhadores, mas com objetivos distintos.

No caso da análise sobre a intervenção do Estado no assentamento no que se refere a coletivização da produção, o Assentamento Pirituba foi pensado como um grande coletivo de produção, que o tornaria viável economicamente, ocorrendo assim, um grande estímulo a que os assentados se organizassem sob a forma de associação coletiva. Quando essas começam a ter problemas financeiros, é contratada uma assessoria contábil, para que os assentados se qualificassem para administrarem contabilmente a associação. Ocorre então todo um processo de capacitação na área 3 e quando o trabalho se inicia na área 2 acaba por ser interrompido por desentendimentos entre a Associação, o ITESP e o grupo de assessoria. A moral da história é que as associações deixaram de existir, mas não

os ideais da cooperação agrícola, pois o processo levou a outras formas sociais de organizar a produção que vão do coletivo ao individual, num recriar constante, sendo a união de capital a mais freqüente, ocorrendo também a divisão técnica do trabalho, e a contribuição política das organizações. Este relacionamento entre assentados, Movimento Sem Terra e Estado, vai configurando o processo de organização do assentamento, pois “a transformação dos valores e da visão de mundo é objetivada pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema social” (NEVES, 1997:410). Para compreender as estratégias de organização da produção dos assentados, é necessário compreender sua história e o significado da luta pela terra para o trabalhador rural. (BERGAMASCO e FERRANTE, 1994; CARVALHO, 1999; LAZZARETTI, 2000).

Em função do pouco apoio de políticas para o desenvolvimento dos assentamentos, as estratégias de cooperação e associação são comumente utilizadas nos processos de organização da produção, considerando o tipo de cultura anual, da orientação tecnológica adotada e da disponibilidade de área (Leite, 1994). Mas lembrando, que as cooperativas/associações dos assentamentos, têm muita dificuldade em existir dentro da lógica capitalista, necessitando de apoio para isto e é fundamental o suporte financeiro (CHRISTOFFOLI, 2000).

A partir de 1985 a questão da produção agrícola dentro dos assentamentos e, em especial aqueles dirigidos pelo MST, passa a ter maior importância em função do crescente número de assentamentos criados, e junto com isso a

crescente miséria oriunda das dificuldades na produção agropecuária. A partir da intensificação das ocupações e da conseqüente implantação dos novos assentamentos, a demanda por parte dos assentados passa a ser por alternativas para garantir a produção e reprodução social nas áreas de assentamento. É nesse contexto que o MST começa a ver relevância na cooperação agrícola como alternativa aos assentados. Mas, tendo clareza que as cooperativas/associações podem apenas ser um local de resistência ao sistema capitalista (BARREIRA FILHO, 1999). Entre 1985 e 89, várias experiências no campo da cooperação agrícola são vivenciadas, ainda não dentro do SCA. Isto se deve ao fato da lei cooperativista vigente até a constituição de 1988 vincular as cooperativas ao INCRA, num processo altamente burocratizado. Com a nova lei a partir de 1988, que desvincula as cooperativas da fiscalização de órgão federal, tornando-a mais flexível, o MST passa a vivenciar esta forma de cooperação agrícola com maior intensidade.

Através destas experiências, começa a se formular o SCA. A princípio o SCA prioriza as CPAs¹ como sendo sinônimo de cooperação agrícola e como única estratégia para garantir a viabilidade econômica nos assentamentos. Atualmente, entende-se que a cooperação agrícola pode se manifestar de várias formas e ter resultados positivos no âmbito da produção e reprodução social assim como no desenvolvimento da organização política dos assentados e a resistência na luta pela Reforma Agrária (MST, 1993, CONCRAB, 1999b).

¹ A CPA é uma empresa de produção, gestão e trabalho coletivos. Nela a terra é de domínio coletivo. Em essência não se diferencia de grupo ou associação coletiva, mas no campo jurídico responde as normas da legislação cooperativista brasileira. Para o MST os condicionantes para se constituir uma CPA são: liberar quadros, estar em área estratégica e ter um plano estratégico de desenvolvimento (CONCRAB, 1997).

A idéia inicial para constituição do SCA é que este se articularia em três diferentes níveis:

- a) Nível do assentamento: CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária)– sócios individuais, maiores de 18 anos independente do sexo sendo suas atividades econômicas desenvolvidas de forma totalmente coletiva ou parcialmente, como a gestão da terra.
- b) Nível estadual: CCA (Cooperativa Central dos assentados) – sendo sócios as CPAs, associações e grupos coletivos registrados. A votação tem como referencial o número de associados na base da CPA ou das associações.
- c) Nível Nacional: CNC (Confederação Nacional de Cooperativas).

Na prática a consolidação do SCA tem esses três níveis representados pela Confederação das Cooperativas de Reforma agrária do Brasil - CONCRAB, pelas Cooperativas Centrais de Reforma Agrária - CCAs, as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços - CPPSs, pelas Cooperativas de Prestação de Serviços - CPSs, pelas cooperativas de crédito, e pelas associações formais e informais.

A cooperação agrícola é um dos pontos centrais dentro das atividades do SCA, que a principio assumiu a forma de cooperativa como sinônimo de cooperação. Atualmente esta visão já está superada. Ou seja, as formas sociais de organização da produção se dão de diferentes maneiras e se reconhece que o estímulo a uma forma modelar única pode inviabilizar a cooperação agrícola no tempo (CONCRAB, 1999). Segundo Carvalho (1999), identificar a cooperação

como cooperativa acaba por limitar a percepção da diversidade das possíveis formas de cooperação.

O processo de organização do SCA é um reflexo da organização dos Sem Terra e conseqüentemente dos assentamentos, e se constitui pela demanda social, em busca da viabilidade do assentamento. No início, as visões são muito economicistas, a idéia básica é garantir a eficiência econômica estimulando um bom aproveitamento da mão-de-obra, através da divisão do trabalho, da especialização e capacitação técnica e educacional de seus integrantes (MST,1993), e aos poucos, passam a ser incorporadas demandas sociais. Hoje, “não é possível compreender o SCA, apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão de organização social dos Sem Terra” (FERNANDES, 2000:228).

A cooperação agrícola, para o MST, é também a forma de garantir a organicidade do movimento. Segundo FERNANDES (2000:228) “o SCA foi construído a partir da lógica da resistência camponesa que está representada pelos princípios e na estrutura organizativa do MST”. O construir esse sistema, que se propõe alternativo, não é fácil e aí está o desafio que se coloca. Para isso o MST tem que buscar conhecer-se melhor e buscar soluções para os problemas que se apresentam.

Foi na perspectiva de organização do SCA nos assentamentos e acreditando que as cooperativas são potencializadoras da organização dos assentados (FRANZ, 1999), que foram realizados LOCs, que se propunham a ser “um ensaio prático e, ao mesmo tempo, real no qual se buscava inserir no grupo

social a consciência organizativa que necessitam para atuar na forma de empresa ou de ação organizada” (MST,1986:40). A idéia básica é acelerar o processo de consciência organizativa a partir da análise teórico-prática dos processos que garante o todo orgânico, bem como os fenômenos que ocorrem no sentido da desintegração deste. Na prática, cria-se uma empresa artificial, mas que tenha existência e funcionamento real, sendo três requisitos imprescindíveis: as pessoas, o pleno direito de organizar-se e os meios de produção, ou seja, insumos indivisíveis em mãos do grupo social. É possível perceber a influência do método nas cooperativas cujos assentados participaram deste processo. No Estado de São Paulo, há muitas controvérsias em relação aos efeitos do LOC sobre as cooperativas, e é comum que se atribua dificuldades na gestão das cooperativas como resultado do laboratório, o que é, aparentemente, contraditório na medida em que o método tem como função aumentar a consciência organizativa. É possível observar que a problemática toda está em como os assentados entenderam o LOC, que se propõe uma metodologia participativa. A melhor hipótese para este caso é que o LOC, por ser um catalisador do processo organizativo e trabalhar com a dimensão dos objetivos do grupo, leva a que estes durante o laboratório descubram suas diferenças, o que resulta no rompimento do grupo. Como o MST não tinha condições de acompanhar de perto os resultados da experiência, muitos grupos se desfizeram e outros acabaram se recriando no processo.

E nesse processo o SCA, através da CONCRAB, desenvolve juntamente com o Instituto de Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária -

ITERRA e Instituições de ensino superior, como UNISINOS, UnB e UNICAMP, o Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas - CEACOOOP, para capacitar assentados e técnicos dentro da proposta do SCA, na perspectiva, de buscar conhecer-se e de solucionar seus problemas dentro da lógica do movimento. E como resultado desta experiência temos as monografias elaboradas pelos alunos que fazem uma reflexão crítica sobre os problemas enfrentados pela cooperação nas diferentes regiões do País. A metodologia do curso está muito relacionada com a organização do coletivo. O grupo de alunos composto por profissionais de nível médio e superior forma uma brigada que no decorrer do ano intercala atividades teóricas e práticas. Falar da prática de funcionamento do curso, nos remete a buscar referência junto a Makarenko e sua metodologia pedagógica. Este pedagogo russo que tem na organização do coletivo um dos princípios da sua metodologia considerando-o como um organismo vivo, ou seja, é no coletivo que as pessoas se educam, criando os mecanismos que os impulsionem para um objetivo comum (CAPRILES,1989). É com este espírito que os coletivos são organizados e esta também é a base do LOC.

Este é o processo dentro do MST que em sua dinâmica capacita e forma os seus integrantes para atuarem coletivamente, trabalhando assim a organicidade do movimento, na perspectiva de mudança da sociedade. O projeto proposto pelo movimento é parte do processo de organização dos assentamentos. Claro que este é um dentre tantos projetos, não é uma unanimidade dentro do assentamento. O que há é uma disputa e no meio do fogo cruzado esta o

assentado, que tem seu projeto, suas aspirações e desejos, e que no conquistar a terra, vai se compreendendo como sujeito do seu próprio destino e vai tomando consciência da luta de classes. Como expressa a canção, afinal a luta também se faz em verso:

*“Existem dois projetos em jogo, isso já está claro
Contradições entre Sem-Terra e latifundiário
Pois um projeto é liberdade, vida e produção
O outro injustiça, morte e especulação” (Zé Pinto, MG)*

Como pessoa, o assentado decide pela adesão a qualquer dos projetos, dependendo de sua história de vida, que por sua vez quando em interação com a de outros assentados vai conformando a vivência no assentamento. As suas estratégias reprodutivas e produtivas vão impondo uma dinâmica ao todo, e vice-versa (COUTO, 1999). E as aspirações são com certeza componentes importantes na ação coletiva, assim como, a experiência de vida é balizadora da geração e solução de conflitos. É interessante lembrar aqui, que muitas vezes, esta resolução pode ser violenta, tudo depende das regras definidas em comunidade. E como assinala FRANCO (1997:28) “se uma cultura pobre e um sistema social simples efetivamente tornam necessárias relações de recíproca suplementação por parte de seus membros, também aumentam a frequência das oportunidades de conflito e radicalizam as suas soluções”. Esta idéia pode ajudar a entender como se processa a escolha pelas formas sociais de organização, principalmente se considerarmos que os assentados, quando iniciam sua vida no assentamento estão desprovidos de tudo, o que muito provavelmente influencia na

decisão de trabalhar em coletivo. Mas para alguns é uma fase transitória, como foi o acampamento (e também o assentamento emergencial), sendo que, na primeira oportunidade, deixarão o coletivo de produção. Para outros, esta experiência se perpetuará e os levará a novos patamares de compreensão da sociedade, e em consequência, o coletivo de produção se torna essencial para garantir a produção e reprodução dele e de sua família.

A cooperação, dentro deste contexto mais amplo é uma vivência transformadora. A idéia está inicialmente presente na organização do processo de ocupação. E, se desenvolve no acampamento a semente da emancipação, compondo as estratégias de organização da produção e o processo de organização do assentamento. Mas, esta emancipação não está isenta dos controles sociais, estes existem e são “criados” pelos assentados.

Tudo o que ocorre, desde o processo preparatório da ocupação até constituição do assentamento, contribui na formação do capital social da comunidade, ou seja, “confiança, normas e sistema” (PUTNAM, 1996:177), que se desenvolvem no processo. Segundo ABRAMOVAY (2000) o capital social é uma resposta ao dilema da ação coletiva, sendo um instrumento para a solucioná-los. Um dos aspectos assinalados por PUTNAM (1996) para que o capital social produza instituições abertas à participação é a reciprocidade. O elemento confiança também é importante, mas isso não garante a horizontalidade das relações.

Assim, as práticas estimuladas pelo MST nas áreas de assentamento são um caminho para a ação coletiva e apresentam os elementos assinalados por

OSTROM (1996) ou seja, delegação de poder e responsabilidades, aprendizagem coletiva, e capacidade de elaboração de novas regras. Isto caracteriza no tempo soluções de problemas pela comunidade por si mesma, que tende a ser mais estável. A referida autora discute em sua pesquisa uma panacéia de soluções apresentadas por comunidades em relação a seus recursos de uso comum que não passaram nem pela privatização nem pela estatização, mas simplesmente foram regulados pela comunidade e apresentaram resultados mais estáveis. Ao traçar este paralelo com os assentados, no que se refere aos processos sócio-organizacionais, é porque vislumbramos nas formas sociais de organizar a produção como similares as situações estudadas pela autora.

A cooperação é uma escola prática, pelo exercício propiciado no coletivo desde a ocupação até a constituição do assentamento e este processo está totalmente entrelaçado com as histórias de vida de cada assentado.

III. CAMINHOS TRILHADOS

Apresentaremos os caminhos trilhados para materializar a idéia de realizar esse estudo bem como os instrumentos usados para se obter as informações e a seguir um pouco da história da Pirituba.

Este estudo tem um poder limitado quanto ao potencial de generalizar as informações para outras situações, mas permite o estabelecimento, no mínimo, de um banco de dados que poderá trazer luz sobre situações homólogas, ou parecidas. De fato, a melhor forma de construir uma teoria sociológica é ter em mente a comunhão entre a teoria e a prática. Evitar o empiricismo e o teoricismo puros, mas buscar um equilíbrio entre ambos é fundamental para as ciências sociais. Pierre Bourdieu parafraseando Kant diz "pesquisa sem teoria é cega e teoria sem pesquisa é vazia" (BOURDIEU e WACQUANT, 1992:162).

Utilizamos para coleta dos dados dois instrumentos que são complementares: o questionário e a entrevista. Os questionários com questões abertas e fechadas e entrevistas do tipo centrada, ou seja, o entrevistado ficou livre para falar sobre sua experiência pessoal com relação ao tema investigado (THIOLLENT, 1987; CHAMPAGNE et. al., 1996), sendo algumas vezes interpelado e questionado a guisa de esclarecimentos ou para um maior aprofundamento do que foi exposto, como num dialogo curioso. Houve sempre a preocupação de compreender o contexto colocado de forma crítica e não apenas de descrever o objeto de estudo num aspecto meramente observacional. A idéia foi de ativamente estar com os questionamentos presentes durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho de campo.

Para a transcrição das entrevistas adotamos as sugestões apresentadas por WHITAKER et. al. (1995), que vieram exatamente de encontro com nossas dúvidas. Afinal como transcrever os sons, as faltas de “esses”, e os problemas com concordância verbal. Compreendemos então que o importante é não descaracterizar o discurso do outro, ou seja, a transcrição é literal e a escrita não precisa ser caricatural. Evitamos a transcrição dos vícios de linguagem que estão no discurso oral quando este é apenas um som entre uma palavra e outra, e poderia comprometer o entendimento da frase pois, em algumas entrevistas transcritas a frequência exagerada dos “nés” e ‘assims’ comprometia a inteligibilidade do texto. Não pretendemos com isso descaracterizar o discurso, apenas facilitar a leitura, já que o texto escrito perde vida quando comparado com a entrevista, e por mais que se esforce para apresentar todos os elementos contidos no discurso, não há exclamação que substitua a emoção e a surpresa contida na fala.

Realizamos duas entrevistas por área, totalizando 12 entrevistas. Foram aplicados um total de 40 questionários com perguntas abertas e fechadas a dois grupos, os quais denominamos de ‘sociais’ e ‘individuais’. Esta denominação está relacionada ao fato do primeiro grupo pertencer a algum tipo de forma social de organização da produção, ou seja, associação, cooperativa ou grupo informal. E, o segundo de não pertencer a nenhuma forma social de organização da produção. Junto aos ‘sociais’, foram realizados 25 questionários aleatórios, distribuídos proporcionalmente entre as formas sociais presentes no assentamento de acordo com as informações disponíveis na Fundação ITESP. Já entre o grupo de ‘individuais’ foram realizados 15 questionários aleatoriamente escolhidos dentro

das seis áreas. Sendo que 5 dos questionários se concentraram na área 2 em função desta ser a única área que não apresenta nenhum tipo de forma social de organização da produção e as outras 10 entrevistas foram distribuídas entre as demais áreas (Tabela 1).

TABELA 1. Distribuição dos questionários aplicados aos ‘sociais’ e ‘individuais’ por área no assentamento Pirituba II, 2000.

‘sociais’	quantidade de entrevistas	tipo exploração	área
COPROCOL	4	parcialmente coletiva e individual	1
13 de maio	2	parcialmente coletiva	1
grupo informal (ex- área 6)	2	coletiva	1
COPADEC	2	coletiva	4
Grupo do alemão	1	coletiva	4
Associação 1º de outubro	1	Individual	4
COPANOSSA	3	coletiva	5
COPAVA	3	coletiva	3
COPAESE	1	coletiva	3
Grupo dos 8	1	coletiva	3
Coop. "Chico Mendes"	4	coletiva	6
‘individuais’			
"Individuais 1"	2	Individual	1
"Individuais 2"	5	Individual	2
"Individuais 3"	0	Individual	3
"Individuais 4"	2	Individual	4
"Individuais 5"	2	Individual	5
"Individuais 6"	4	Individual	6

Fonte: dados da pesquisa, 2000

O processo de ocupação e territorialização da fazenda Pirituba é longo (FERNANDES, 1996). Isto pode ser percebido pela sua história sendo fundamental ter uma visão dos fatos, pois estes estão muito ligados aos aspectos centrais desta dissertação que diz respeito ao processo sócio organizacional da produção agrícola que ocorreu na área. Podemos dizer que este assentamento tem a cooperação no centro de seus processos sócio-organizacionais no que se refere a organização da produção conforme mostraremos mais adiante.

A seguir faremos uma breve descrição física da fazenda e na seqüência contaremos a história mais geral de como esta área tornou-se um assentamento rural.

1. Uma imagem física da Pirituba

A Fazenda Pirituba tem uma área de 17500 ha localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, na microrregião de Campos de Itapetininga, sudoeste do estado de São Paulo. Esta região caracteriza-se predominantemente por Latossolos Vermelho Escuro Orto, Podzólico Vermelho Amarelo – variação Laras, Solos Hidromórficos – pequenas faixas na área de inundação, Latossolos nas encostas com maior grau de declividade.

A área está situada na zona geo-hidrográfica do rio Paranapanema, no interior da depressão paleozóica da bacia do Paraná limite com o cristalino do planalto atlântico. Possui relevo medianamente movimentado com altitude média entre 500 e 800 m.

A cobertura vegetal não é homogênea, apresentando manchas de Mata Araucária e remanescentes de cobertura original, áreas de capoeira e extenso

domínio de cerrado. Já os recursos hídricos apresentam-se disponíveis na forma subterrânea.

O clima na região é do tipo mesotérmico sem estiagem prolongada com temperaturas medias de 22°C no mês mais quente e índices pluviométricos de 1200 a 1400 mm anuais. A região esta sujeita a ação de geadas entre os meses de maio a agosto.

O potencial de uso agrícola das terras na região mostra que quando cultivadas, estas terras estão sujeitas a erosão, principalmente no que se refere as culturas anuais. O cultivo intenso é possível desde que medidas para o controle da erosão sejam tomadas preventivamente. Os solos apresentam acidez e baixa fertilidade o que exige correção para seu melhor aproveitamento.

Assim conhecer a caracterização física da área torna-se importante já que estas podem limitar ou não o desenvolvimento do assentamento (BITTENCOURT et. al. 1998).

2. Um pouco de história...

O projeto de assentamento Pirituba II foi uma conquista dos trabalhadores rurais sem terra após longo período de lutas a partir da década de 80.

A fazenda Pirituba com 17500 ha localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do estado de São Paulo, pertencia a Companhia Agropecuária Angatuba que em 1950, não tendo como saldar suas dívidas, é recebida pelos bancos oficiais por execução de hipoteca.

Na década de 50, no governo de Ademar de Barros, a fazenda foi cedida para o Engenheiro Agrônomo italiano Lino Vicenzi. Este tinha o compromisso de

coordenar um programa de introdução da cultura do trigo no Estado. O programa receberia incentivo do Estado para instalação de uma colônia de imigrantes italianos. As famílias de colonos não vieram e o programa acabou não se viabilizando nos moldes projetado. A alternativa foi o arrendamento de parcelas de terra a grandes arrendatários conhecidos como “boiadeiros” e a pequenos agricultores que somavam cerca de 190 famílias ali instaladas como “parceiros”, mediante o pagamento de foro.

O Governo de Carvalho Pinto (1960/63) tenta reaver estas terras públicas através da lei de revisão agrária¹ (Lei nº 5994 de 31 de dezembro de 1960), tendo sido pago uma alta indenização a Lino Vicenzi. Apesar disso os ocupantes e arrendatários não deixaram a área.

Em 1966, ainda com base na Lei de Revisão Agrária, o Estado decide executar o programa de colonização como forma de regularizar a situação destes lavradores (os parceiros) e dos “boiadeiros”, desde que estes concordassem com o limite de área de 100 ha e do regime familiar de trabalho previsto pela Lei. Os “boiadeiros” se recusaram e com isso o Estado move uma ação de despejo através da polícia florestal, não obtendo êxito, pois estes alegaram ter uma relação de arrendamento com o antigo preposto do Estado, e que, portanto, só poderiam ser despejados com a rescisão do contrato. O Juiz concedeu a eles a posse da terra e o Estado teve de recuar na ação de despejo.

A fazenda Pirituba em 1971 foi transferida da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI para a Assessoria de Revisão Agrária - ARA com o

¹ Esta lei visava entre outras coisas ‘promover o aproveitamento de terras do Estado que se prestassem á exploração agrícola ou pecuária’. Esta lei foi regulamentada pelo decreto número 38.328, em abril de 1961.

objetivo de se implantar um Projeto de Colonização. O principal objetivo era o de solucionar o problema de 160 famílias de parceiros remanescentes do processo de arrendamento instalado na fazenda. A proposta era de remanejar as famílias, concedendo-lhes títulos de domínio com o respectivo loteamento. Mas os “boiadeiros” conseguiram resistir a mais esta ação do Estado, e mantiveram sob seu domínio 5000 ha da fazenda.

Em outubro de 1973 publicou-se no Diário Oficial do Estado a abertura de inscrição para obtenção de lotes na fazenda Pirituba. Este Edital possibilitaria aos parceiros regularizarem sua situação. Dentre os candidatos inscritos 251 foram classificados. Porém, a falta de acesso ao D.O. por parte da população de parceiros gerou processos de inscrição irregular, arbitrária e tendenciosa. Sendo assim o plano que, a priori, deveria solucionar os problemas fundiários locais acaba por agravá-los.

É feita nova tentativa de despejo dos “boiadeiros” através de processo administrativo que concomitante ao processo de loteamento consegue a saída de alguns, mas permanecem os principais: os descendentes de Vicenzi e o fazendeiro Omar Borges.

A execução do loteamento prosseguiu de forma desastrosa e gera mais conflitos entre os parceiros e o Engenheiro Agrônomo responsável. Este por sua vez agia na base da força com o auxílio da polícia civil e florestal para fazer valer seus interesses, desvirtuando o objetivo primeiro do projeto de colonização. Este foi o início da formação dos agrupamentos ilegítimos que concentraram terras dentro da fazenda como é o caso dos “Batagins” e dos “holandeses”, os quais o

Engenheiro tentou enquadrar dentro da legislação vigente como forma de legitimá-los.

O resultado das ações de implantação da colonização só contemplou 27 famílias de parceiros das cerca de 160 que então habitavam a fazenda. Este processo de loteamento é conhecido por Projeto Pirituba I.

Em virtude das denúncias apresentadas, em abril de 1978 é formada uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa para apurar as irregularidades do caso. Abre-se processo administrativo contra alguns funcionários públicos envolvidos e anula-se o programa de colonização.

Em Maio de 1980 é instaurada uma Comissão de Sindicância que continua a apurar as irregularidades na distribuição dos lotes e decide pela rescisão dos contratos de compromisso de compra e venda (o contrato de loteamento) dos holandeses e dos Batagins. Um novo grupo de trabalho é instituído pela comissão para verificar se os demais lotistas cumprem ou não com as cláusulas previstas no contrato, o que agiliza a ação de despejo dos “boiadeiros”.

No início dos anos 80 (mais precisamente em maio de 1981), durante o Governo Maluf, um grupo de 40 famílias de arrendatários ocupou parte da área ociosa da fazenda sendo violentamente despejados em 4 meses. Era o início do Projeto Pirituba II, uma das primeiras ocupações, antes da que deu certo em 1984:

“Daí quando nós fomos arrancado fora da ocupação, eu me afastei. Digo ‘eu não vou’, até os colegas me convidavam ‘Vamos lá fazer ocupação outra vez, agora está quente lá, área 1 está bacana para fazer ocupação, é muita gente’. Daí eu falava assim: ‘não, eu não quero terra, eu desisti de terra’, na

verdade estava esperando outro esquema”. (assentado, área 2, 61 anos)²

Em 1983, com a eleição de Franco Montoro para o governo paulista surgem novas perspectivas para o caso da Fazenda Pirituba. Forma-se um grupo de trabalho³, que se desloca para a fazenda em caráter permanente. Este grupo inicia uma série de vistorias e medidas administrativas e judiciais visando a regularização das áreas.

Neste mesmo ano, os trabalhadores fazem nova ocupação e são despejados. Em função do conflito iminente é criada uma “Comissão intermunicipal de regularização da Fazenda Pirituba”, proposta pelo Estado via Instituto de Assuntos Fundiários - IAF, na época vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo⁴. A principal discussão nas reuniões girava em torno da possibilidade do estado arrecadar 4000 ha da Fazenda Pirituba para assentar os trabalhadores sem terra da região. Até sua extinção a comissão enfrentou diversos problemas, como por exemplo, a participação de vereadores que defendiam os interesses dos grileiros.

Em 13 de maio de 1984, 300 famílias de sem terra ocupam uma área da fazenda Pirituba. Este fato acaba por impulsionar o estado a seqüestrar⁵ 3851 ha, que ficam sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

² Este Sr, por causa da violência no despejo de 1981, ficou com medo de participar da ocupação da área 1, mas ao perceber que esta ocupação seria mais tranquila decide participar da ocupação da área 2.

³ Este grupo foi liderado pelo Eng. Agro. Zeke Beze Jr.

⁴ Hoje o IAF faz parte da Fundação ITESP, com a denominação de DAF ligados a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

⁵ É o ato jurídico que consiste em fazer retornar uma terra em poder de terceiros para o Estado.

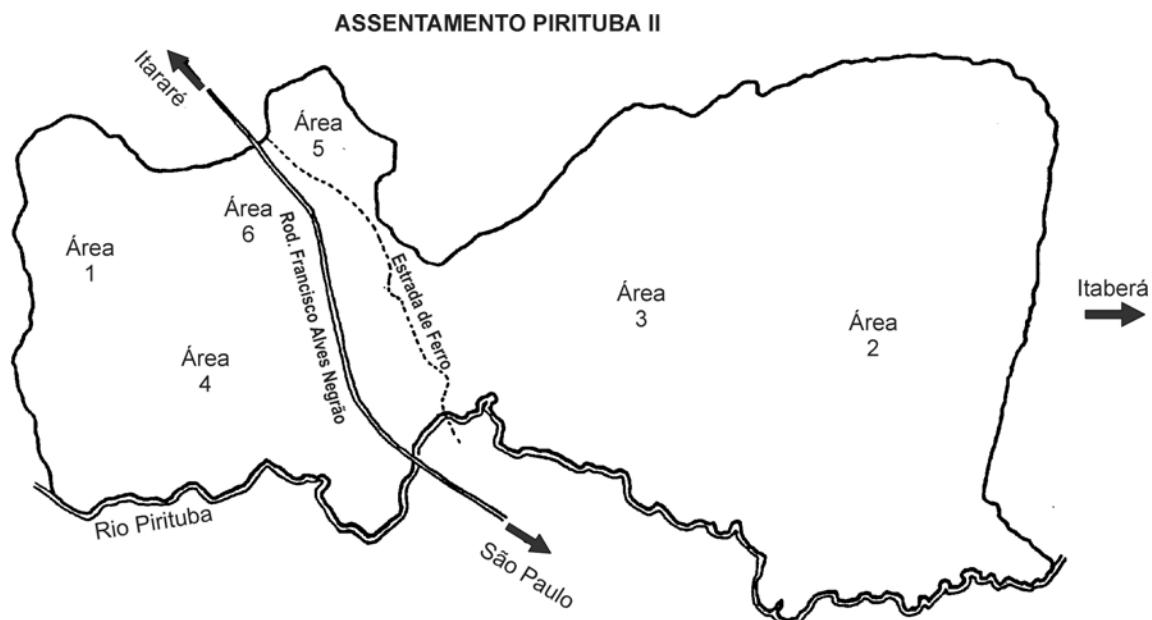


Figura 3. Croqui da Fazenda Pirituba com a localização da seis (6) áreas.

*“Um dia antes chegou a notícia lá: ‘fica todo mundo de alerta que amanhã passa pegar o pessoal que vai para lá. Nós vamos ocupar lá a noite’; não falava assim, declaradamente, falava meio em código para ninguém ficar sabendo.”
(assentado, área 1, 40 anos)*

IV. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA PIRITUBA II

Em 1984, o Estado teve a sentença da arrecadação da área deferida a seu favor, o que possibilitou o desenvolvimento do Projeto de assentamento Pirituba II, para diferenciar do loteamento realizado em 1973. Dividiram-se as terras arrecadadas em **área 1** (2511 ha) e **área 2** (1341 ha), onde foram assentadas 180 famílias dentro dos critérios estabelecidos em assembléia geral dos trabalhadores rurais acampados: ser trabalhador sem terra, preferencialmente casado e não ter outra fonte de renda.

Passado esse primeiro momento a Pirituba se torna vitrine da reforma agrária, sendo citada em vários artigos da revista da ABRA (1985) e também propagandeada pelos órgãos oficiais e de imprensa como o grande exemplo de que assentamento dá certo. Torna-se vitrina pelo modelo adotado de planejamento da organização da produção.

“Então, no primeiro momento deu certo, inclusive foi assim, espalhado pelo Brasil, pelo mundo inteiro. Quer dizer, a grande experiência de assentamento de reforma agrária estava iniciando. E aí, vinha o governo Sarney, então, toda a propaganda em cima do assentamento, ministros, secretários, presidente do INCRA, todo mundo a visitar lá, porque era a grande experiência. Porque no primeiro momento deu certo, nos primeiros dois três anos deu certo.” (assentado, área 1, 44 anos)

Nas duas áreas se adotou o sistema associativista inclusive pela visão que se tinha na época de mostrar a viabilidade econômica do assentamento de reforma agrária a partir da produção em escala, o que evidencia a descrença em relação a agricultura familiar. Este era o ideal dos planejadores, que se reflete na

distribuição da terra, na organização da agrovila, no estímulo aos núcleos de produção, portanto não é possível conversar sobre a Pirituba sem falar sobre a cooperação agrícola.

“(...) na verdade a história lá do assentamento, lá da Pirituba, da cooperação tem alguns fatores importantes que é primeiro a grande maioria dos assentados, acampados e assentados, são pequenos agricultores, são camponês. E, eles tinham um pouco de tradição de cooperação. Quer dizer, o camponês tradicional, ele desenvolve a cooperação naturalmente, troca de trabalho, troca de serviço, ajuda mútua, então, é um processo já que ele traz como experiência dele próprio. Este foi um fator que pesou bastante. Outro foi o período, *o Estado teve também uma presença muito forte na definição de como iniciar o assentamento, já iniciou de uma forma associativa*. Já criou a associação para iniciar o assentamento”. (assentado, área 1, 44 anos, grifo meu)

No início foi fundada a “Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pirituba”, após mais de 15 dias de discussão com os agricultores. Segundo artigo da ABRA (1985), os responsáveis pelo assentamento decidiram desenvolver o trabalho em associação, pois o trabalho individual tradicional se mostrava um empecilho, devido: a) a premência do tempo para o desmatamento obrigava a fazê-lo mecanicamente; b) as famílias isoladamente não tinham recurso para a compra de máquinas e implementos; e c) havia recurso disponível na Caixa Econômica na época.

A função da associação foi organizar o início do assentamento: distribuição de lotes, definição de agrovila, forma de produzir, compra de equipamentos e planejamento da produção. A associação teve bastante peso, influenciando em algumas decisões que são organizacionais, e contou com a influência do Estado conforme o depoimento:

“Primeiro passo, discutir o trabalho coletivo foi proposto pelo Estado, era uma experiência proposta pelo Estado. Que é uma espécie de um ‘pacotinho’, quer dizer, nós vamos fazer um assentamento, vamos disponibilizar de assistência técnica, de recurso em infra estrutura, mas vai ter que trabalhar coletivo, vai ter que ter uma experiência piloto, era o grande sonho do governo naquela época, do grupo técnico.” (assentado, área 1, 44 anos)

Inicialmente, esta associação foi única para as duas áreas, mas na seqüência acabam por desmembrá-las ficando uma área 1 e outra da área 2. Não houve nenhum motivo grave para a separação da associação. Entre os fatores assinalados para a separação esta a distancia entre as duas áreas, o que dificultava a comunicação entre elas, e também o custo de implantação, pois era maior para a área 1 em relação a área 2, visto o estado de abandono que a primeira se encontrava em relação a segunda, onde haviam arrendatários cultivando a terra.

“as associações, lá iniciou uma associação e depois desmembrou em duas. Área 1 e 2. Aconteceu por causa da distancia. Quando foi desmembrada não tinha ainda nenhum problema e se trabalhava na perspectiva do dar certo ainda. Foi logo em seguida. Era uma questão física mesmo, de distancia. E até de realidades, de situações concretas, porque a área 1 era uma área mais difícil de trabalhar, que estava mais abandonada, cerradão bruto, né. A área 2 era uma área que tinha arrendatários plantando. O custo da área 1 era maior que o custo da área 2, então isto influenciou muito” (assentado, área 1, 44 anos)

“E aí, como era difícil naquela época, daí começou a dar divergência entre a área 2 e área 1, os caras falavam: ‘Mas, como que pode, uma diretoria só, se os caras nem aqui não vem, não sabe o que a gente faz, não faz’.” (assentado, área 1, 40 anos)

Houve todo um processo de indução para a adoção da forma coletiva de organizar a produção, em função principalmente do capital disponível. Neste caso a área 1 e 2 sofreram o mesmo processo. Tudo era decidido em assembléia, mas os elementos necessários à tomada de decisão pertenciam mais a um agente social do que a outro, ou seja, os técnicos detinham um saber que não era de domínio dos assentados, e estes por sua vez decidiam com base em seus interesses de momento.

“Nós podemos fazer isso ou isso, mas isso é mais fácil, então aí, o pessoal votamos nisso, que é mais fácil. Então, tipo assim, nós podemos dividir essa terra toda em lote de 7 alqueire e dá para cada um, mas podemos não dividir, mas receber financiamento para a compra de máquinas e tudo que nós precisamos, se for coletivo. O que vocês preferem? Ah, preferimos então o coletivo. Nós podemos plantar isso aqui, um pedacinho cada um, com os recursos que tem, mas podemos financiar através da Caixa, mas tem que ser coletivo. O que vocês preferem? Preferimos o coletivo. Então, foi um processo de indução, e o dinheiro, fator principal para induzir.” (assentado, área 1, 44 anos)

Segundo os depoimentos o primeiro ano de produção em associação foi muito bom, o que motivou os assentados a continuarem produzindo coletivamente, e aqueles que tinham dúvida em relação a forma de organizar a produção proposta pelos técnicos, ficaram de momento convencidos. Afinal, teve distribuição de sobras, ou seja, o dinheiro da venda da produção naquele ano pagou os custos e ainda sobrou um pouco para ser distribuído entre os associados. Já no segundo ano, o mesmo feito não se repetiu, e aí começaram a surgir descontentamentos. No terceiro ano, então, foi pior, pois as dívidas com o investimento começaram a vencer. E uma coisa que os assentados não

entendiam bem era a dívida com juros e correção normais, somado a uma quebra na safra. Foi um processo que acabou afetando a associação, surgindo as desconfianças com relação a administração e a possibilidade de corrupção.

Na **área 1**, esse processo teve conseqüências políticas, pois logo na primeira crise da associação, alguns associados queriam se retirar da associação. Mas em assembléia decide-se que aqueles que saíssem da associação teriam que deixar o assentamento. Este fato acaba na justiça, pois mesmo com o risco de perderem a terra, alguns associados deixam a associação e acabam perdendo o direito de permanecer no assentamento por decisão judicial, com base no fato da concessão do direito de uso estar com a Associação. Este fato político vai ser fruto de discórdia mais a frente, pois alguns que queriam sair da associação não o fizeram com medo de perder a terra conquistada, mas se mantiveram descontentes. Estes serão os primeiros a propor a extinção da Associação.

O desequilíbrio financeiro da Associação no terceiro ano se agrava bastante, e um dos fatores é a inadimplência de alguns dos associados. O fornecimento, desde a alimentação até os insumos para o cultivo, era adiantado aos associados. Estes passaram a não pagar a associação, inclusive existiam aqueles associados que vendiam escondido a produção, não quitavam sua dívida e permaneciam com o dinheiro, o que permitia uma certa “poupança”. Numa tentativa de solucionar essa crise são montados grupos de produção, com o objetivo de controlar os desvios da mesma. Mas essa medida não funciona, o que leva os associados em assembléia a propor a extinção da associação. Havia duas propostas referentes ao pagamento das dívidas: um grupo propunha a venda de todo o patrimônio e a quitação da dívida geral; outro grupo que os associados

devedores quitassem suas dívidas e o patrimônio fosse distribuído entre os associados. Este impasse criado na assembléia acaba se arrastando até a decisão judicial. Quando finalmente se chega a um acordo, o patrimônio já não cobre mais as dívidas. Isso causou um desgaste muito grande entre os assentados, porque, os que estavam em dia com suas dívidas, se sentiram lesados pelos assentados devedores e ainda por cima guardaram dinheiro, se capitalizaram as custas dos demais.

Este episódio não é muito diferente do ocorrido na área 2, no que se refere ao endividamento da associação e da decisão dos assentados extinguirem a associação.

Mas, o que acontece na área 1 que a torna bastante diferente da área 2, é o fato de apesar de extinta a associação, esta manteve processo organizativo de grupos de produção, ou seja, a semente deixada pela proposta de trabalho coletivo levada a termo pelos técnicos do Estado conseguiu se recriar após a crise. Fato que não ocorreu na área 2.

A área 1 entra então numa nova fase, onde as algumas famílias se reúnem e decidem continuar trabalhando coletivamente.

“No primeiro ano que a gente trabalhou junto nesse grupo de 20 e poucas pessoas, que era dois grupos. O restante do pessoal que era da associação praticamente ficou tudo individual. Depois foi formado um ou outro “grupinho”, que dali um pouco, já se desmanchava de novo. Então conseguimos dinheiro para comprar um arado e mais outras coisas que nós compramos. Construimos os barracões que nós tem, construimos aquele “escritorinho”, que a gente tem lá também. E aí fomos batalhando, batalhando. Conseguimos crédito de novo no banco para construir barracão de chiqueiro e outras coisas que a gente foi conseguindo ao longo

desse tempo. Daí a gente conseguiu também que esses dois grupos, que era o grupo do Paraná e o grupo do Baiano, fundamos a cooperativa na época a COPROCOL.” (assentado, área 1, 40 anos)

Então, fundam duas cooperativas de produção agropecuária: a COPROCOL e a Cooperativa 13 de maio. Inicialmente essas cooperativas são totalmente coletivas em capital e em trabalho. Adotam a divisão técnica de trabalho e se dividem por setores. Isto é, os associados desenvolvem atividades específicas dentro dos setores que estão relacionados com a atividade produtiva. Por exemplo, existe o setor de máquinas, de agricultura, de pecuária, e assim sucessivamente de acordo com as atividades produtivas que se desenvolvem. Existe o sistema de cotas referentes a distribuição da produção de subsistência, e a remuneração do trabalho é feita por hora trabalhada, cujo controle é realizado pelo coordenador de setor.

Na COPROCOL foi realizado o LOC, o que contribuiu tecnicamente para conformação da cooperativa, mas segundo depoimentos teve uma contribuição negativa teve uma contribuição negativa nos aspectos sociais.

“Olha essa avaliação aí é meio complicada. Para qualquer pessoa nossa que você for lá perguntar sobre a questão do laboratório eles, acredito, nunca vão falar bem para você. Porque foi um negócio assim, que na nossa avaliação, talvez veio a piorar a situação da cooperativa, a questão social dentro da cooperativa. O pessoal não era acostumado naquele sistema de repente alguém joga uma empresa na mão e você tem que administrar ela. Como que, um camarada que é da roça, você vai querer mudar a cabeça dele do dia para noite, não existe isso. Então foi um negócio muito mal colocado, na minha opinião.” (assentado, área 1, 40 anos)

A análise feita por este assentado, é muito próxima das análises mais gerais realizadas na Pirituba como um todo. Ou seja, os assentados elogiam a proposta pelo lado técnico, mas tem restrições quanto ao impacto social. O que se evidenciou durante a pesquisa de campo foi que houve uma incompreensão com relação a totalidade da proposta do LOC. Esta incompreensão pode ser resultado da proposta não estar na linguagem da comunidade e não fazer parte de seu capital cultural (BOURDIEU e WACQUANT, 1992), sendo assim a proposta não tem nexos para a comunidade por ter sido elaborada em uma conjuntura diferente da que foi aplicada. Mais adiante apresentamos os dados das demais áreas e a influência do laboratório nas demais cooperativas e na recriação da proposta por parte dos assentados ou até mesmo da compreensão sobre a concepção de cooperação que através desta recriação se mostra como processo. O LOC também pode ser entendido como um instrumento catalisador da formação de capital social (PUTNAM, 1996), necessário para a organização social da produção e do assentamento.

A (in)compreensão quanto ao LOC é justificada da forma como segue::

“A cooperativa nossa é composta, quase que de todas as famílias das pessoas adultas, que são os titulares, quase todas analfabetas. Ninguém tem escolaridade, assim, de entendimento dessa experiência. A maioria não sabe ler, não sabe escrever, então são pessoas simples demais. Mas de repente de 30 a 40 dias quer montar uma empresa com tudo funcionando, assim a todo vapor. Isso foi um fracasso. Para nós lá não teve valor nenhum, que já é diferente de outra cooperativa aqui na região (se referindo a COPAVA da área 3) que se deu bem e estão trabalhando até hoje.” (assentado, área 1, 40 anos)

Atualmente essas duas cooperativas da área 1 se reestruturaram e se consideram hoje parcialmente coletivas, ou seja, mantêm o capital coletivo e algumas atividades conjuntas, mas a produção é realizada por cada associado individualmente. A principal mudança é que de um planejamento centralizado, antes realizado pela cooperativa, cada associado passa a ser responsável pela sua produção, ou seja, uma descentralização da produção. Inclusive na COPROCOL existem dois grupos de produção, o do Baiano e o do Paraná, sendo que o primeiro se caracteriza como individual e o segundo como parcialmente coletivo.

Na **área 2**, como referido anteriormente, o processo foi parecido com a área 1, no que diz respeito a indução do Estado quanto as vantagens de adotar a forma coletiva de produzir e ao endividamento. Mas esta área nunca se recuperou da experiência mal sucedida da associação. Em ANDRADE (1989), encontramos importantes elementos para esta análise principalmente no que se refere a relação técnico e assentado.

As aspirações dos assentados talvez não estivessem relacionadas com a coletivização da produção, como mostra a seguinte declaração referindo-se a falta de consciência da comunidade da área 2 em relação a necessidade de se organizar enquanto categoria social:

“A área 2 muitos pensam que é um “sitiantezinho”, eu já sei que não é sitiante, é um assentado e não passamos de um assentado, mas a maioria tem em conta que é um sitiante, mas não somos.” (assentado, área 2, 61 anos)

E expressa o desgosto com relação a Associação pelo fato de haver uma diferenciação entre o corpo diretor e a base, não havendo transparência no processo administrativo, e pela falta de compreensão com o aspectos financeiros por parte dos associados:

“O problema foi que os associados sofreram muita humilhação de técnicos agrícolas, eu não tenho medo de falar, humilhação da comissão da diretoria, daí desgostou das pessoas, daí foi indo, foi indo e não funcionou mais”. (assentado, área 2, 61 anos)

“Trabalhamos 3 anos em associação, daí não deu certo a associação e daí foi acabado com a associação (set/84 iniciou e terminou ago/87) (...) Não deu certo porque, olha eu reclamo muito é da administração, eu não tenho mais o que reclamar.” (assentado, área 2, 38 anos)

Esses depoimentos refletem não descrédito na cooperação, ou mesmo, na adoção de uma forma social de organizar a produção, mas sim no jeito como foi conduzido o processo no assentamento na área 2.

Assim, como reflexo da experiência passada a área 2 tem toda a sua produção organizada de forma individual. E quando muito, alguns assentados desta área estão associados a COAPRI que é uma cooperativa de prestação de serviços, cujo principal objetivo é articular os assentados e pequenos agricultores na região, evitando isolamento e consolidando a luta dentro do ideário do MST, que vai além da luta pela terra, que propõe a transformação da sociedade.

Evitar o isolamento é o que leva um assentado a participar da COAPRI:

“A área 2 é uma área tão isolada, tão mal informada. É uma área, digo assim, isolada. E eu acho que não pode assim. Pode assim, trabalhar o seu individualismo, seu

individual, mas que seja uma pessoa unida de planejamento de idéia.” (assentado, área 2, 61 anos)



Figura 4. Agrovila área 3

A **área 3** começa a se formar em fevereiro de 1986, quando ocorre uma nova ocupação, com 106 famílias, que em dezembro são assentadas em área emergencial. Esse processo de formação da área 3 foi bastante lento, e somente em 1996 é que saiu a área definitiva ou seja, se completou o módulo de 17 hectares para cada família.

Diferentemente da área 1 e 2 esta área não se consolidou em apenas 3 meses, a conquista da área se deu a conta-gotas. E, estrategicamente, a organização da produção na área emergencial foi coletiva, em função da pouca disponibilidade de terra e de capital por família; e também para não enfraquecer a luta pela conquista do resto da área. Referindo-se ao início:

“Nós criamos o emergencial, um pequeno pedaço de terra para cada família, então nesse período houve uma

mudança na organização, os grupos continuaram a luta pela terra, e ao mesmo tempo produziam no pedaço de terra que tinha, isso exigiu muito mais das famílias se organizarem. (...) Foi tudo coletivo na primeira área, não tinha como dividir a terra porque aí enfraquecia a luta para conquistar mais área. (...) Era meio acampamento, meio assentamento, interessante esse período da história. E nós como era o terceiro grupo que estava ocupando aqui a gente ficava muito na cópia, copiando como que a (área) 1 fez, como que a (área) 2 fez para organizar a produção.” (assentado, área 3, 36 anos)

Seguindo o exemplo das áreas anteriores formaram uma associação, procurando evitar os erros cometidos nessas experiências. Aqui encontramos os elementos de recriação nos processos de organização da produção. Uma avaliação sobre esta associação pode ser vista, com maiores detalhes, em QUEVEDO (1995). Atualmente ela ainda existe formalmente, mas já não tem mais função.

Quando se completou o módulo na área 3, algumas famílias saíram da associação e foram morar nos lotes e viver individualmente. Esta área possui duas agrovilas, onde mora a maioria dos assentados; apresenta dois grupos de produção coletiva e uma cooperativa também de produção coletiva: a COPAVA. Os demais assentados da área trabalham individualmente.

As áreas 2 e 3 possuem uma proximidade física, o que resultou que alguns assentados que residem no lote na área 3 tenham sido estrategicamente mudados de área, isto é, deixaram de pertencer a área 3 e passaram a pertencer a área 2.

Os dois grupos de produção coletiva, um com 8 famílias e outro com 9 famílias, funcionam com o trabalho familiar, tem capital e terra comum. Já a COPAVA, que possui 27 famílias associadas tem capital e terra comum, e o trabalho é organizado por setor, ou seja, adota-se a divisão técnica de trabalho,

sendo permitida a mobilidade de um setor para outro, desde que, haja consenso entre os associados. A cooperativa também possui um mercado.

Por estatuto, a COPAVA permite que os membros da família se associem individualmente havendo, no entanto, um limite máximo de quatro cooperados por família pelo fato de não haver disponibilidade de trabalho para todos e também por causa da estratégia distributiva. Isto porque os benefícios são para os cooperados e não suas famílias e para evitar que as famílias mais numerosas tivessem maiores ganhos se limitou o número de participantes garantindo assim uma distribuição eqüitativa. O pagamento é feito de acordo com as horas trabalhadas. É uma relação entre o total da produção pelo total de horas trabalhadas. Daí se tem o valor da produção por hora, que multiplicada pela hora trabalhada de cada cooperado resulta no valor a ser pago. Além disso, existe um adiantamento mensal que cada cooperado tem direito, além da cota de gêneros de subsistência, como leite, feijão, mel, arroz e carne. Atualmente tem em média três pessoas por família.

Nesta área também aconteceu o LOC e a avaliação é um pouco mais positiva do que na área 1, conforme ilustra o seguinte depoimento:

“Na minha avaliação, ele ajudou mais na parte do estudo. Na minha avaliação o estudo foi fundamental, foi importante no período. O pessoal do campo não tem, não é comum você sentar e falar ‘vamos fazer um estudo, vamos ler’, isso não é comum. O pessoal quando sentava, sentava para ler, fazer oração, é isso que o camponês fazia. Nós, a parte do estudo foi muito bom, nós estudamos o comportamento das pessoas, como funciona a sociedade.” (assentado, área 3, 36 anos)

Havia uma crítica com relação ao desenvolvimento prático do cotidiano do laboratório. De um lado ele contribuía com a formação, mas na prática não conseguia funcionar. Na verdade, aparentemente, o que acontecia era um monte de informação trabalhada em 30 dias que depois levava tempo para ser digerida. E o mais difícil, lidar com uma metodologia que não era do tipo “pacotinho”, que dependia de alternativas criativas para se desenvolver a contento. Afinal, as relações humanas são uma caixinha de surpresas bastante complexas.

Algumas parcerias foram apontadas: entre a cooperativa e o grupo Pró-vida de Botucatu e entre a cooperativa e o INOCAR. Estes contribuíram com o processo de organização da produção. O grupo de Botucatu estimulou a agricultura biodinâmica/orgânica, principalmente no período ainda emergencial, onde a contribuição deste grupo no planejamento da produção foi muito importante, pois existia pouca área e quase nenhum capital. Este grupo também auxiliou com sementes.

O processo na área 3 foi bem mais intenso no que se refere a luta pela terra e a organização da produção. O fato de ficar muito tempo em área emergencial produzindo coletivamente para que todos tivessem as mesmas condições talvez tenha possibilitado uma experiência que tenha contribuído para que a COPAVA tenha esse perfil atual. E com certeza, permite a opinião que segue:

“As vezes, a gente reclama dos cooperados, de que não adquire consciência. Mas a nível geral de sociedade você percebe que se conseguiu, justamente pelas dificuldades que se teve, que se as pessoas não tivessem um pouquinho de consciência não estaria trabalhando em grupo” (assentado, área 3, 28 anos)



Figura 5. Agrovila área 4.

A **área 4**, por sua vez, teve início em 1º de outubro de 1989, quando 150 pessoas, constituídas por filhos e parentes dos trabalhadores já assentados, ocupam a área. A Secretaria de Agricultura e o Departamento de Assentamentos Fundiários (DAF) reconhecem a situação irregular desses lotes e entram com ação na justiça requerendo o seqüestro das áreas. Após várias ocupações e despejos a Secretaria da Agricultura seqüestra os lotes 154 e 155 totalizando 200 ha, sendo que metade dessa área pertencia a reserva florestal da fazenda. O DAF seleciona 48 famílias, que são assentadas em caráter emergencial. E a partir daí a opção foi o de organizar a produção de modo coletivo, e com referência na experiência das áreas anteriores.

“Na época do acampamento, nós pegamos um lema da campanha da fraternidade, em 86, que eu trabalhava muito a questão da Igreja, da religião, pega alguns lema, uns temas que era muito legal e, de 86 era *Terra de Deus*,

terra de irmão e em cima desse tema de campanha da fraternidade, você trabalhava o acampamento fraterno, solidário, uma verdadeira comunidade Então você ensina e também aprende a solidariedade diante da dificuldade do acampamento.” (assentada, área 4, 55 anos)

Esta área passou um ano e nove meses em fase de acampamento, sem perspectivas, até que saiu a primeira área emergencial que foi de 89,60 ha para 38 famílias. A partir daí todo o trabalho na produção se desenvolveu coletivamente Fundaram uma associação, organizaram o trabalho e compraram máquinas e equipamentos.

Quando saiu a área definitiva, alguns preferiram ficar individuais. Este momento é visto assim:

“Só veio complicar para a gente quando a área saiu toda a terra para a gente. Quando cada um mediu sua terra, quando o estado chegou e impôs que tinha que medir toda a terra, aí começou a complicar. Cada um começou a ver seu lote, dividir, dividir, e também dividiu a discussão, dividiu tudo. Só uma coisa que a gente graças a Deus, não conseguiu dividir, foi o sistema de moradia, a gente implantou o sistema de agrovila e isso permaneceu, independentemente da forma de trabalho” (assentada, área 4, 55 anos)

Outros optaram por formar a COPADEC, que é a cooperativa desta área. Seu funcionamento se dá por setores e o trabalho e o capital são coletivos. Tem uma pequena mercearia. Os associados recebem adiantamento, tem cotas de produtos e a remuneração é por hora trabalhada.

Nesta área aconteceu o LOC e a opinião é de que ajudou até um certo ponto, indicando que o tipo de ideologia empresarial que foi trabalhado no

laboratório surtiu efeitos negativos. Em realidade cada um vê o que lhe interessa, já que se utilizou uma metodologia participativa. Vejamos a expressão disto:

“O Laboratório ajudou até um determinado ponto. Foi aí aonde entrou um capital muito grande, então assim, um capitalismo muito grande na cabeça do povo, porque deixou de ser um assentamento assim de coletividade para você entrar num capitalismo, e o laboratório foi péssimo para gente” (assentada, área 4, 55 anos)

Existe também a idéia de que não souberam compreender o laboratório, repetindo-se aqui a idéia, já expressa anteriormente.

Com o tempo algumas famílias saíram da cooperativa, umas para trabalhar individualmente, outras para formarem grupo de produção coletiva como é o caso do grupo do Alemão. Outros estão na associação de máquinas, onde trabalham individualmente, mas tem maquinário conjunto.

Isto se deu, por falta de retorno financeiro, ou por incompatibilidade de idéias. O que é fato, pois com a não existência do PROCERA, é natural que ocorra problemas financeiros, visto que muitas das cooperativas utilizavam o crédito como uma espécie de “capital de giro”. E alguns saíram porque discordavam da forma de trabalhar e optaram então para ficar individuais. Inclusive, alguns saíram e voltaram, outros acabaram por arrendar as terras pois não conseguiam produzir. E isto é visto assim:

“Depois passou para ser cooperativa, daí com o tempo umas pessoas, por princípio mesmo, algumas pessoas estava na associação, na cooperativa, mas na verdade não era uma coisa assim de consciência. Estava mais por (...) no momento ali era a melhor maneira de se trabalhar” (assentado, área 4, 36 anos)

Neste depoimento percebe-se o componente das aspirações pessoais influenciando na forma de organizar a produção. E o assentado, como agente, tem seus interesses e muitas vezes a cooperação é um caminho de transição para se conquistar aquilo que se deseja. Todo esse processo de luta contribuiu para que existisse a cooperativa e que alguns dissidentes adotassem a forma coletiva, outros apenas o capital coletivo, e ainda há aqueles que não conseguem tocar seus roçados e acabam por arrendar a terra.

Nesta área também houve o apoio do grupo de Botucatu com sementes e planejamento da produção.



Figura 6. Grupo de mulheres na agrovila da área 5.

Em abril de 1992 uma nova ocupação ocorre e como resultado forma-se a **área 5**, com 809 ha. O processo desta área foi parecido com o processo da 3 e da 4, ou seja, foi sendo conquistada aos poucos. Iniciou-se como uma área emergencial com 44 famílias que montaram uma associação no final de 1992 e

trabalharam coletivamente a produção até que saiu a área definitiva. Nesta área o módulo é de 13,5 ha. Da mesma forma, nesta área, alguns optaram pela condição individual, outros se organizaram em grupos de máquinas ou então em cooperativa. Conforme conta esse assentado:

“Quando nós completamos o módulo de terra, os 6 alqueire, que aqui não é 7, dá 6 e uma quarta mais ou menos, eles já pretendia, que quando completasse a terra, eles saiam individual, saiu um grupo de 12 famílias individual.”(assentado, área 5, 46 anos)

Em 1994, realizaram o LOC e montaram a COPANOSSA, que é coletiva em capital e trabalho. Funciona por setor, mas o trabalho é realizado somente pelos cooperados, que são somente os titulares dos lotes. Neste aspecto é diferente da COPAVA e da COPADEC, cujos sócios podem ser outros além dos titulares, ou mesmo, podem não ser assentados. O funcionamento é como as demais: há divisão técnica de trabalho, acontece um rodízio nos setores e há uma troca anual de responsáveis por cada setor. Tem benefícios como o adiantamento e a distribuição de cotas da produção e toda a produção é dividida em partes iguais, já que todos trabalham igualmente.

Além da COPANOSSA, registram-se dois grupos de mulheres: o de plantas medicinais e o de doces. São praticamente as mesmas mulheres, mas se diferenciam pelo tipo de atividade que cada grupo desenvolve. Os grupos de mulheres são independentes da cooperativa e toda a produção e renda obtida é dividida em partes iguais entre elas. O trabalho desenvolvido por essas mulheres é muito importante em especial no campo da saúde, pois uma série de pomadas e tinturas tem ajudado na região. É um trabalho de medicina preventiva e de

domínio popular sobre os medicamentos. Ou seja, dominam a produção, a manipulação e os usos das plantas em favor da comunidade.

Os argumentos para se manterem cooperados aqui foram do âmbito econômico, ou seja, que a cooperativa os transforma em médios agricultores, o que acaba facilitando em uma série de aspectos. Por estarem organizados em agrovila, quando se implementou a infraestrutura, beneficiou a todos simultaneamente.

A área 5 repassou uma área de 13 ha para sede da COAPRI. Para isso foi feita uma discussão interna e se definiu por cede-la para a cooperativa regional. Isto porque era mais fácil dar um uso coletivo para a área restante da demarcação de lotes por família do que definir quem ficaria com as benfeitorias que lá se encontravam.



Figura 7. Agrovila da área 6

A **área 6** inicia o seu processo de formação em dezembro de 1994, quando 150 famílias ocupam mais uma área da Pirituba. São despejadas numerosas vezes até serem assentados em uma área emergencial. É a única área que ainda se encontra nesta situação.

Nesta área o primeiro plantio foi totalmente coletivo, contando com o apoio das demais áreas que cederam sementes e máquinas para realizá-lo. Tiveram uma boa produção com baixo custo, pois não utilizaram adubo e não pagaram pela semente e nem pelo trabalho das máquinas. Já para o segundo cultivo ocorreu discordância em como realizá-lo. Após discussões definiu-se por deixar a liberdade de escolha para cada um. Então das 64 famílias iniciais, umas adotaram a forma cooperativa, outras adotaram o sistema de associação e alguns decidiram ficar individuais. Nesta área são aproximadamente 7 ha para cada família. A cooperativa “Chico Mendes” possui hoje 12 associados, pois parte dos cooperados foi transferida para áreas definitivas em outras áreas da Pirituba (áreas 1 e 4), resultado de sobra de terras da última medição realizada pelo ITESP.

A área 6 também toma por base o que aconteceu nas demais áreas:

“A nossa experiência de cooperativa na área 6, é um pouco o reflexo das outras cooperativas que já se constituíram anteriormente. Nós aproveitamos da experiência deles para desenvolver o trabalho de produção em cooperação. E temos uma cooperativa informal, justamente pelo fato de estarmos em uma área emergencial” (assentado, área 6, 38 anos)

A cooperativa funciona por setor, existe a divisão técnica do trabalho. A forma de trabalhar é como na área 5, ou seja, é só um membro por família (titular

do lote) e a produção é dividida em partes iguais. Existem os benefícios de cotas em relação a produção de subsistência para os cooperados.

Na área 6 não foi realizado o LOC, mas alguns assentados participaram deste na área 5. A opinião apresentada a seguir sobre o LOC é de um assentado que não participou, mas que tem uma reflexão sobre o assunto:

“Acho que o laboratório é muito importante, pelo que ouvi falar, e acho que o pessoal não soube aproveitar, porque o laboratório ele dependia muito mais da organização interna em estimular para os assentados participarem. E teve muitos assentados que acabavam indo, mas acharam que era uma obrigação (...) É um processo de formação e capacitação, a idéia era interessante”

Nesta área, por ser emergencial as casas ainda são provisórias, de “costaneiras e papelite”, não há luz elétrica nem sistema de esgoto. Há pouco tempo conseguiram uma roda d’água e com isso movimentam uma bomba que transporta a água de uma nascente até uma caixa que por gravidade chega nas casas. Este conforto de ter água em casa foi conseguido através de uma parceria internacional. Um grupo de visitantes da Espanha em uma vivência no assentamento doou os equipamentos necessários e também contribuiu com a instalação.

Existe um centro comunitário que é a antiga sede. É a única casa que possui luz elétrica e água encanada. Em termos de patrimônio a cooperativa possui maquinário e implementos e também tem os equipamentos para processamento de mel.

A base da produção nas cooperativas e mesmo dos demais assentados é o feijão e o milho, enquanto culturas temporárias comercialmente, e o arroz para

consumo. Todas as áreas possuem pecuária de leite, e a produção majoritariamente é para o consumo interno entre as cooperativas. Entre os individuais existem aqueles que comercializam com cooperativas de leite da região. Também existe um investimento em pecuária de corte, como o da área 5 está investindo em melhoramento do gado. O mel é outra atividade presente na região. Todas as atividades são desenvolvidas a partir de práticas convencionais. Mas, apesar disso, os assentados tem falado em buscar “um novo jeito de produzir”, inclusive porque a forma como o projeto se desenvolveu até o momento foi muito dependente de crédito. É apontado como sendo um erro de estratégia a dependência, além de estar presente no discurso a qualidade dos alimentos, assim como a redução dos custos de produção e a dependência em relação aos insumos externos.

Existe também entre os cooperados aqueles que são chamados de “liberados”, pois estão livres do trabalho na cooperativa, mas são cedidos para realizar atividades em outros setores do MST. Este é o caso, por exemplo, daqueles que trabalham no setor de educação, de saúde, de comunicação, em instancias regionais, estaduais e nacionais. No caso, os assentados da Pirituba têm um sistema de trabalho na COAPRI, ou seja, existem liberados trabalhando na cooperativa regional. Inclusive está presente a proposta de que a COAPRI orquestre as relações de intercooperação.

Quanto ao trabalho, detecta-se toda uma teia de relações, de troca de serviços, ou de prestação de serviços entre os individuais e as cooperativas e entre as cooperativas entre si.

A Tabela 2, a seguir, apresenta um resumo da distribuição das áreas do Projeto Pirituba II, onde se desenvolveu o trabalho de campo.

TABELA 2. Caracterização do Projeto Pirituba II quanto ao número de famílias, área ocupada, data de início e localização, 1998/99

Área	Município	N.º Famílias	Início	Área total (ha)
1	Itapeva	89	1984	2511,00
2	Itaberá	53	1984	1341,20
3	Itaberá	73	1986	2142,33
4	Itapeva	51	1991	1096,83
5	Itaberá	39	1992	807,71
6	Itapeva	52	1996	108,57
TOTAL		357		8007,64

Fonte: Fundação ITESP/DAF, caderneta de campo 1998/99

Atualmente todas as áreas estão sob responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, alocado na Secretária de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

V. DIALOGANDO COM OS DADOS

Nesta parte do texto apresentaremos primeiramente uma caracterização geral da Pirituba e na seqüência discutiremos os dados obtidos e em que estes contribuem para compreender a proposta desta pesquisa que é procurar compreender como a formação política, a gestão das formas sociais de produção, as aspirações e os desejos das pessoas, e os atores externos ao assentamento (ONG, STR, MS, Partido Político, Igreja e Estado); influem no processo organizativo do assentamento.

As seis áreas da Pirituba não se diferenciam muito em termos gerais no que se refere ao tipo de produção agrícola. Em todas elas podemos encontrar as mesmas culturas, predominando a lavoura do feijão (das águas e da seca) e o milho. As práticas agrícolas são do tipo convencional, ou seja, todos cultivam conforme as regras da “revolução verde”¹. É uma agricultura moderna, mas descapitalizada. Isto quer dizer que algumas práticas (como uso de adubos e pesticidas químicos, bem como corretivos para o solo) deixam de ser usadas devido a falta de recurso financeiro, sendo o uso de maquinário dificilmente suspenso. Em relação a pecuária é comum a presença de rebanho bovino tipo leite e carne, e rebanho suíno. Todas as áreas estão organizadas em agrovilas, onde encontramos a casa de moradia e o lote de subsistência (quintal). Nesse lote encontramos as pequenas criações (galinhas, porco e coelho), hortaliças e frutas.

Em sua maioria, as famílias são da região, vindas dos bairros rurais ou das cercanias do Paraná, cuja fronteira com a região é bem próxima. A maioria dos

¹ Termo empregado para designar o processo de modernização da agricultura com o emprego da mecanização, uso de insumos químicos e sementes melhoradas.

assentados trabalhava em atividades ligadas ao meio rural como será detalhado mais adiante.

Tabela 3. Caracterização Geral do Projeto Pirituba II quanto a distribuição de lotes e ocupação das áreas, 1998/99.

Especificações	Áreas					
	1	2	3	4	5	6
Área total do projeto (ha)	2511,00	1341,20	2142,33	1096,83	807,71	108,57
Área total lotes (ha)	1520,02	869,20	1387,94	891,27	584,54	
Área total de exploração comunitária (ha)	52,03				60,81	
Área agricultável (ha)	1605,66	869,20	1387,94	891,27	646,35	108,57
N.º total de lotes	91	53	73	51	39	52
N.º lotes vagos	2					
N.º lotes levantados	89	53	73	50	39	52
N.º lotes não levantados	0	0	0	1	0	0
Área ocupada (agrícola+agrovila) (ha)	1486,61	869,20	1387,94	873,79	585,54	108,57
Lotes com agrovila	89	53	66	50	39	

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

A diferença entre as áreas está no processo que originou cada uma delas, e no número de famílias por área (conforme apresentada na Tabela 1). Do período Montoro até os dias atuais parece não ter ocorrido muita mudança na política de implantação de assentamento no projeto Pirituba II, conforme assinala BARBOSA (1994). No planejamento o que observamos é que todos os lotes possuem área de produção e área de subsistência onde se localiza a moradia. É o sistema de agrovilas e está presente em todas as áreas, sem exceção. A Tabela 3 apresenta a organização do projeto Pirituba em relação a distribuição das áreas.

TABELA 4. Distribuição da área de cultivo no Projeto Pirituba II (%), 1998/99.

Especificações		Áreas					
		1	2	3	4	5	6
Culturas	Anuais	88,28	91,30	85,00	95,61	93,79	98,15
	Permanentes	0,09	0,00	0,00	0,02	0,24	0,00
	Olerícolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	total	88,37	91,30	85,00	95,64	94,02	98,15
Pastagens e forragens	Pastagem	10,50	8,32	14,29	3,78	5,70	1,85
	capineira/silagem	1,12	0,38	0,71	0,37	0,21	0,00
	total	11,63	8,70	15,00	4,15	5,92	1,85
Reflorestamento		0,00	0,00	0,00	0,21	0,06	0,00
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(%) Área cultivada/área dos lotes		88,87	146,38	106,87	108,01	144,89	332,44

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

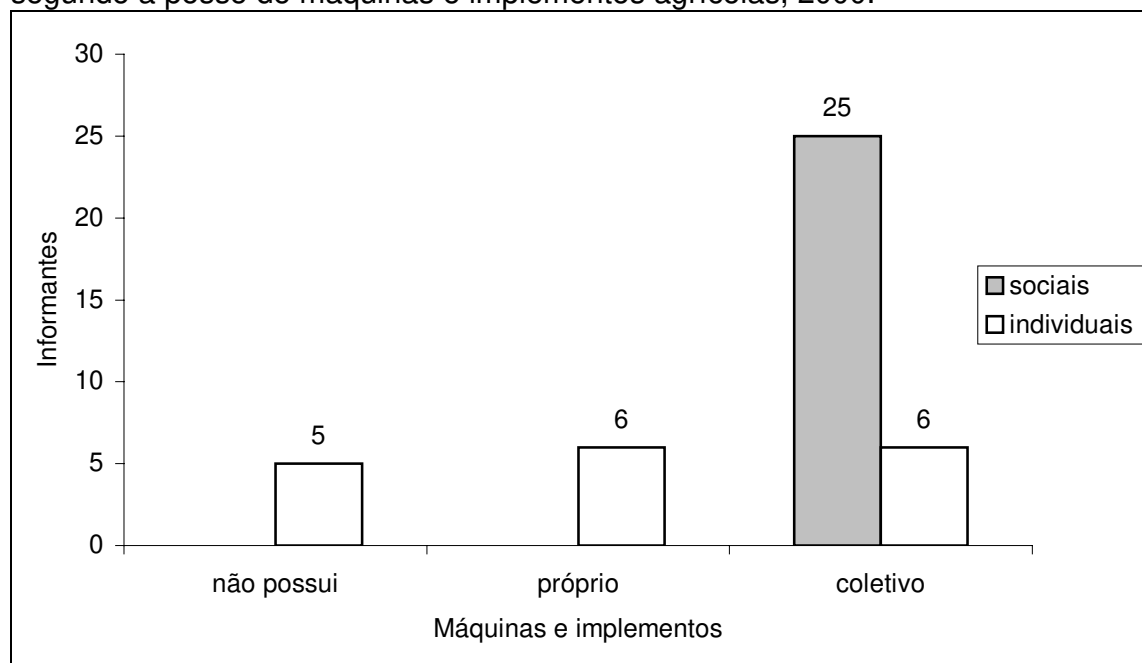
No que diz respeito a produção, a Tabela 4 oferece um resumo de como as áreas cultivadas são ocupadas. As culturas anuais mais comuns nas áreas são feijão e milho, sendo que em termos de cultura permanente há predominância de frutíferas como uva no caso da área 1 e uma pequena área de nectarina no caso da área 4. Também havia cultivo de maracujá nas áreas, mas foi todo perdido com uma chuva de gelo ocorrida em outubro de 1998. Este quadro se refere apenas a área de produção e lembramos que todos os lotes tem uma área destinada para o autoconsumo (ou subsistência) que varia de 1,12 a 2,24 ha, conforme estabelecido no projeto de implantação de cada área, a exceção da área 6 que é uma área emergencial, onde cada família possui em torno uma área de 7 ha como lote de produção e a agrovila apresenta apenas um pequeno quintal. Percebemos, segundo os dados da Fundação ITESP, que há um uso intensivo dos lotes de

produção em todas as áreas através da relação entre a área cultivada e a área dos lotes.

Na seqüência estaremos apresentando os dados obtidos em campo no ano de 2000, os quais estão divididos entre 'sociais' e 'individuais'.

Todos os 'sociais' possuem máquinas e implementos agrícolas. Já os 'individuais' normalmente necessitam alugar (Figura 8). É interessante assinalar aqui que algumas das formas 'sociais' em realidade têm como único vínculo o uso comum das máquinas, como é referido pela CONCRAB (1997). A união de capital foi a estratégia adotada como forma de garantir o investimento em máquinas e implementos agrícolas.

FIGURA 8. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a posse de máquinas e implementos agrícolas, 2000.

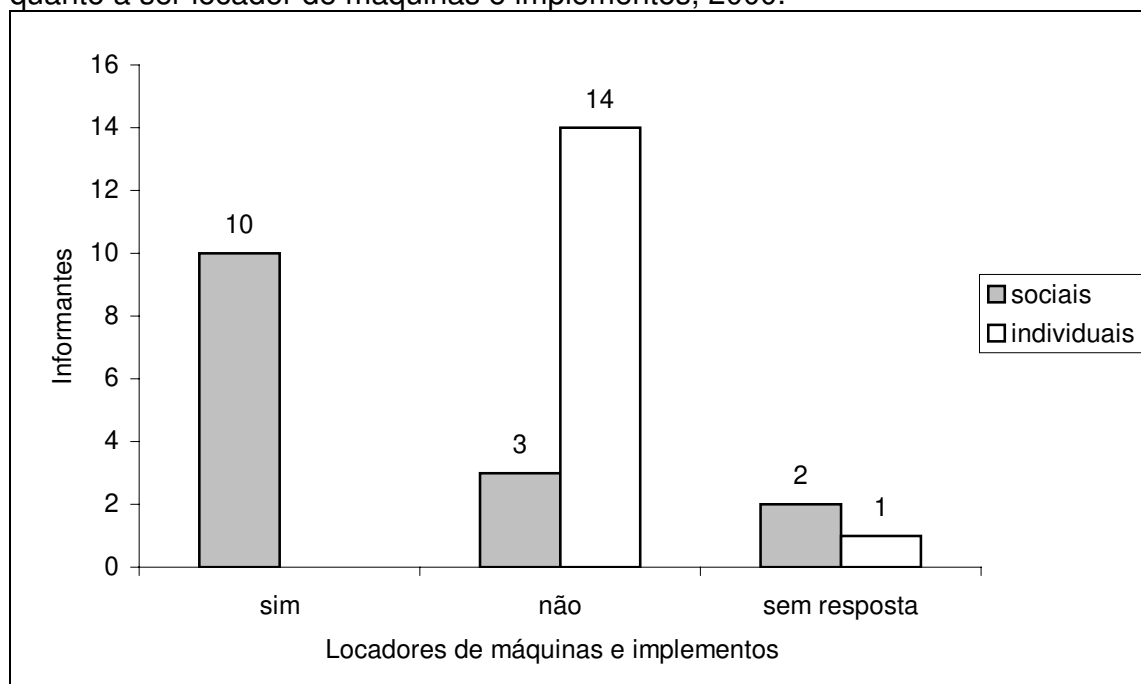


Fonte: Dados de campo, 2000.

O uso de máquinas faz parte da estratégia produtiva dos assentados na Pirituba. Ao serem questionados sobre o aluguel de máquinas e implementos

(Figura 9 e 10), o retorno foi muito interessante, pois muitos substituíram a idéia do aluguel por troca de serviço.

FIGURA 9. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a ser locador de máquinas e implementos, 2000.

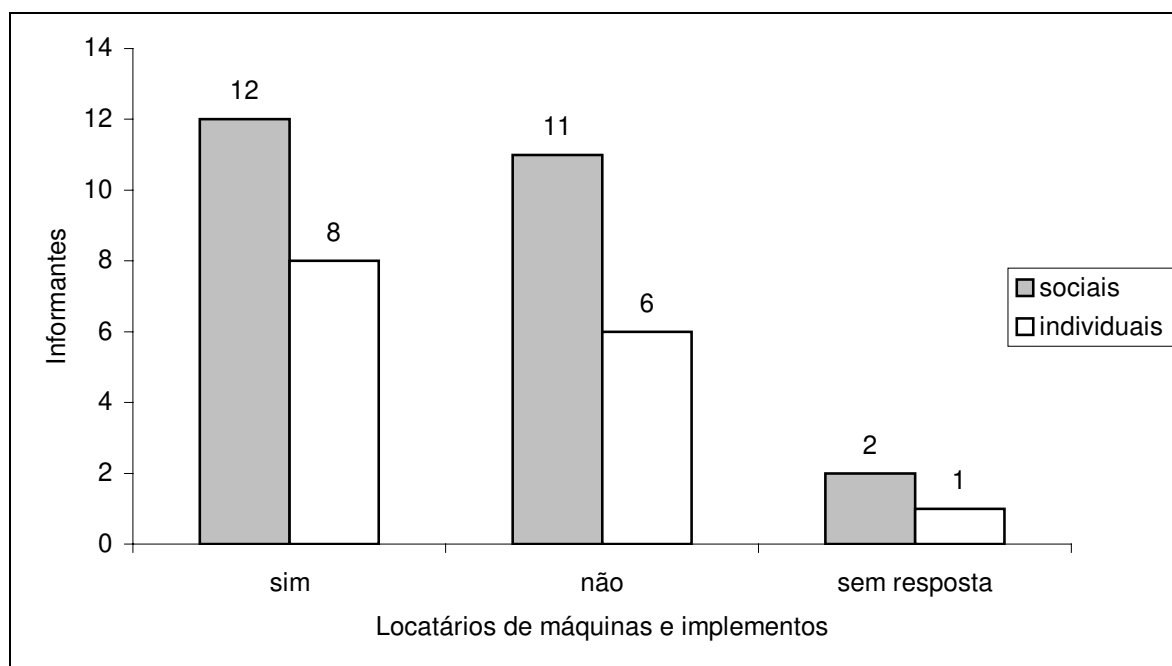


Fonte: Dados de campo, 2000.

Foi freqüente entre as cooperativas a afirmação de que trocam serviços entre si, e que a relação com os 'individuais' é diferenciada, sendo o serviço muitas vezes pago em produto ou dinheiro. O que queremos salientar aqui, é uma diferença na forma de tratamento entre os assentados: os 'sociais' trocam serviço entre si, já os 'individuais' tem uma relação de pagamento dependente da relação estabelecida com os 'sociais', indicando que há uma diferenciação interna entre os assentados. E o referencial da troca é o valor local de mercado do serviço prestado, ou seja, há uma mediação através dos preços praticados no mercado local e isto serve também para contratação de mão de obra. Em realidade se

“troca serviço” e se “presta serviço”, mas o mercado local é que faz a mediação, não importando se são ‘sociais’ ou ‘individuais’.

FIGURA 10. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto ser locatário de máquinas e implementos, 2000.

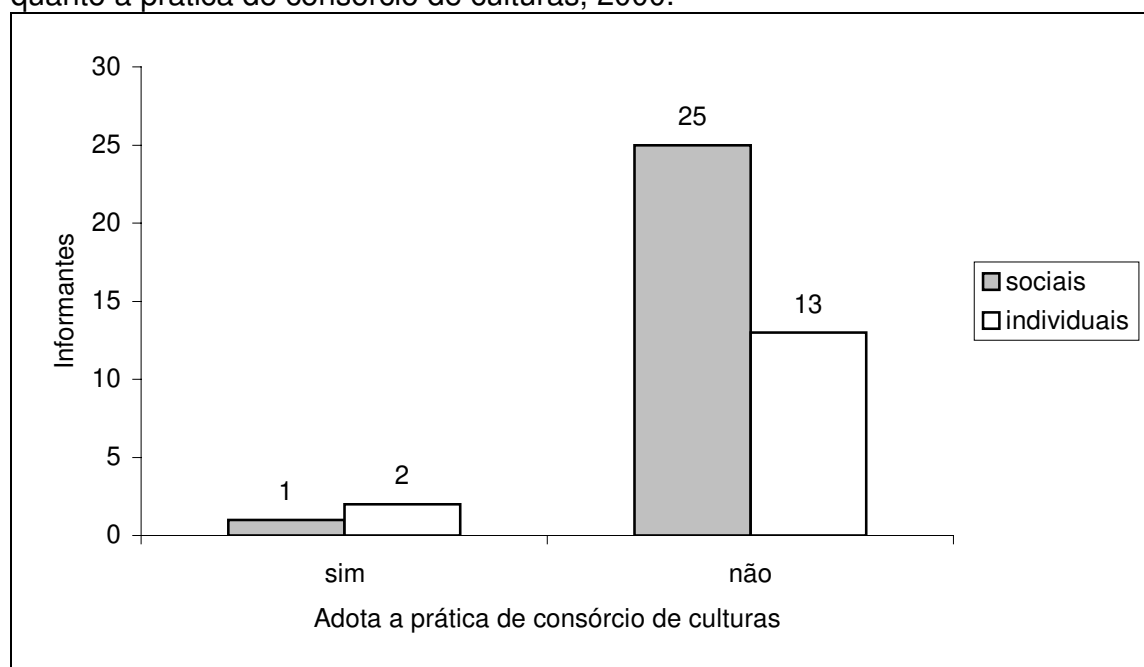


Fonte: Dados de campo, 2000

Apresentamos três questões relacionadas as práticas agrícolas: uma se refere a prática de consórcio (Figura 11), outra com relação ao uso de adubos (Figura 12) e a última sobre manejo de pragas (Figura 13). O que percebemos é que a agricultura desenvolvida no assentamento é do tipo convencional, e que os assentados somente deixam de seguir este padrão devido a ausência de recursos financeiros. Não fosse esta limitação registraríamos uma total adesão as práticas convencionais. Tanto os ‘individuais’ quanto os ‘sociais’ fazem monocultivos e plantam sucessivamente na mesma área os mesmos cultivos sempre e sem nenhum tipo de consórcio.

Alguns entrevistados manifestaram a idéia de iniciar a diversificação da produção, bem como, algumas práticas alternativas para adubação e controle de pragas e doenças, mas não é algo freqüente, diríamos até, insipiente.

FIGURA 11. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a prática de consórcio de culturas, 2000.

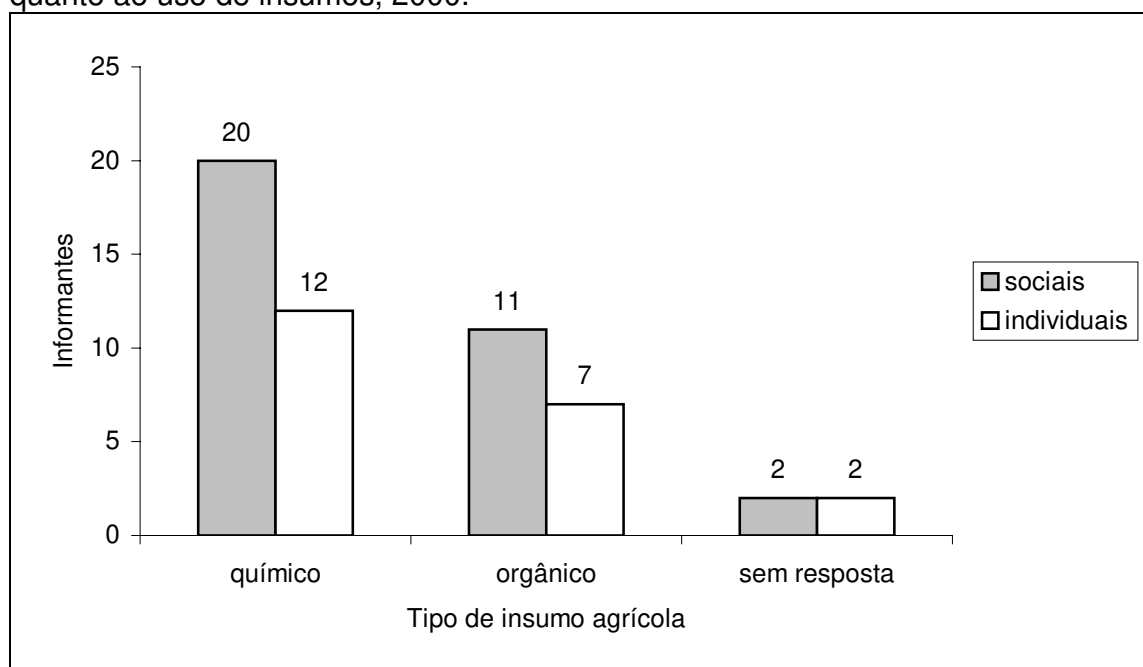


Fonte: Dados de campo, 2000.

O Gráfico (figura 13) mostra que entre os assentados 'individuais' o uso de práticas alternativas, no controle de pragas, é maior. Isto pode estar relacionado com a forma como esta organizada a produção destes assentados, ou mesmo a uma menor disponibilidade de capital. Já, os 'sociais', que adotam a forma coletiva de produzir, cultivam suas lavouras como um único campo, monocultivado, pois o uso de técnicas convencionais simplifica o trabalho. Essa opção traz conseqüências danosas ao ambiente (ALTIERI, 1989; EHLERS, 1996; PRIMAVESI, 1992; COLBORN et al., 1997).

O trabalho quando realizado pelos 'individuais', geralmente, é realizado por homens e/ou jovens. Já entre os 'sociais' há uma variedade de arranjos com relação ao trabalho, muito em função da introdução da sua divisão técnica (Figura 14).

FIGURA 12. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto ao uso de insumos, 2000.

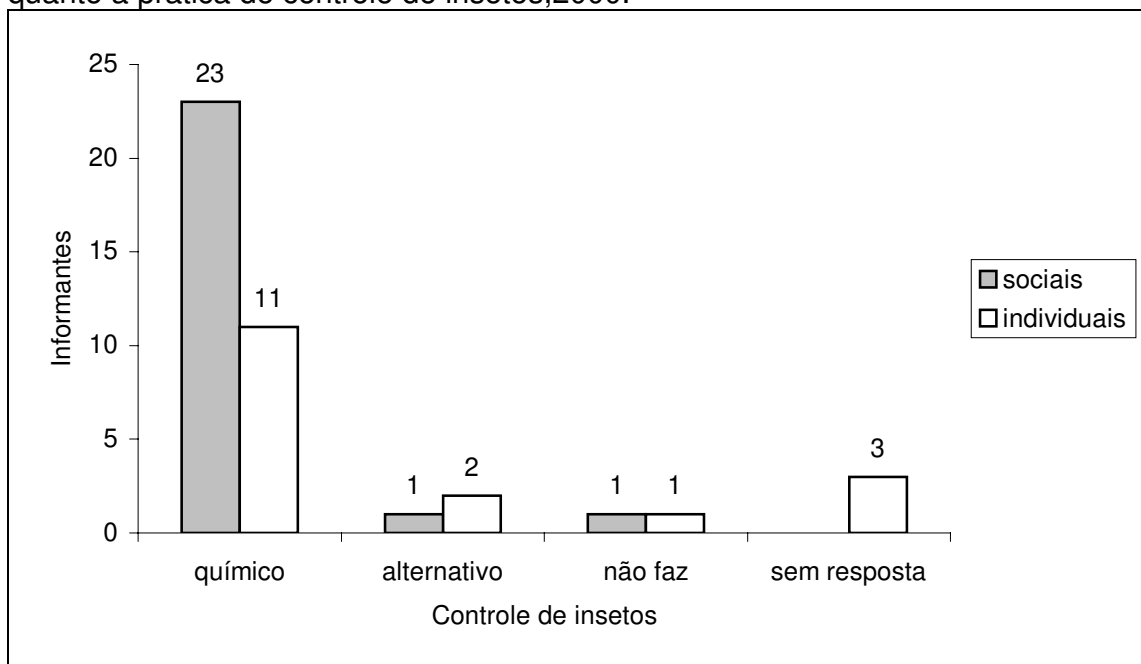


Fonte: Dados de campo, 2000.

As cooperativas estão organizadas em setores e, apresentam duas formas de organização do trabalho, ambas baseadas no trabalho dos cooperados. Algumas cooperativas têm apenas os titulares do lote como sócio sendo que neste caso somente estes trabalham. Outras têm também os integrantes da família como sócios, mas limitando o número de cooperados por família. Esta estratégia está relacionada com a remuneração do trabalho e a divisão da produção. Neste caso registra-se o trabalho dos jovens, das mulheres, enfim, de todos aqueles que são cooperados, titulares dos lotes ou não. No geral, todos contratam serviço de

terceiros (Figura 15) para colheita, sendo que os 'individuais' em maior grau. Alguns dizem trocar serviço, mas essa troca de serviço é mediada pelos valores encontrados no mercado local.

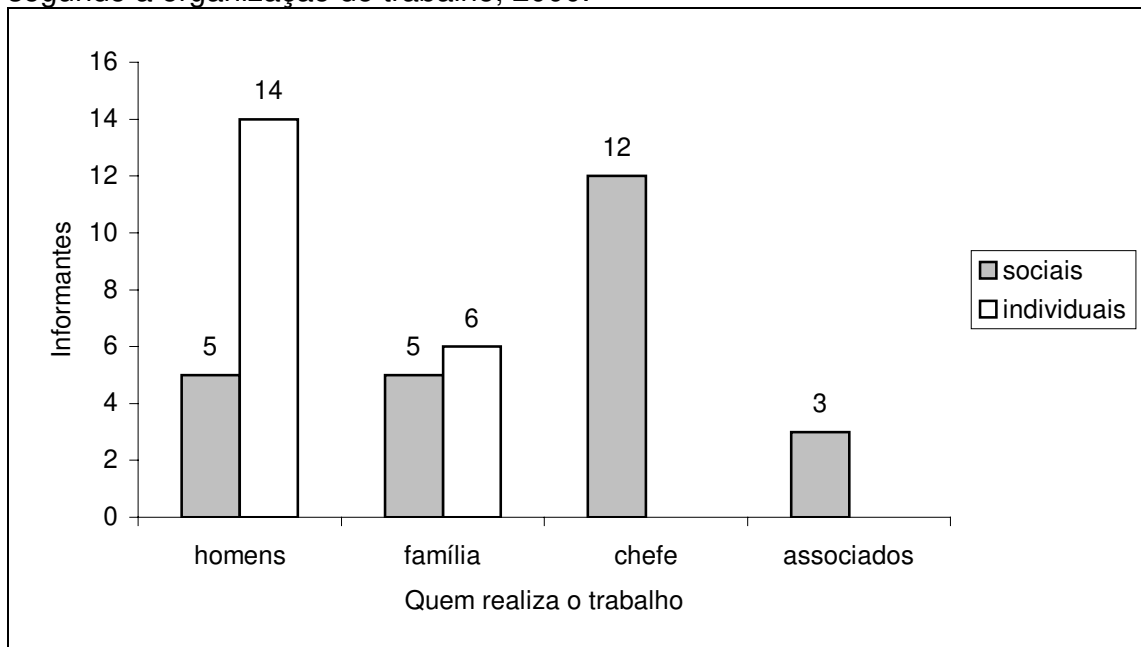
FIGURA 13. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa quanto a prática de controle de insetos, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

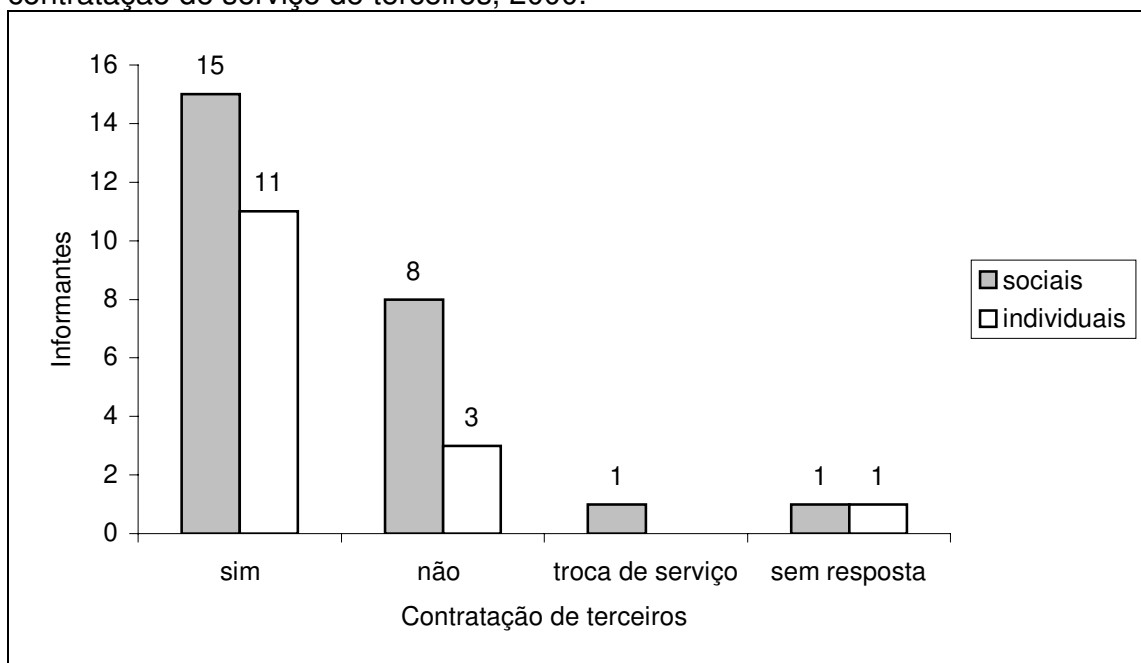
Dentre as vantagens assinaladas com a divisão técnica do trabalho estão a idéia de menor 'penosidade do trabalho agrícola' (CHAYANOV, 1974), pois os assentados que organizam o trabalho valendo-se de uma divisão técnica afirmaram que as atividades agrícolas ficam mais leves. O exemplo presente é a divisão das cooperativas em setores e da especialização do trabalho em contraposição a organização do trabalho nas unidades de produção individuais. Alega-se que este tipo de arranjo possibilita uma maior participação das mulheres e dos jovens.

FIGURA 14. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a organização do trabalho, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

FIGURA 15. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo contratação de serviço de terceiros, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Consideramos da maior importância o fato de que esse jeito de organizar do trabalho, adotado pelas cooperativas, permite que as pessoas possam dedicar mais tempo a outras atividades como é o caso, por exemplo, dos “liberados”, que podem exercer atividades para a organização do MST, sem comprometer seu provimento e o da família (FERNANDES, 2000; MONTEIRO, 1996). Como diz BERGAMASCO (1994:233) “a consciência de participação política no movimento, embora vivenciada por muitos assentados, muitas vezes não é suficiente para resolver as condições objetivas de produção daqueles que se ausentam do trabalho”, e a forma de produzir coletivamente se apresenta como uma alternativa concreta para permitir que os assentados contribuam com sua organização política.

Conforme a Fundação ITESP (1998/99), a relação entre o número de participantes nas formas sociais em relação ao total de assentados nos assentamentos da Pirituba mostra que a predominância e a maior variação dessas formas estão nas áreas 3 e 5, conforme Tabela 5.

TABELA 5. Número de participantes nas formas sociais em relação ao total de assentados por área (%), 1998/99

Especificações	Áreas					
	1	2	3	4	5	6
Cooperativa	32,58	0,00	21,92	42	48,72	0,00
Associação	0,00	0,00	0,00	0,00	25,64	0,00
grupo de produção	17,98	0,00	38,36	0,00	25,64	63,46
Total	50,56	0,00	60,27	42	100	63,46

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

Este dado é interessante na medida em que permite a visualização dos assentados que organizam sua produção e seu trabalho conjuntamente, adotando alguma forma social, em relação aos que organizam sua produção individualmente. Com exceção da área 2, em todas as demais áreas essas formas sociais são representativas. No entanto, este dado não é estático, conforme foi possível observar em campo, pois há sempre uma mobilidade, ou seja, uns deixam de ser cooperados e passam a ser associados, ou mesmo formam um grupo informal. Isto é, característico do processo dinâmico de (re)adequação dos desejos e aspirações dos assentados (BERGAMASCO, 1994), no processo de conformação/recriação do “habitus” dos grupos neste campo social (BOURDIEU e WACQUANT, 1992).

O fato de estarem sob alguma forma de organização social da produção não é sinônimo de plantar junto, coletivamente, como comentamos anteriormente. Existem dentre os ‘sociais’ três arranjos quanto a forma de exploração da área de produção: podem ser coletivos, parcialmente coletivos e individuais. Tem-se que 60% dos assentados ‘sociais’ cultivam sua área em conjunto e 40% cultivam sua área individualmente.

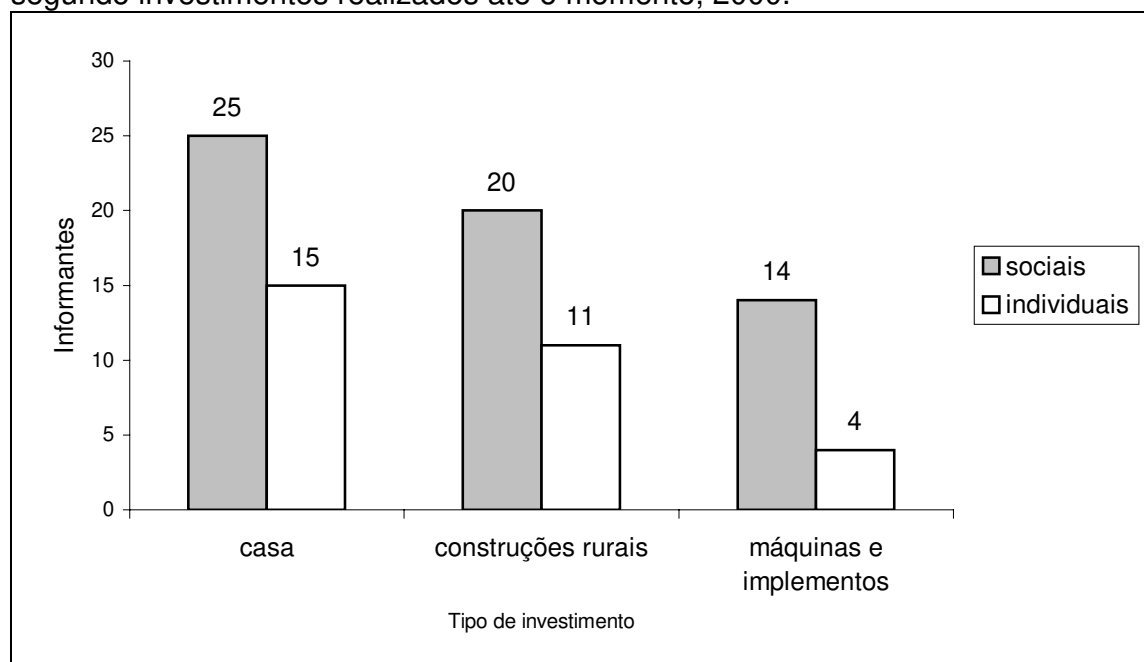
Mas, de maneira geral, percebemos que há uma parcela expressiva dos assentados, com exceção da área 2, organizados de alguma forma no que se refere a produção, e isto contribui também com a organização política, através dos ‘liberados’. Registrou-se, entretanto, que alguns dos ‘individuais’ fazem parte de cooperativa, no caso a COAPRI.

Os investimentos realizados após a chegada no assentamento são casa de moradia, construções rurais (tipo barracão, cerca, etc.), máquinas e implementos,

sendo que, tanto em termos de construções rurais quanto em máquinas e implementos os ‘sociais’ apresentam uma proporção maior de investimentos quando comparados aos ‘individuais’ (Figura 16).

Isto indica que houve um volume maior de investimento por parte dos assentados ‘sociais’ o que significa que a união possibilitou acesso a um montante maior de recursos para investimento. Por outro lado, notamos que de uma área para outra há diferença de infraestrutura. Por exemplo, na área 1 e 4 tem estrada asfaltada e luz elétrica na estrada, ou na via principal. Já a área 3 e 2 não possuem via de acesso asfaltada. A área 5 tem a agrovila próximo de uma estrada asfaltada e a área 6 , que é a mais jovem não tem luz elétrica, mas seu acesso é facilitado por estar na beira da rodovia (SP-258). Os tipos de casas encontradas podem ser de costaneira e papelite, de madeira, e de alvenaria.

FIGURA 16. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo investimentos realizados até o momento, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Em relação a experiência anterior de trabalho dos assentados, observamos nos dados por área, uma predominância de atividades desenvolvidas na agricultura conforme dados da Fundação ITESP constante na tabela 6 e expressa no Gráfico (figura 17).

Configurando o objetivo da pesquisa discutiremos a seguir a experiência de trabalho anterior à vinda para o assentamento, que é um dos componentes da história de vida dos assentados. Os 'individuais' são aqueles que declaram não fazer parte de nenhuma forma social de organizar a produção e os 'sociais', neste caso, são os que declaram participar de alguma forma social e estamos considerando forma social as cooperativas, as associações e os grupos informais.

TABELA 6. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a experiência de trabalho anterior ao assentamento (%),2000.

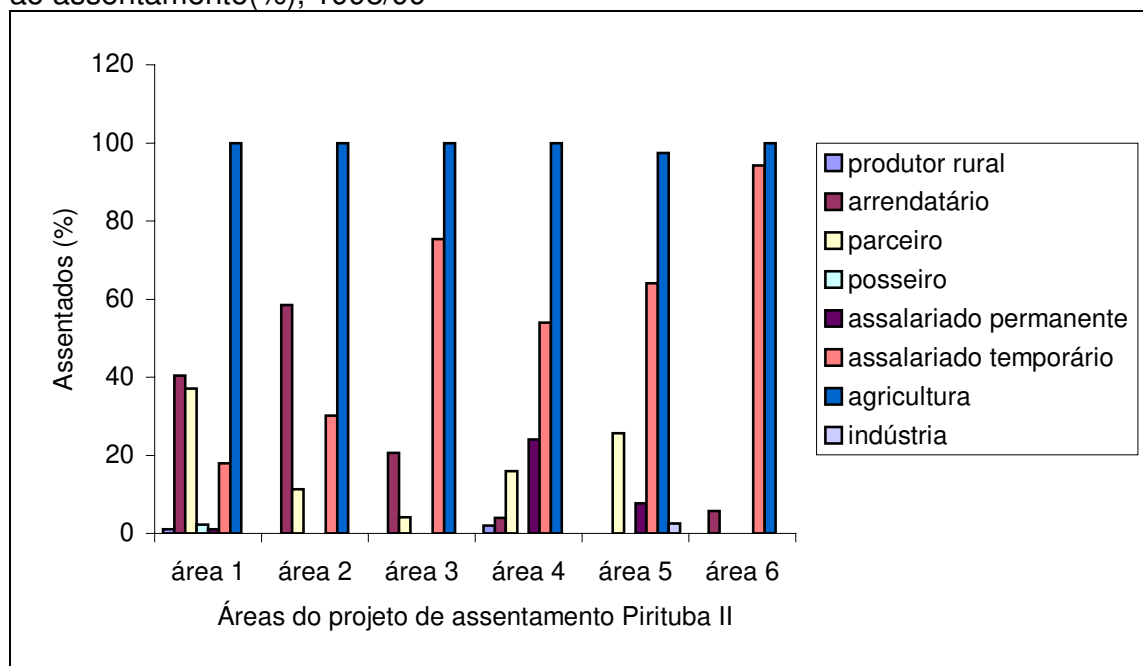
Especificações	Áreas					
	1	2	3	4	5	6
produtor rural	1,12			2		
arrendatário	40,45	58,49	20,55	4		5,77
parceiro	37,08	11,32	4,1	16	25,64	
posseiro	2,25					
assalariado permanente	1,12			24	7,69	
assalariado temporário	17,98	30,19	75,34	54	64,1	94,23
agricultura	100	100	99,99	100	97,43	100
indústria					2,56	

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

Majoritariamente os assentados ou foram arrendatários ou foram assalariados rurais (Figura 18). Neste nosso estudo encontramos um maior número de pequenos agricultores em relação ao registrado pelos dados do ITESP, na categoria produtor rural. Isto não faz diferença na análise mais geral dos dados, pois poderá ter sido simplesmente a forma de coleta de dados ou a definição do

que seja cada uma dessas categorias, mantendo o fato da maioria ser trabalhador (assalariado) com tradição na agricultura.

FIGURA 17. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo experiência anterior ao assentamento(%), 1998/99



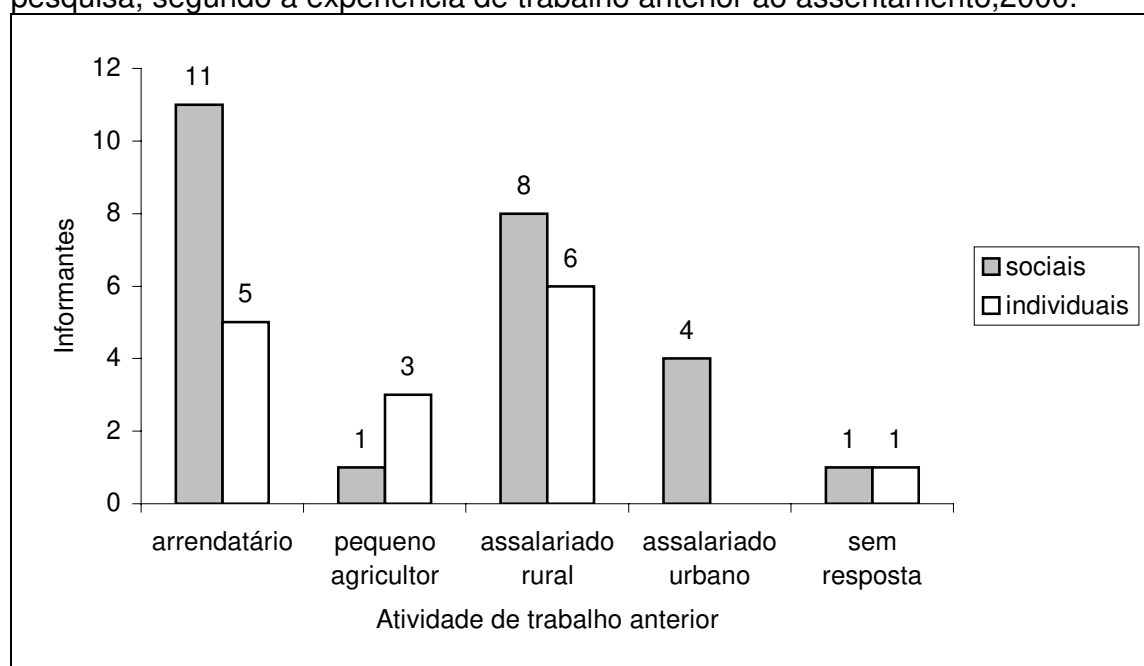
Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

Entre os 'sociais' existe a presença de trabalhadores urbanos (MEDEIROS, 2000), o que não foi detectado entre os 'individuais', que apresentam um maior número de declarantes que foram anteriormente pequenos agricultores. Esta experiência anterior vivenciada pelos assentados relaciona-se com as aspirações de ser um agricultor autônomo (ZIMMERMANN, 1994, COELHO e BOTELHO, 2000), ou mesmo da visão de que estar sobre qualquer forma social de organização da produção é o mesmo que ter um novo patrão (FRANCO, 1994). É a aspiração de não ser subordinado, de poder construir seu projeto de autonomia.

Quanto a origem, detectamos que os assentados são de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Entre os 'sociais' estão 72% de paulistas, 16% de mineiros e 16%

de paranaenses. No universo dos 'individuais' tem 20% de paranaenses e 80% de paulistas. No geral, todos são da região ou se encontravam próximos desta região na época da ocupação. Todos participaram de reuniões preparatórias dos sindicatos de trabalhadores rurais e da Igreja, através das Pastorais. Os principais sindicatos citados são o de Itararé e o de Itaberá.

FIGURA 18. Distribuição dos assentados da Pirituba, que participaram da pesquisa, segundo a experiência de trabalho anterior ao assentamento, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Apresentamos, a seguir, a distribuição etária e a escolaridade da comunidade, segundo os dados da Fundação ITESP (tabela 7 e 8) distribuídos por área (figura 19 e 20).

A maioria da comunidade fez ou está cursando o ensino fundamental. A maioria dos adultos tem pelo menos o ensino fundamental incompleto (mais precisamente até a 4ª série), e existe uma população jovem que está cursando o

ensino fundamental em consonância com sua faixa etária, indicando aumento da escolarização dos jovens em relação aos pais.

TABELA 7. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a faixa etária (%),2000.

Faixa etária	Áreas					
	1	2	3	4	5	6
0 a 6	9,09	10,51	10,06	14,87	17,07	14,97
7 a 14	20,4	18,48	15,93	21,56	18,54	16,04
15 a 20	14,75	18,84	15,93	9,29	11,71	17,65
21 a 31	15,15	15,94	17,61	19,33	21,95	12,83
31 a 40	15,76	15,22	11,74	17,47	21,46	12,3
41 a 50	10,3	13,04	13,63	7,81	5,85	14,44
51 a 65	1,88	7,97	13	7,81	2,44	8,02
acima de 65	6,67		2	1,86	0,98	3,74

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

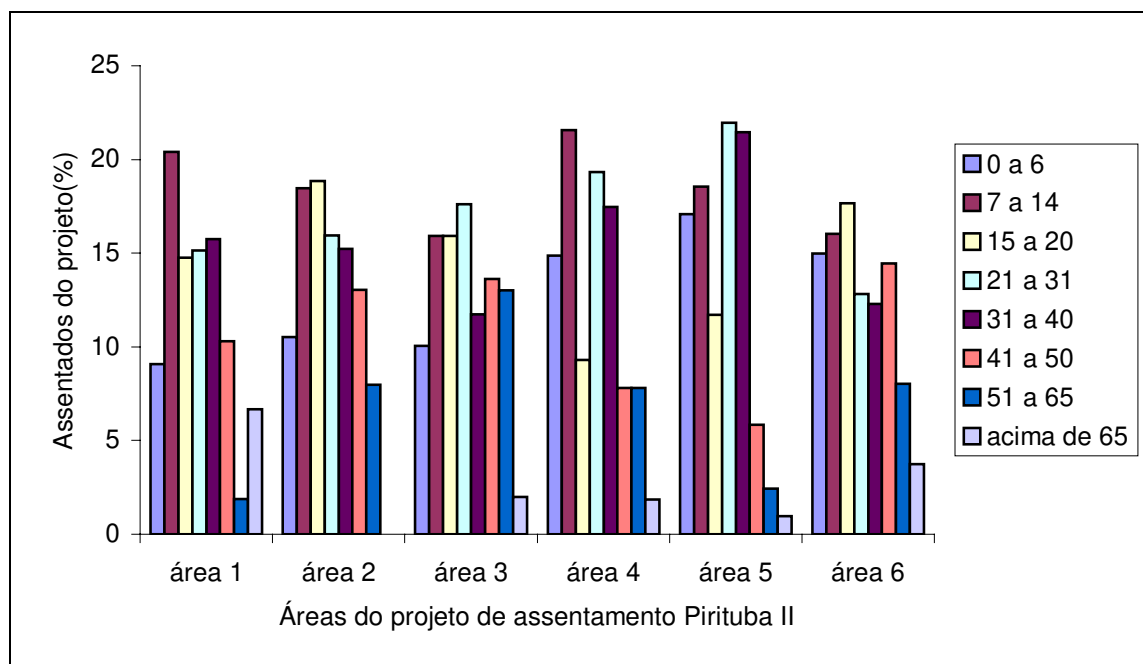
TABELA 8. Distribuição dos assentados da fazenda Pirituba por área segundo a escolaridade (%),2000.

Escolaridade	Áreas					
	1	2	3	4	5	6
pré-escola	9,09	9,06	9,85	17,1	16,59	14,97
analfabeto	12,53	2,17	2,94	4,83	2,93	6,42
fundamental incompleto	67,88	73,91	78,83	68,4	66,34	72,19
fundamental completo	3,23	9,78	4,82	6,32	7,8	3,21
médio incompleto	3,84	3,99	2,52	1,12	5,37	
médio completo	3,23	1,09	1,05	1,49	0,98	2,14
superior incompleto				0,74		
superior completo	0,2					1,07

Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

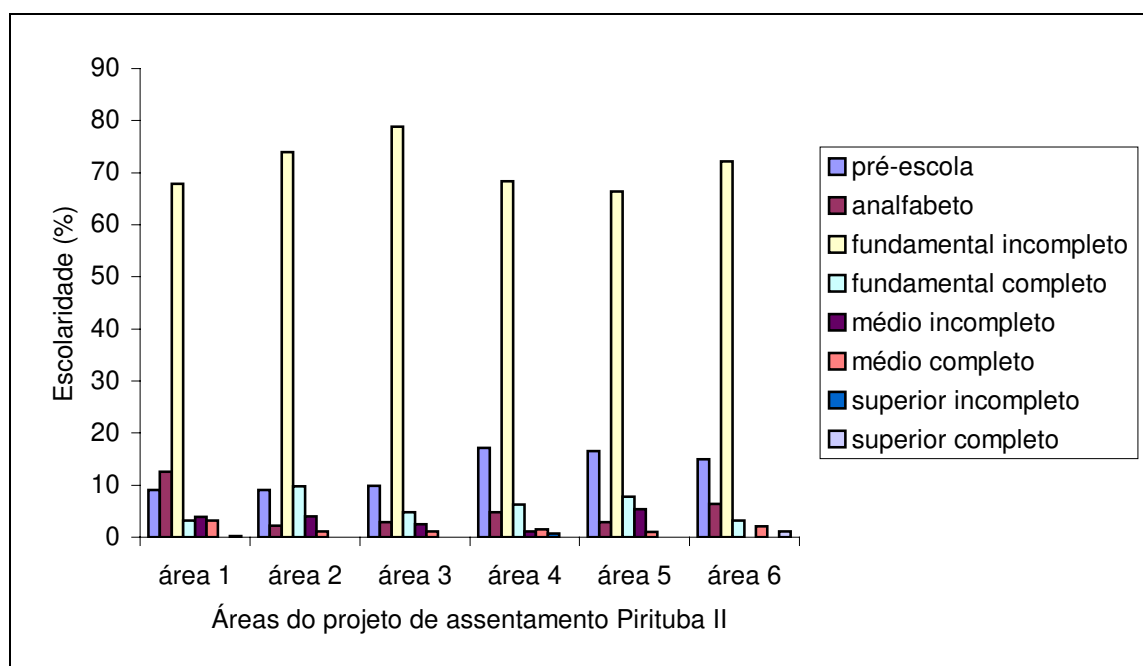
No que se refere a participação em cursos os assentados 'sociais' (64%) tem maior freqüência que os 'individuais' (33,3%), e as justificativas para a participação estão na necessidade de se informar e buscar formação (52% dos 'sociais' e 26% dos 'individuais'), já entre as respostas para justificar a não participação está a falta de tempo ('sociais' 16% e os 'individuais' 26%).

FIGURA 19. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo faixa etária, 2000.



Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

FIGURA 20. Distribuição dos assentados da Pirituba segundo escolaridade, 2000.

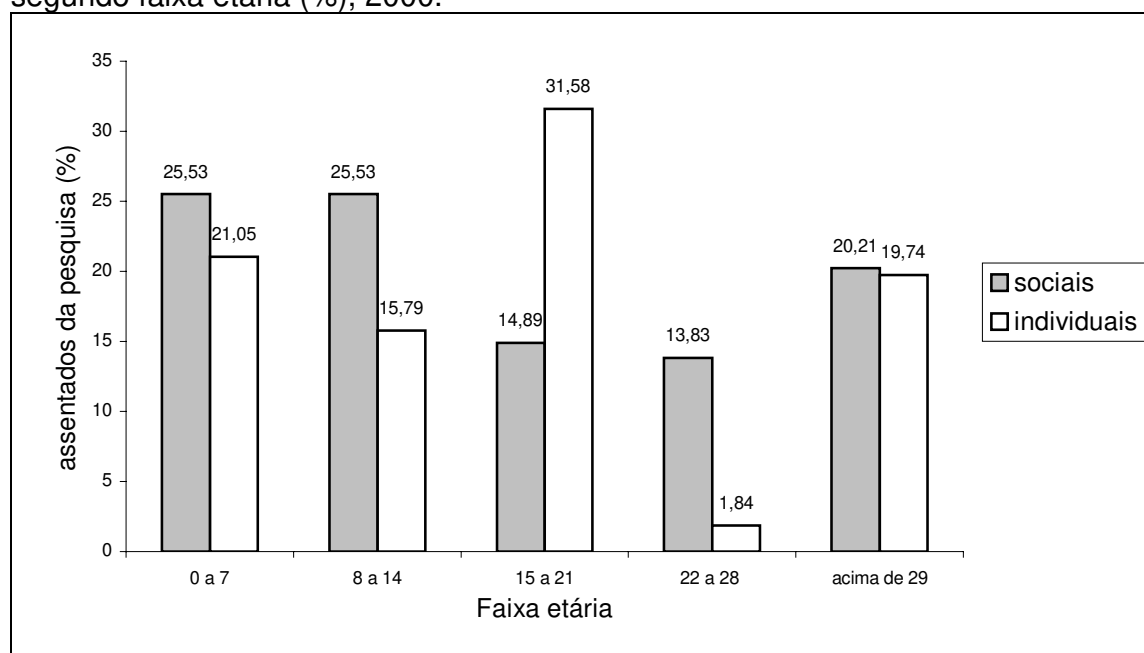


Fonte: caderneta de campo 1998/99 - Fundação ITESP/DAF

As famílias dos 'sociais' são mais jovens do que as dos individuais (figura 21). O interessante é que, quando observamos a distribuição por faixa etária da

comunidade, é possível visualizar uma grande concentração da população até os 40 anos, o que indica uma comunidade razoavelmente jovem, o que potencialmente interfere em suas opções organizacionais. A idade da comunidade pode ser mais um indicador do tipo de opção realizada pelas famílias quanto a forma de organizar a produção, já que as famílias mais jovens tendem a ter um balanço negativo entre trabalho e consumo, ou seja, mais bocas para comer e menor número de trabalhadores para produzir. Isto pode ser compensado de duas formas ou aumentando a quantidade de trabalho por trabalhador (aumento da penosidade) ou através da produtividade do trabalho (cooperação agrícola) (CHAYANOV, 1974).

FIGURA 21. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo faixa etária (%), 2000.

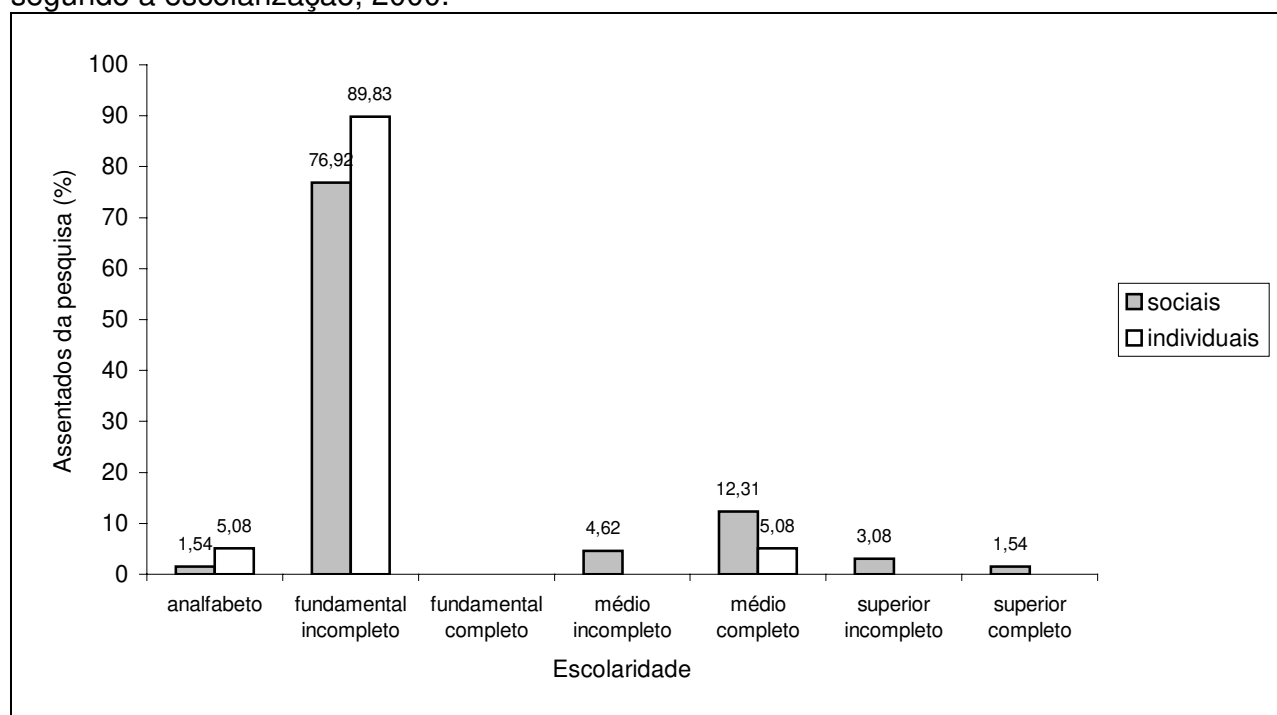


Fonte: Dados de campo, 2000

Quanto a escolarização (Figura 22), há um maior grau entre os 'sociais' do que entre os 'individuais'. Um dos fatores que contribuem com os processos de organização dentro dos assentamentos esta relacionado com a formação, e esta

não é sinônimo de escolarização, mas com certeza há uma relação e compõe o capital cultural (BOURDIEU e WACQUANT, 1992), que é um dos elementos, que contribuem com o processo organizacional no assentamento. Esse conceito de capital cultural foi desenvolvido por Pierre Bourdieu, durante a década de 60, a partir de uma pesquisa com estudantes, onde verificou que aqueles que tinham sua origem em famílias mais cultas apresentavam um melhor desempenho em uma série de domínios, quando comparados com os de origem familiar menos culta. Então, toda a riqueza que as famílias trazem consigo, somadas a escolarização, tende a aumentar o capital cultural da comunidade no tempo.

FIGURA 22. Distribuição dos Assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a escolarização, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

A questão sobre a formação técnica era de reconhecer que esta não se relaciona apenas com escolaridade, mas que existem outras formas de conquistar-se conhecimentos que auxiliem no dia-a-dia, socialmente, ou em

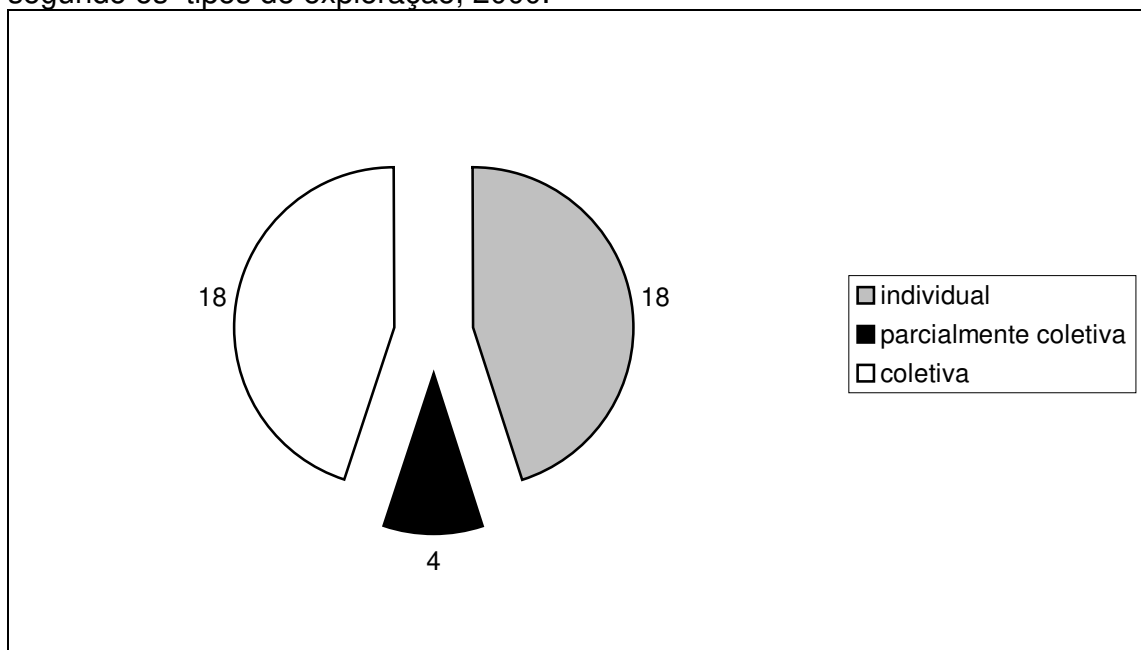
termos de produção, isto é, tecnicamente. Notamos que mais de 50% dos entrevistados declara não ter formação e no universo dos que declaram ter formação esta se relaciona a produção agropecuária ou ao cooperativismo. A formação relativa ao cooperativismo diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo MST através do SCA; e os cursos de agropecuária estão ligados tanto ao SCA como a Fundação ITESP. Aqui aparecem dois atores que contribuem com a formação dos assentados, de um lado o MST, preocupado com sua organicidade e com a resolução de problemas demandados pela base, onde, formação política e técnica, se misturam e, na outra ponta, o Estado com a formação técnica.

Quanto ao tipo de exploração, entre os 'individuais', todos produzem sozinhos ou com os familiares e, eventualmente, contratam terceiros, principalmente, na colheita. Já os 'sociais' têm três formas de exploração, podendo ser: individual (12%), coletiva (72%) ou parcialmente coletiva (16%). Os 'sociais', que se declaram individuais, só diferem dos 'individuais' pelo fato de pertencerem a alguma forma social de organização da produção e usufruto dos benefícios determinados pelo coletivo. O tipo de exploração da produção coletiva realiza a produção de forma totalmente coletivizada e a parcialmente coletiva tem apenas parte da área de produção conjunta.

No universo da pesquisa vamos encontrar para a distribuição por tipo de exploração uma relação de 1:1, entre os que declararam exploração individual e coletiva. O que sugere ser o tipo de exploração coletiva ou individual formas preferenciais de exploração da unidade produtiva (Figura 23).

A maioria dos 'sociais' adota a forma social (Figura 24) em função da estratégia de produção (48%), ou seja, para poder comprar máquinas (união de capital), e em função da organização do trabalho (24%), a divisão técnica do trabalho.

FIGURA 23. Distribuição dos assentados da Pirituba que participaram da pesquisa segundo os tipos de exploração, 2000.

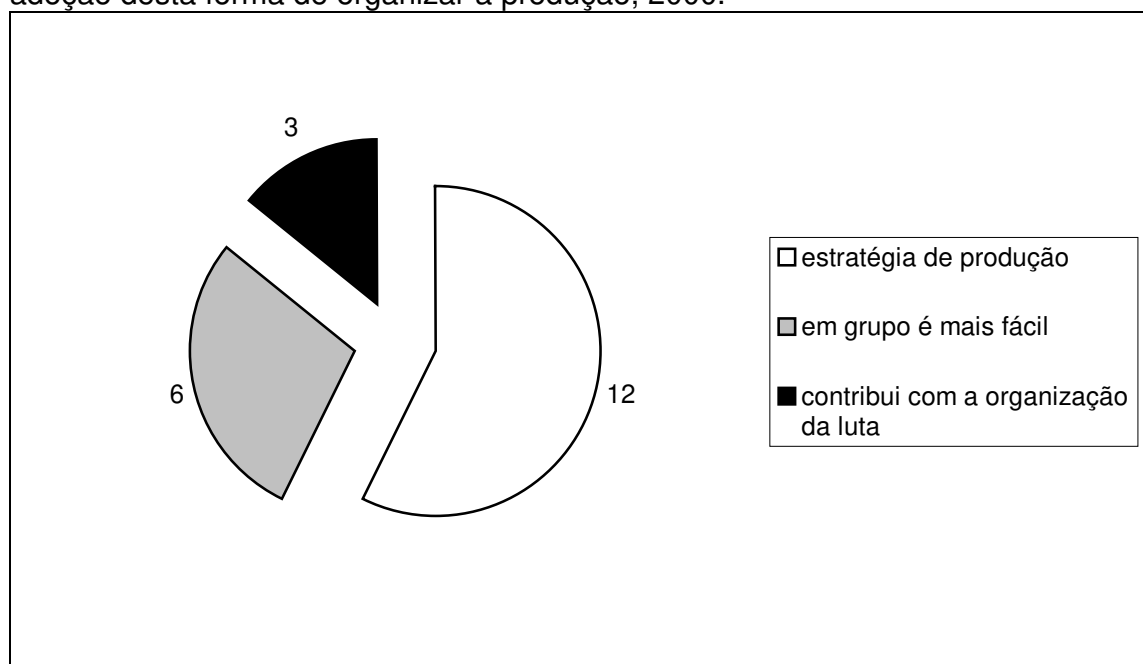


Fonte: Dados de campo, 2000

Alguns citaram que é importante para organização da luta (12%), pois as formas sociais, liberam militantes para o trabalho nas organizações dos trabalhadores.

Os 12% dos 'sociais' que adotam o tipo de exploração da unidade produtiva de forma individual o fazem porque "a experiência coletiva não foi boa". Os 16% que adotam a forma parcialmente coletiva afirmam que é "por vontade, por cultura". E 72% dos entrevistados que adotam a forma coletiva admitem que o fazem "por ser uma estratégia produtiva mais eficiente, para melhor produzir".

FIGURA 24. Distribuição dos assentados 'sociais' quanto aos motivos que levam a adoção desta forma de organizar a produção, 2000.



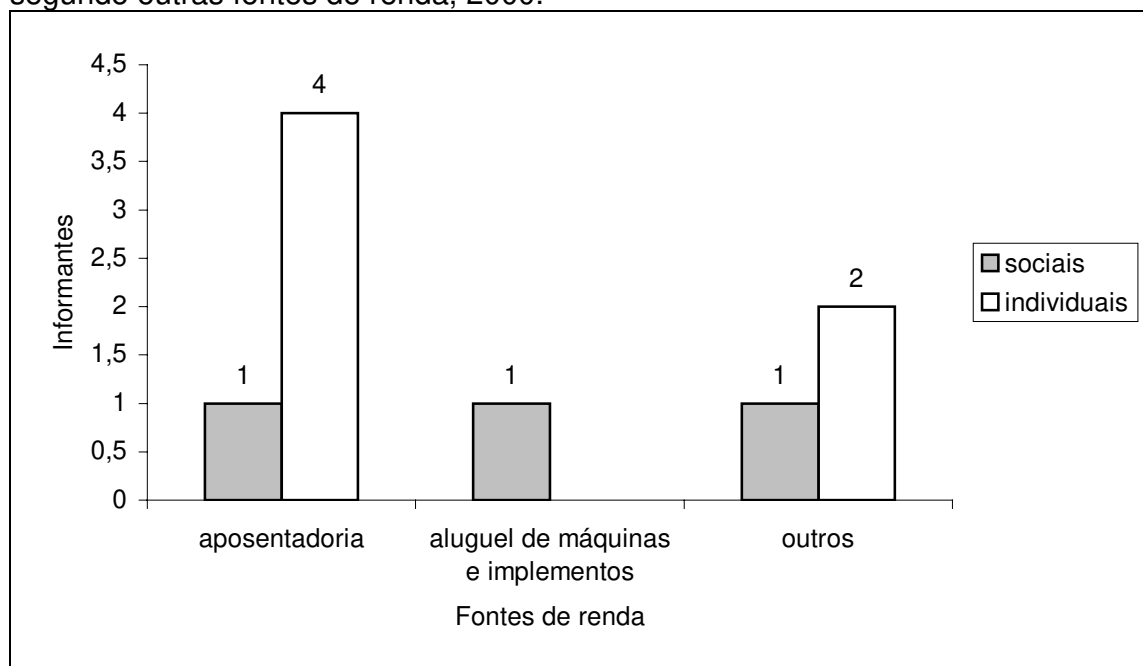
Fonte: Dados de campo, 2000

Os dados sobre outras fontes de renda (Figura 25), indicam que pelo menos 25% dos 'individuais' são aposentados, podendo ser um indicador da estratégia produtiva, da opção em serem 'individuais'.

As famílias 'sociais' são mais jovens que as 'individuais', o que reforça esta idéia sobre o papel da aposentadoria. Este dado pode ser um indicador da estratégia organizacional, pois a aposentadoria dá um grau de autonomia as famílias, que passam a não depender totalmente da agricultura. Por outro lado, os 'sociais' tem uma fonte de renda que vem do aluguel de máquinas, mas estas só existem porque houve união de capital para adquiri-las. Esse patrimônio, do mesmo jeito que a aposentadoria são elementos de diferenciação entre os assentados. Outros elementos detectados como fonte de renda ou a contribuição irregular de parentes e amigos, mesmo não sendo uma fonte permanente, é maior

entre os 'individuais'. Encontramos uma única exceção entre os 'sociais' que se refere a um casal que recebe ajuda mensal permanente de uns amigos.

FIGURA 25. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo outras fontes de renda, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

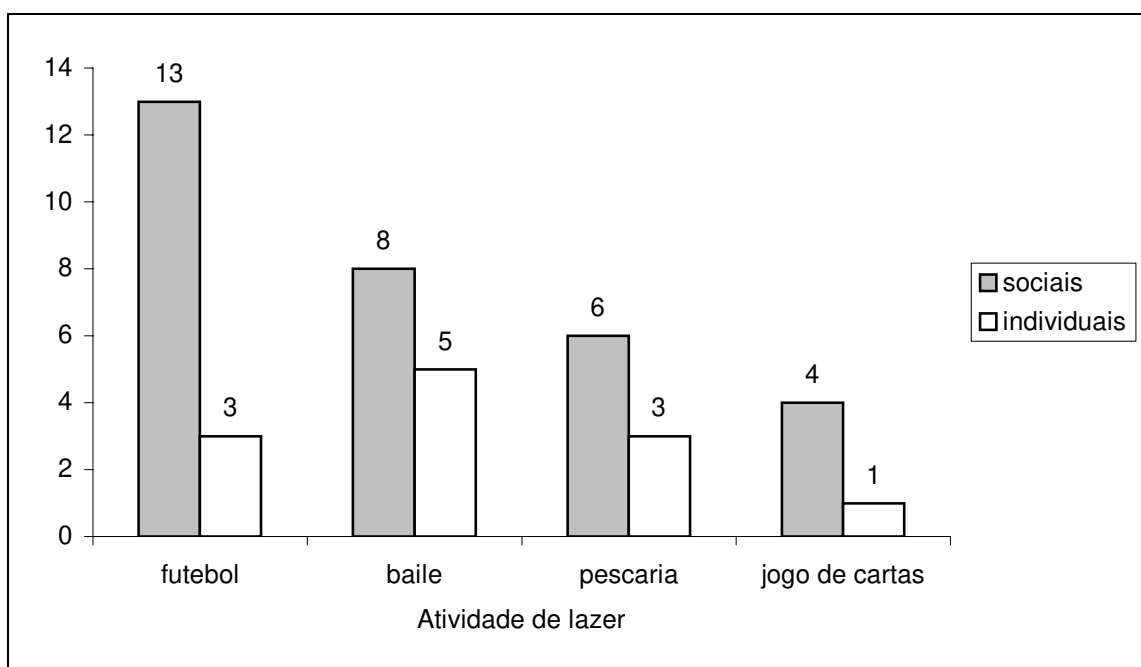
O crédito foi utilizado por praticamente todos os informantes. Entre os 'sociais' 84% e entre os 'individuais' 93,33%. Os tipos de crédito citados, custeio ou investimento, são o PROCERA, o FEAP, o PRONAF e o crédito da Caixa Econômica.

Quando perguntados se tiravam férias, a maioria dos assentados achava graça dessa questão, sendo que 92% dos 'sociais' e 100% dos 'individuais' responderam negativamente. A justificativa para esta reação está no fato de que o tipo de atividade não permite férias, e mais, que a prática da agricultura (tempo de trabalho diferente do tempo de produção) permite descansar entre as atividades. Alguns assentados 'sociais' afirmaram que tiram férias de 15 a 20 dias no ano,

pois a divisão técnica do trabalho permite um escalonamento entre os trabalhadores, benefício este que os 'individuais' dificilmente usufruem, pois não tem quem os substitua em suas funções.

Entre as diversões preferidas estão o futebol, o baile, a pescaria e o jogo de cartas. No Gráfico (Figura 26), percebe-se uma diferença com relação a preferência, pelo futebol e pelo jogo de carta, por parte dos 'sociais', em relação aos 'individuais'. Isto pode ser um indicador de que os 'sociais' acabam por realizar mais atividades em grupo que os 'individuais'. Outra possibilidade é que por usufruir da divisão do trabalho, os 'sociais' tem mais tempo livre para se dedicar a diversão, pois alguns dos 'individuais' declararam não ter tempo para a diversão.

FIGURA 26. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo atividades de lazer, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Em relação a participação em ocupações, nota-se que em sua grande maioria os assentados participaram apenas da ocupação da área em que vivem hoje (80% dos 'sociais' e 93,3% dos 'individuais'). Há, no entanto, o caso dos assentados que entraram no lote posteriormente a implantação do assentamento

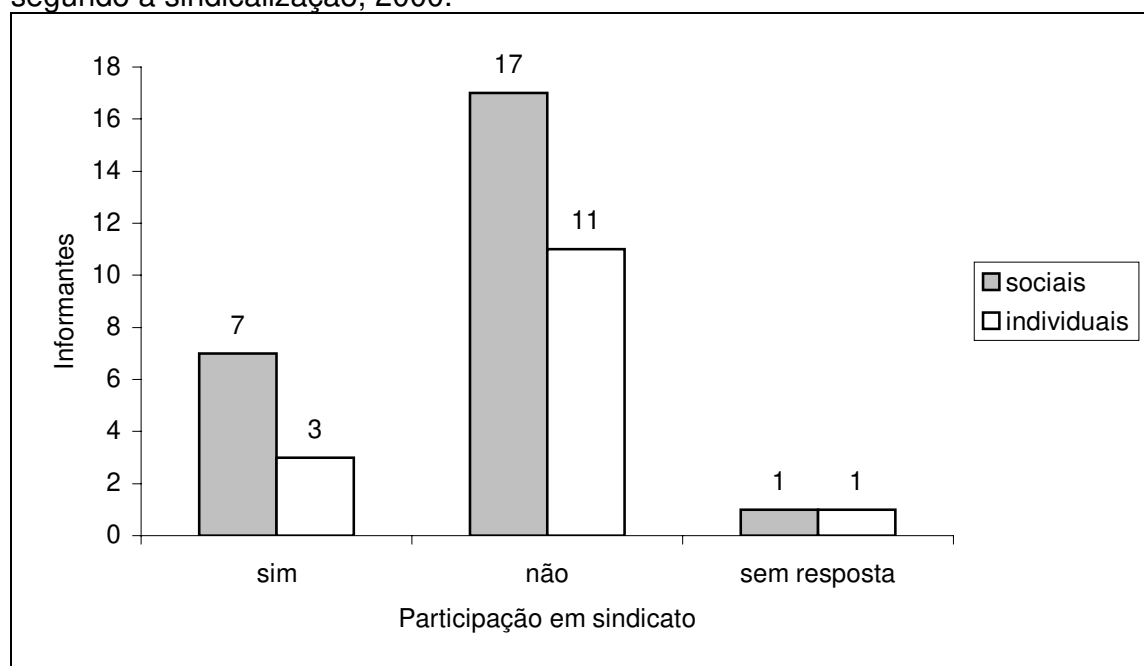
Conforme foram acontecendo novas ocupações, parentes e filhos foram participando. Isto é um indicador de que a luta pela terra se faz também através do exemplo, ou melhor, do capital social (PUTNAM, 1996) acumulado com o passar do tempo, ou seja, com a somatória de todas as experiências vividas. A maioria não irá mais participar de ocupações com o objetivo de conquistar terra (PIMENTEL, 2000), os que o fizerem terão como objetivo a organização da luta pela terra para que novos assentamentos surjam. Este é o processo sócio-organizacional do assentamento, criar condições para que a luta prossiga através do capital social e cultural que vai se formando.

Em sua totalidade os assentados 'sociais' declararam participar de alguma forma de organização, fazendo parte de cooperativas ou grupos informais, e de movimentos sociais. Já entre os 'individuais' 46,6% declaram não fazer parte de nenhuma forma de organização. A sindicalização (Figura 27) é muito baixa entre os assentados de uma maneira geral, o que surpreende, considerando que os assentados entrevistados apresentam a Igreja, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento Sem Terra como presentes no processo de ocupação. A maioria dos assentados não é sindicalizada (60%) sendo que entre os 'sociais' são sindicalizados 28% e entre os 'individuais' 20%.

Com relação a filiação ou afinidade com partidos políticos, existe uma clara proximidade com o PT, 26,6% entre os ‘individuais’ e 80% entre os ‘sociais. Os ‘individuais’ também declararam proximidade com o PPB (13,33%) e com o PMDB (6,67%), sendo que, alguns dos entrevistados declararam que há uma diferença entre a política estadual e a política local.

“Ah! Lá em São Paulo eu sou PT, mas aqui eu apoiei este prefeito (que é do PPB)” (assentado, área 2, 44 anos).

FIGURA 27. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a sindicalização, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Com relação a participação em atos públicos temos uma adesão maior (‘sociais’ 84% e ‘individuais’ 53,3%), e entre as justificativas para participar está o fato desta ser uma forma de reivindicação (‘sociais’ 44% e ‘individuais’ 26,6%) e de mostrar a luta (‘sociais’ 16% e ‘individuais’ 13,3%) para os demais segmentos da sociedade. Muitos dos que declararam não participar das manifestações são

idosos e alegaram que quando jovens participavam e que agora mandam os filhos.

A opinião dos assentados com relação a manifestação pública apresenta três grupos de respostas que podem ser resumidos nas seguintes expressões: “é uma forma de reivindicação/pressão ao governo (‘sociais’ 24% e ‘individuais’ 6%), é uma expressão e conquista da luta (‘sociais’ 28% e ‘individuais’ 20%); tem que ser feita/ dá resultado (‘sociais’ 28% e ‘individuais’ 13%). Entre os ‘individuais’ a maioria não tinha opinião sobre o assunto.

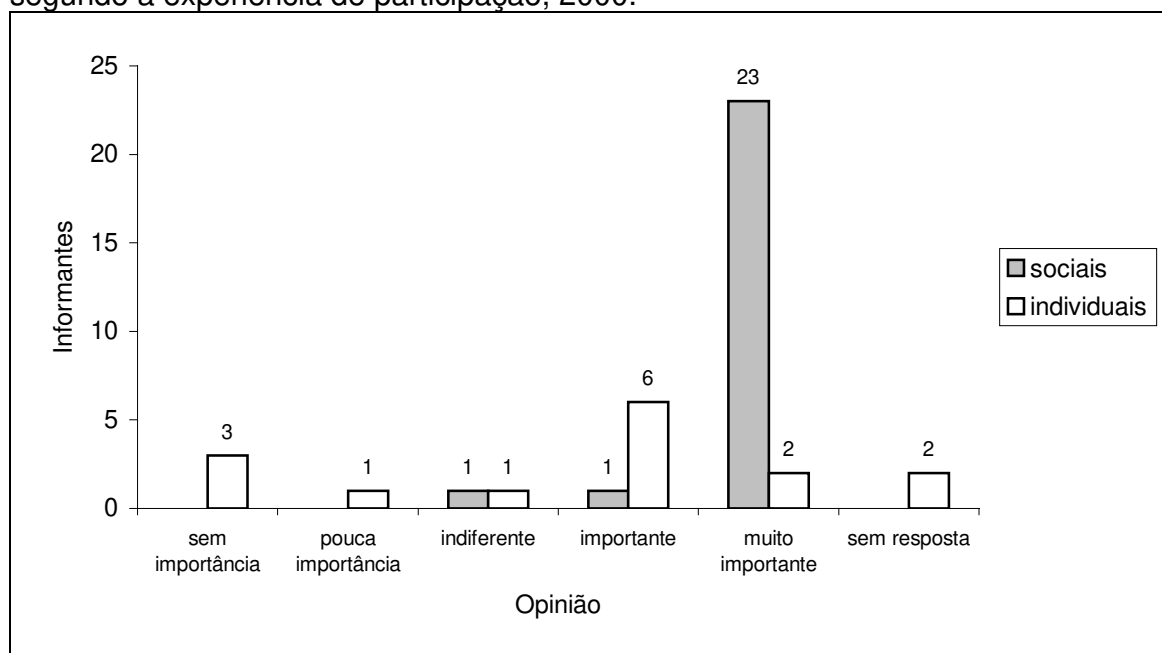
Os assentados, em sua maioria, são católicos e participam da organização de festas comunitárias (‘sociais’ 76% e ‘individuais’ 66,6%). A maioria participa por prazer e para confraternizar com outros (‘sociais’ 68% e ‘individuais’ 46,6%). A organização de festas para arrecadar fundos é outro forte motivo para participar. Entre os que não participam estão aqueles que pertencem a outras religiões e os que não tem vontade de participar (‘sociais’ 4% e ‘individuais’ 13,3%).

Quanto a importância da experiência de participação para trabalhar em grupo, os ‘sociais’ são rápidos em afirmar que é muito importante (92%). Já entre os individuais se encontram respostas mais diversificadas, mas uma boa porcentagem ressalta sua importância (40%) (Figura 28).

Este dado é um indicador do significado que a participação tem no sentido de ganho em termos de informação/formação e em experiência para lidar com eventuais problemas, ou seja, tudo o que as relações sociais acabam por trazer de benefício e que o isolamento dificulta. As negativas obtidas neste item podem estar relacionadas com a aversão para trabalhar em grupo, visto que algumas experiências na Pirituba não foram boas, na opinião de alguns assentados.

A aprendizagem contida na participação é uma força libertadora (SORRENTINO, s/d) e o assentamento é o *locus* onde isto acontece com grande intensidade, por conta do processo de formação e de toda a ação coletiva contida na sua gênese.

FIGURA 28. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a experiência de participação, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

1. Um diálogo em particular com os 'sociais'

Com o objetivo de perceber o que leva os assentados a adotarem formas sociais de organização procurou-se aprofundar o diálogo com os 'sociais' e em que medida isto está relacionado com o assentamento num âmbito mais geral.

A assembléia é o grande fórum decisório, as decisões (44%) e a eleição de dirigentes (76%) é realizada desta forma, o que configura que há uma dinâmica democrática interna (CHRISTOFFOLI, 2000). Em algumas cooperativas é feita a apresentação da chapa em assembléia, mas a eleição é por voto secreto. Os

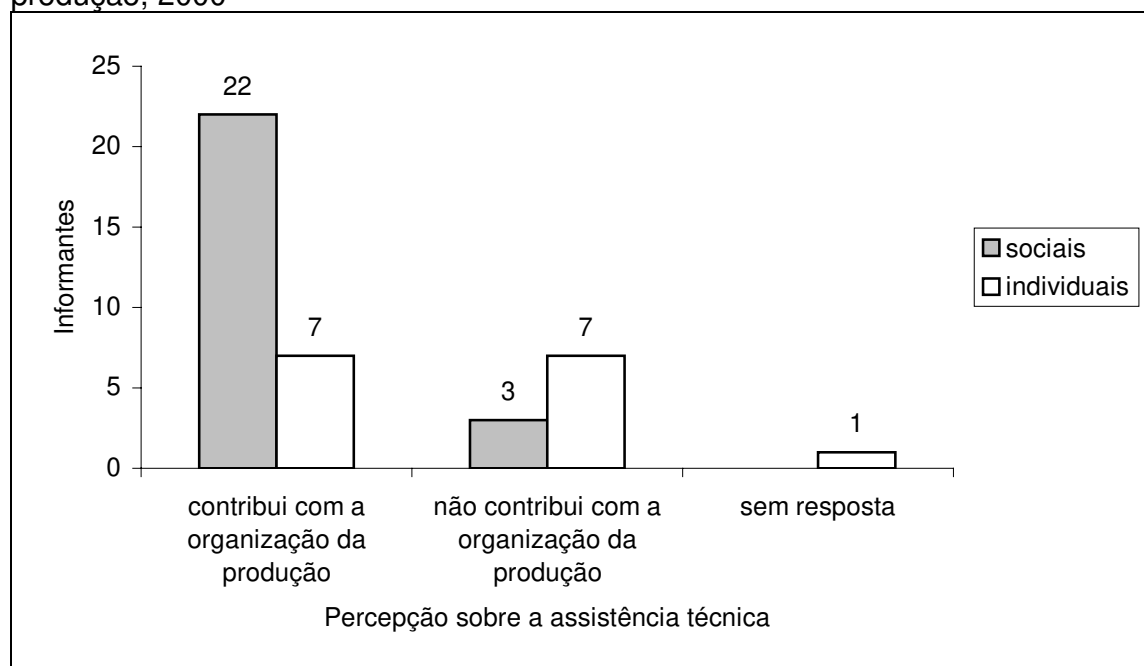
grupos menores, informais ou não, fazem reunião (32%) e decidem. No que se refere as decisões todos se manifestaram que há uma diferença no tipo de decisão a ser tomada. Existem aquelas muito importantes que exigem a participação de todos, existem as de tipo administrativo ou técnico que podem ser tomadas pelos responsáveis, aquelas que exigem agilidade, mas que posteriormente serão discutidas em um fórum maior. A maioria declarou que são realizadas reuniões semanalmente (36%) ou quinzenalmente (40%) e o que se discute predominantemente nas reuniões são aspectos relativos ao planejamento da produção.

Todos declararam ser importante a participação porque: “reforça as decisões” (12%), “todos tenham conhecimento do problema” (40%), “que a união faz a força” (8%), “trocar idéias” (12%). Neste item da pesquisa ficou claro o quanto é importante transparência nas decisões e atos para os que participam da organização social, e que esta se consegue através do diálogo. Mas, quando indagados se todos participavam 57% responderam que sim e 43% que não.

A idéia de perguntar se havia relação entre as cooperativas foi de buscar detectar a experiência de intercooperação, e em que nível isso acontecia, pois esta é uma das formas de massificação da cooperação (KUNZ, 1999). O que encontramos é que há uma boa relação entre as cooperativas (88%). Esta relação se dá no âmbito da produção e do político. A materialização desta relação se dá através da COAPRI, que se propõe a ir além da articulação das cooperativas das áreas. Constituindo-se em um espaço aberto à participação dos individuais e dos pequenos produtores da região. Foi detectado que há relação entre os assentados e os pequenos agricultores (56%), mas é mais no âmbito político, do que na

produção. Esta aliança é positiva já que, segundo GUIMARÃES e FRANCIS (2000), os pequenos agricultores não alimentam atitudes negativas em relação aos assentados, antes, pelo contrário, apóiam a participação dos filhos, na luta pela terra, para que estes permaneçam no meio rural.

FIGURA 29. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a percepção da contribuição da assistência técnica no processo de organização da produção, 2000



Fonte: Dados de campo, 2000

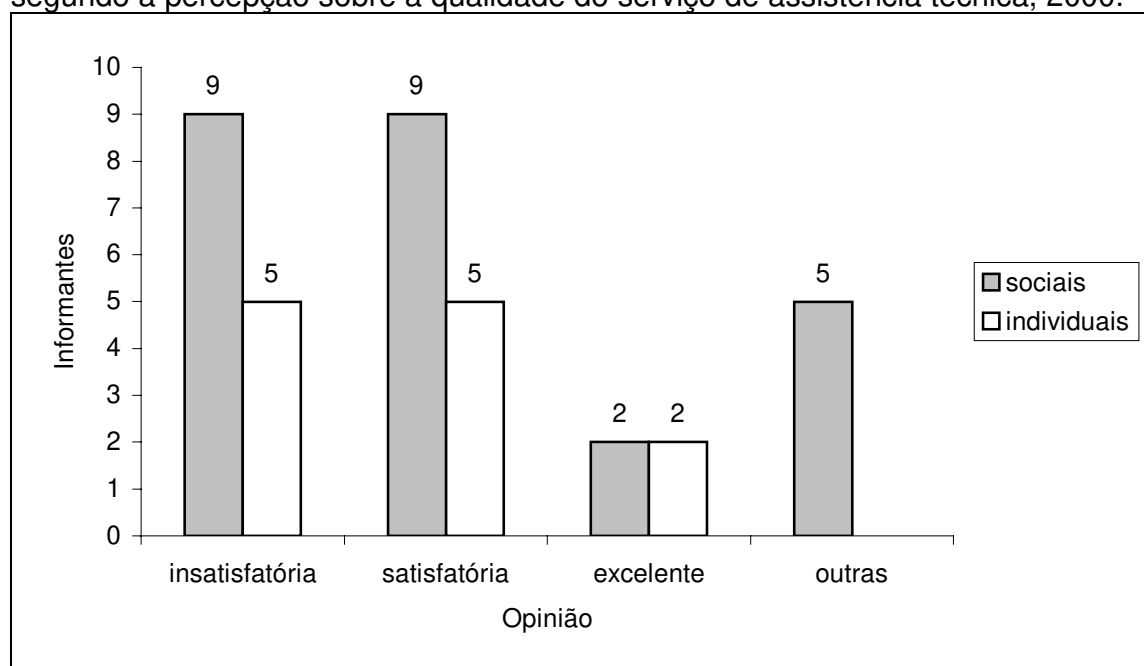
A maioria declara que recebe algum tipo de assessoria técnica, sendo a participação do ITESP de 68% e a CCA de 16%. Obtivemos também a declaração de que há assessoria internacional (11%), que está ligada a uma vivência realizada recentemente por um grupo de espanhóis que estiveram na área 6. Durante este período eles contribuíram com a doação e instalação de uma roda d'água que beneficiou os moradores que agora recebem água em suas casas. Além disto, o assentamento Pirituba é bastante assediado por visitas estrangeiras,

por colaboradores e amigos do MST. Isto se dá em função da sua organização e proximidade com São Paulo, onde se localiza a sede Nacional do MST.

Entre os entrevistados 68% entendem que o SCA/CONCRAB/CCA contribui com a organização da produção, mas 8% dos entrevistados têm a percepção de que não contribui e que o SCA esta muito distante do assentamento.

A assistência técnica contribui com a organização da produção (Figura 29), mas a qualidade deste serviço divide as opiniões dos assentados (Figura 30), no geral a reclamação maior é da ausência do técnico no campo (Figura 31).

FIGURA 30. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a percepção sobre a qualidade do serviço de assistência técnica, 2000.

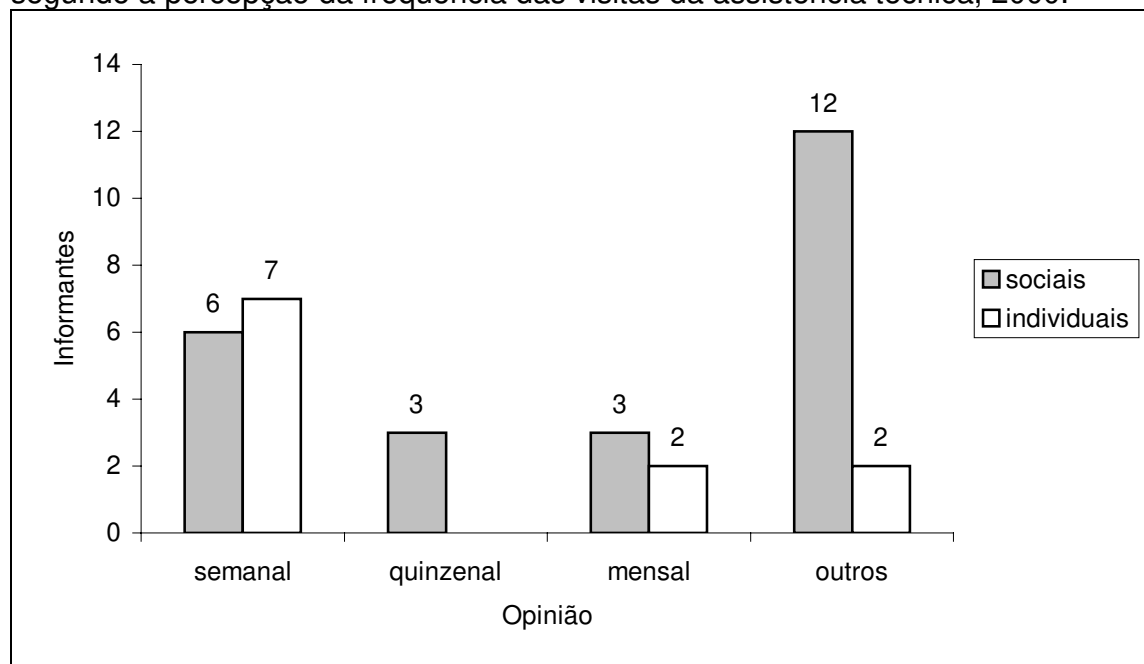


Fonte: Dados de campo, 2000

Esta percepção pode ser entendida como uma ausência de diálogo entre técnicos e assentados, uma ausência do processo educativo, como é o esperado que aconteça entre extensionistas e assentados. Pode ser o resultado de um

processo de auto-defesa ou de embate ideológico como assinala MASSELLI (1998).

FIGURA 31. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a percepção da freqüência das visitas da assistência técnica, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Com relação a Igreja, é claro para o universo pesquisado, que esta não contribui com a organização da produção, apesar de participar da vida do assentamento.

Não há atualmente nenhuma ONG atuando na região. E o STR é apontado como ausente, é uma característica interessante considerando que o STR esteve muito relacionado com a organização das sucessivas ocupações num passado recente ao longo da história da Fazenda Pirituba.

Quanto a presença de Movimentos sociais e a contribuição destes com a organização da produção, aparece o MST contribuindo principalmente com formação. E aparece o MAI, que surgiu em 1999, com a proposta de tratar das

questões da produção como negociação e crédito financeiro. Este movimento não é contra o MST, mas se coloca reticente em relação aos métodos de ação do MST, os quais julgam violentos. Fazem uma divisão nas ações, sugerindo que o MST tem que existir, mas deve se restringir ao processo de conquista da terra e que a organização dos assentados não deveria ser preocupação do MST. É uma organização local, que mesmo na área do assentamento tem pouca expressão, pois alguns dos entrevistados que citaram a presença do MAI, disseram que este surgiu, mas logo deixou de existir. Este fato mostra que o processo de se organizar é dinâmico e esta presente no assentamento com intensidade. E, na medida que um grupo tem necessidade, se organiza. E mais, procura ampliar, aumentar a sua base de participação, pois o que há de comum no aprendizado de todos os assentados é de que muitas conquistas se deram a partir da mobilização da comunidade.

A maioria dos entrevistados participou do LOC (62%). Dentre os participantes da pesquisa 48% afirmam que o LOC contribuiu com a organização da produção de alguma forma e 24% afirmam que não contribuiu. Esta polêmica, como já foi apresentada no histórico reflete o tipo de compreensão com relação ao laboratório e a esta metodologia de organização, que influencia não só a produção, mas o assentamento. Cerca de 80% dos entrevistados sabia da ocorrência do LOC em outras áreas.

Uma das ferramentas adotadas pelo SCA é um programa de fluxo de caixa (denominado ACANT), que permite o acompanhamento dos estoques e do dinheiro em caixa. Este programa foi desenvolvido por um técnico do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo para ajudar a uma comunidade de caiçaras a

administrar suas contas e parecia se adaptar bem as necessidades do SCA, que vinha enfrentando dificuldades de administração das cooperativas de um modo geral. A aplicação do programa possibilita um controle sobre os diferentes setores das cooperativas e do fluxo de estoques e dinheiro em caixa. Contribui também com a transparência da administração, principalmente, na hora da prestação de contas.

Os dados de campo mostraram que somente o pessoal mais ligado a administração (11%), e aonde o programa foi aplicado é que tinham conhecimento dessa ferramenta, o ACANT. No Assentamento Pirituba a COPAVA é a única cooperativa que está aplicando o programa, no momento. Mas, 78% dos assentados que participaram da pesquisa responderam não saber de sua existência.

2. Algumas aspirações e desejos na comunidade

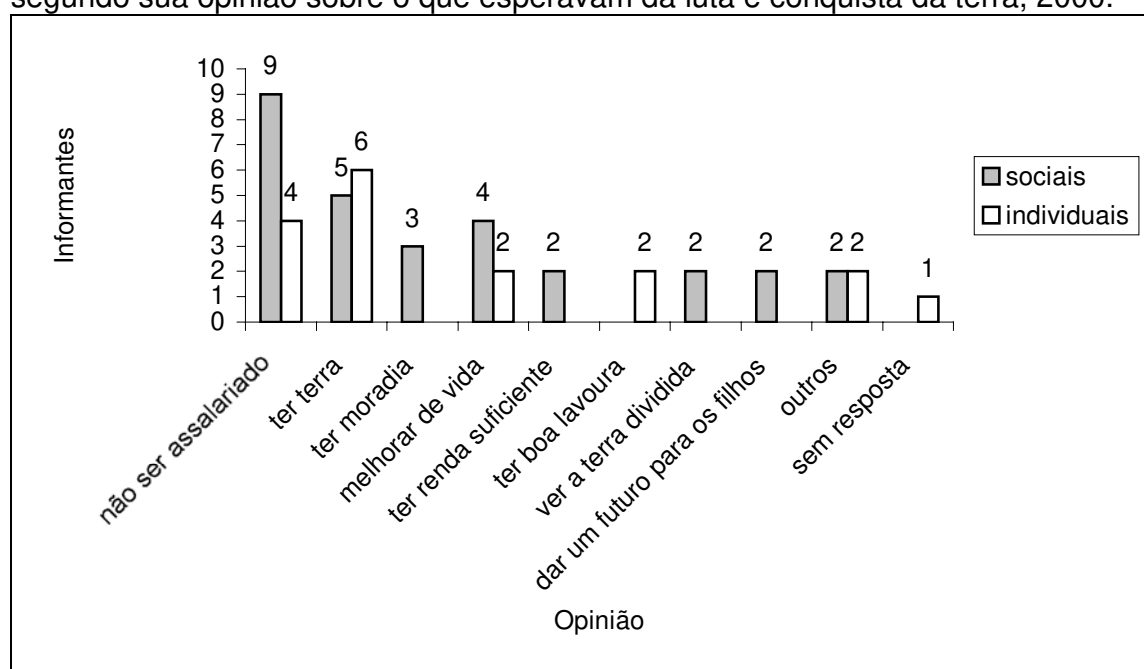
Neste item a idéia foi de buscar um perfil dos 'sociais' e 'individuais', a partir de possíveis diferenças entre eles relacionadas a suas aspirações e desejos.

A questão *o ideal a ser atingido quando o entrevistado decidiu participar da luta e conquistar o assentamento* puderam ser sistematizadas da seguinte forma: 'não ser assalariado' (32,5%), 'ter terra' (27,5%), 'ter moradia' (7,5%), 'melhorar de vida' (15%), 'ter renda suficiente' (5%), 'ter boa lavoura' (5%), 'ver a terra dividida' (5%), 'dar futuro para os filhos' (5%) (Figura 32).

Esses dados mostram que a idéia de não ter patrão e de ter um local de moradia, ter endereço certo, são as principais aspirações dentre os entrevistados principalmente se consideramos que o desejo de ter terra tem essas duas componentes presentes. Esses dados quando comparados entre 'sociais' e

‘individuais’ mostra que existem diferenças nas aspirações entre os grupos. Isto, provavelmente, está relacionado com a experiência anterior ao assentamento, dado que mostra que a maioria dos trabalhadores pagava renda ou era assalariado temporário (ZIMMERMAN, 1994).

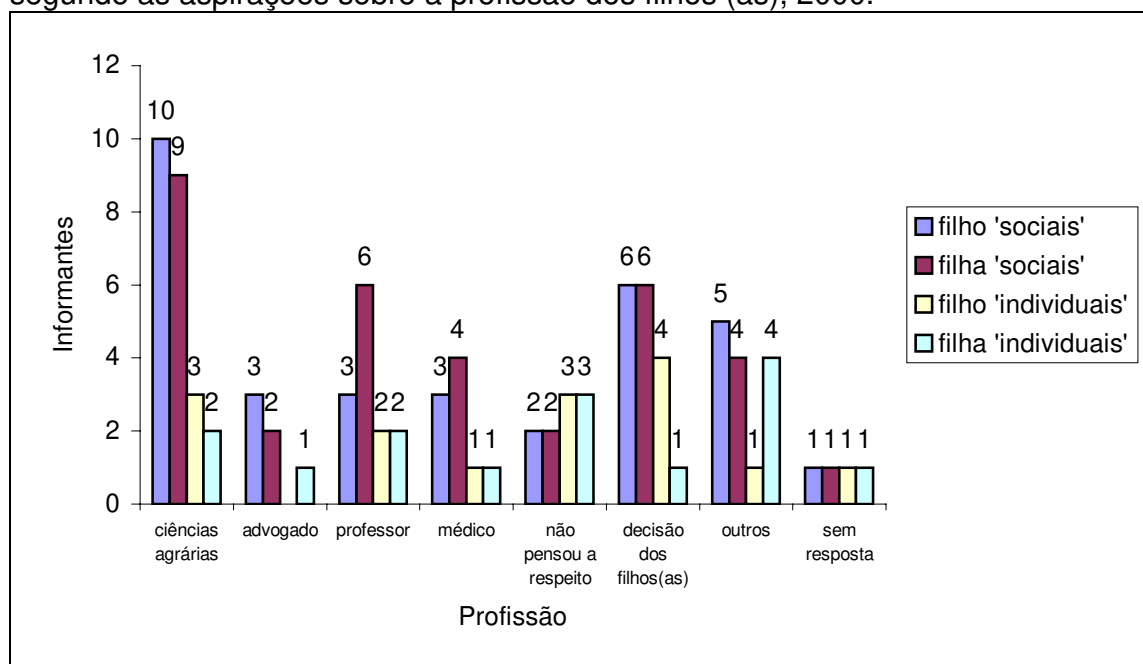
FIGURA 32. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo sua opinião sobre o que esperavam da luta e conquista da terra, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

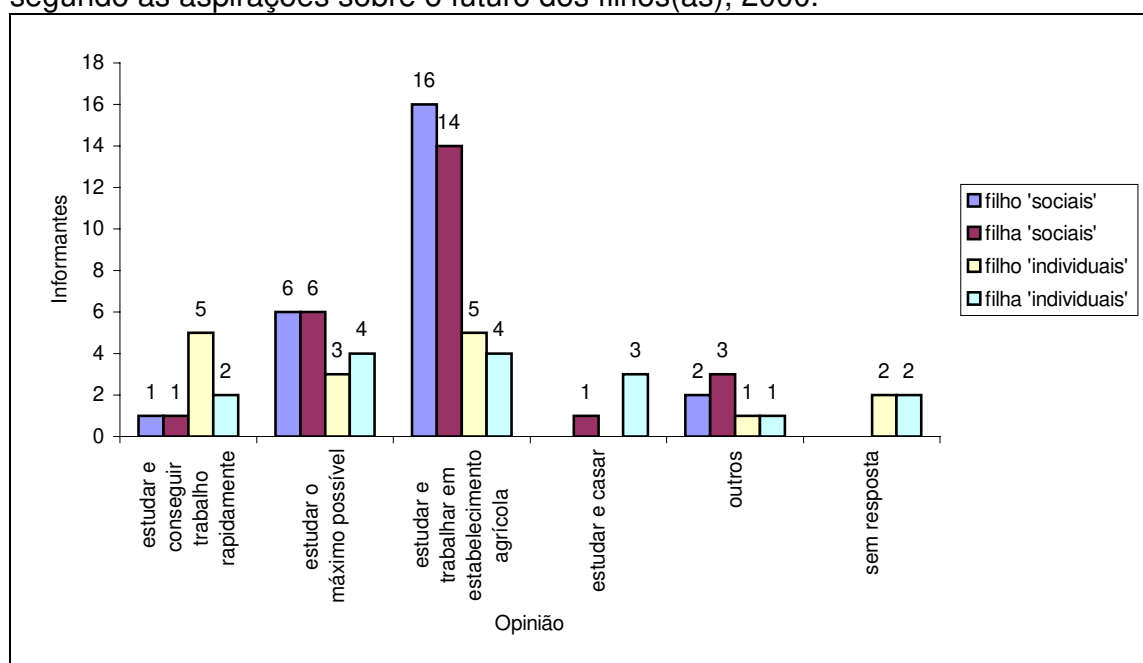
Em relação ao futuro profissional dos(as) filhos(as) (Figura 33), os ‘sociais’ apresentaram uma tendência a não diferenciar por sexo, mas entre os ‘individuais’ a diferenciação se fez presente. A maioria declarou que gostaria que os(as) filhos(as) tivessem uma profissão ligada ao universo agrário, ou seja agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e agricultores. Outras profissões citadas foram: professor, advogado e médico. Mas uma parte prefere que eles decidam ‘por conta’, e outra afirma não ter nem pensado a respeito.

FIGURA 33. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo as aspirações sobre a profissão dos filhos (as), 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

FIGURA 34. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo as aspirações sobre o futuro dos filhos(as), 2000.

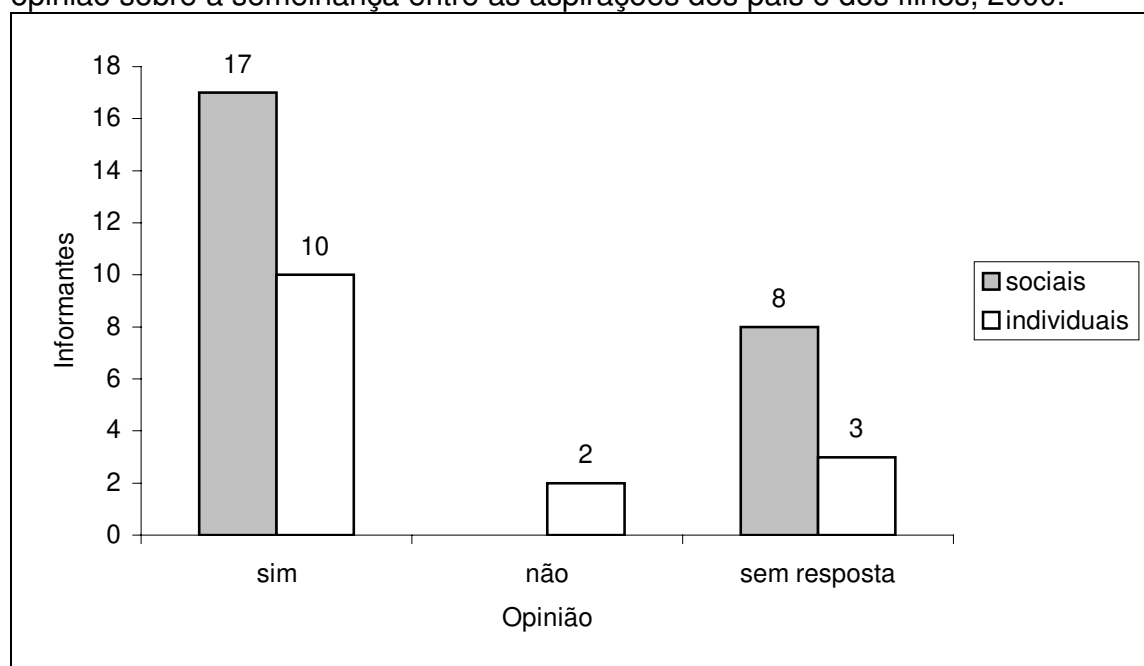


Fonte: Dados de campo, 2000

Quanto ao futuro dos(as) filhos(as) (figura 34), os ‘sociais’ apresentaram uma preferência pela alternativa “estudar e assumir trabalho em um estabelecimento agrícola”, independente do sexo. Já os ‘individuais’ apresentam uma divisão sexual mais acentuada, e para o futuro dos filhos desejam que estes estudem e que encontrem trabalho rapidamente ou que assumam trabalho em estabelecimentos agrícolas e para as filhas que estudem o máximo possível ou que estudem e assumam trabalho em estabelecimento agrícola.

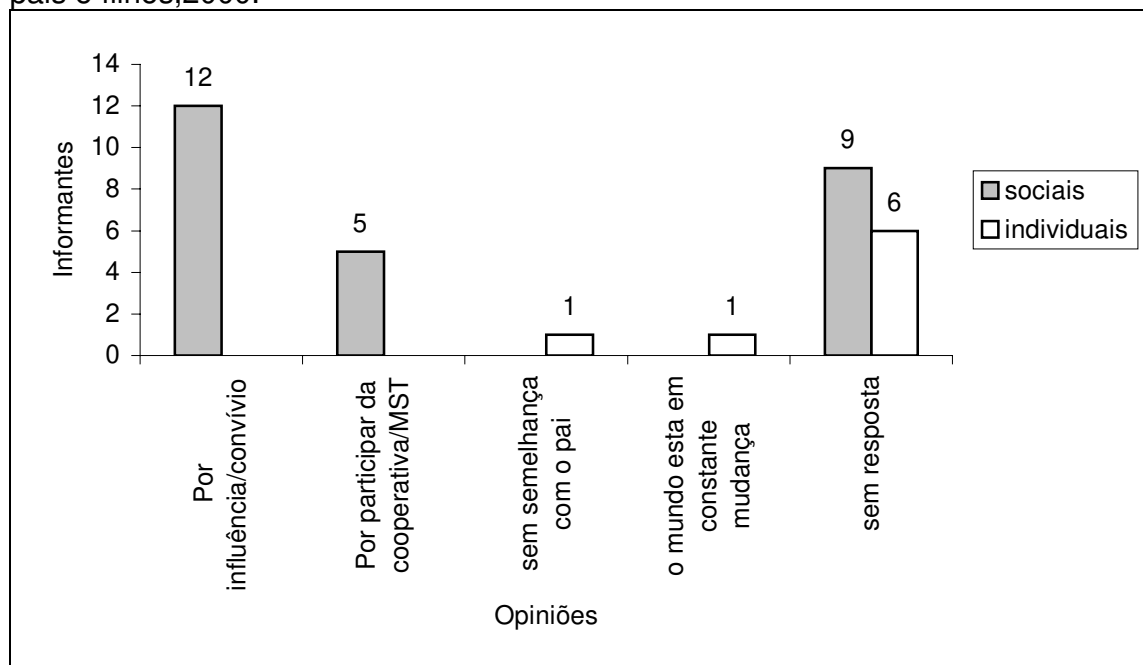
Quando perguntados se os filhos possuíam as mesmas aspirações (Figura 35) a maioria dos assentados respondeu que sim (‘sociais’ 68% e ‘individuais’ 66,67%).

FIGURA 35. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a opinião sobre a semelhança entre as aspirações dos pais e dos filhos, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

FIGURA 36. Distribuição dos assentados participantes da pesquisa segundo a opinião sobre as causas das semelhanças e divergências entre as aspirações de pais e filhos, 2000.



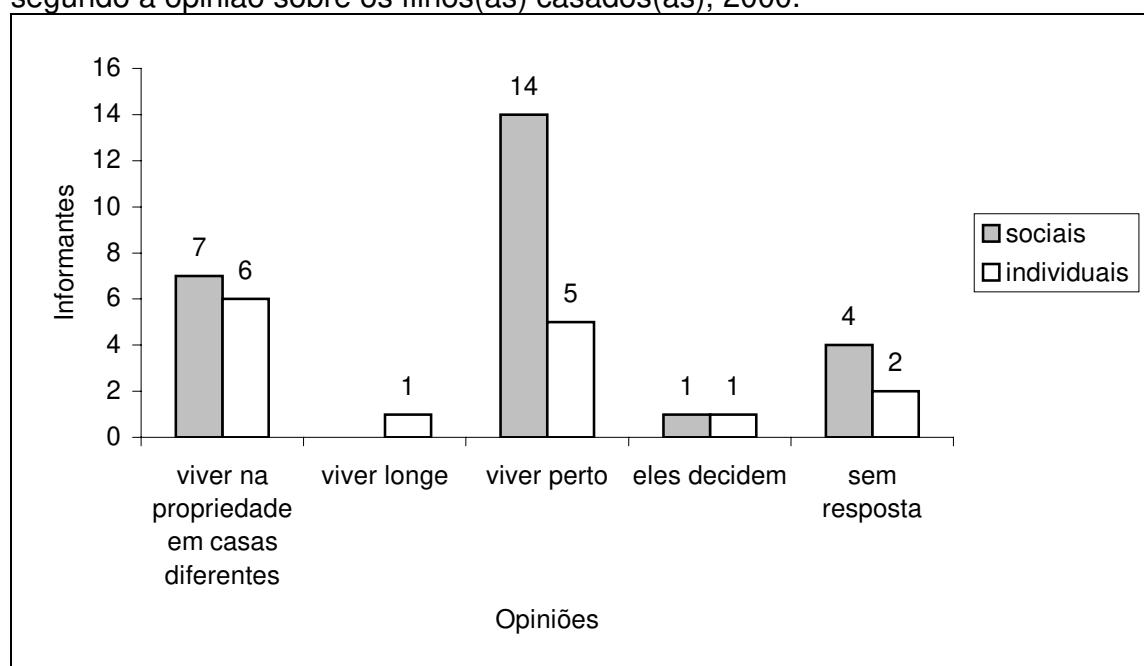
Fonte: Dados de campo, 2000

Os que responderam afirmativamente sobre as semelhanças nas aspirações respondem que isso se deve fundamentalmente pelo convívio em família, por participar das atividades junto a família e da organização do assentamento. As respostas negativas justificam as diferenças ao fato dos filhos “não terem semelhança com os pais”, ou porque o “mundo esta mudando muito”. Alguns não responderam pelo fato dos filhos serem pequenos e, no geral, opinam que gostariam que os filhos tivessem as mesmas aspirações (Figura 36).

No caso dos(as) filhos(as) estarem casados(as) as alternativas preferenciais dos entrevistados é de que os filhos continuem na propriedade, mas vivam em casas diferentes, ou que vivam perto. Há uma diferença entre os ‘sociais’ e os ‘individuais’, pois os primeiros preferem que os filhos vivam por perto (56%), já os ‘individuais’ tem uma preferência para que os filhos continuem na

mesma propriedade, mas em casas diferentes (40%) (Figura 37). Este dado é revelador quanto a estratégia de produção e reprodução familiar (COUTO, 1999; LAVORATTI, 1998), pois, enquanto os 'individuais' pensam em manter os (as) filhos(as) o mais próximos possível, para os 'sociais' isso já não é tão importante, principalmente, para os que trabalham coletivamente.

FIGURA 37. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a opinião sobre os filhos(as) casados(as), 2000.

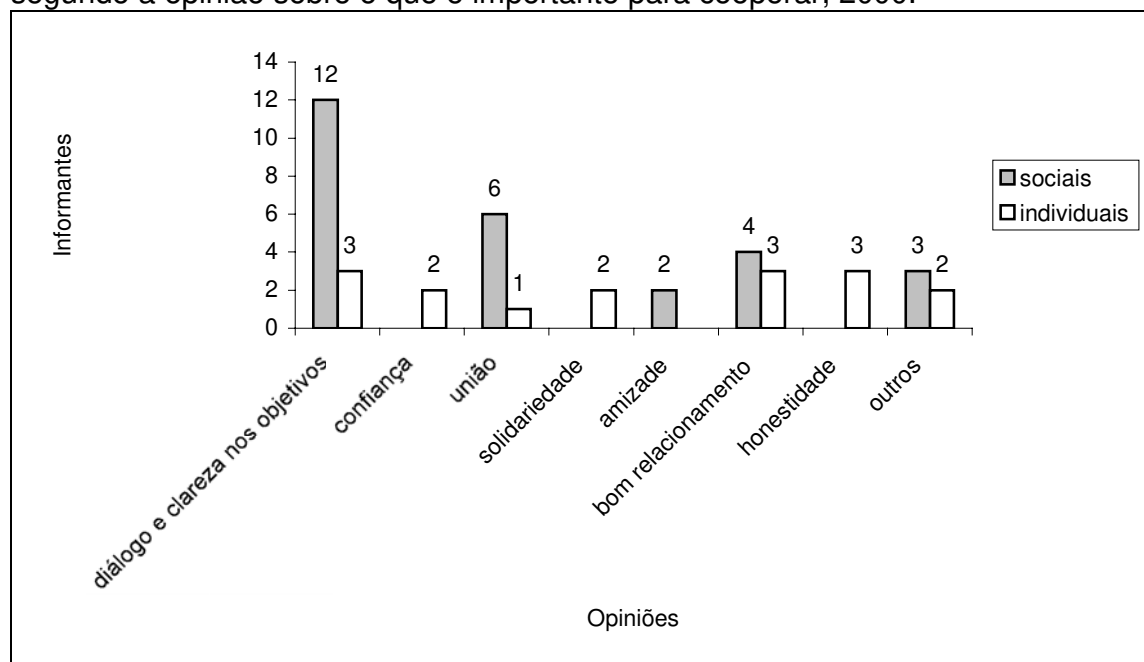


Fonte: Dados de campo, 2000

A cooperação para ambos os grupos ('sociais' 96% e 'individuais' 66,67%) é importante para atingir seus ideais. E entre, as justificativas, está a idéia de que a união faz a força (72,5%), que a cooperação desenvolve consciência (4%). Há uma percepção quanto a necessidade de se cooperar para conquistar os ideais, mas não significa que a produção tem que ser coletiva ou parcialmente coletiva. Para, ZIMMERMANN (1994:222) "o primado do 'coletivo' e de outras formas modelares acaba por desrespeitar o ritmo de aprendizagem e a conduta

democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política”, ou seja, esse também é o entendimento da comunidade e por isso ocorrem diferentes expressões de organização. Os ‘individuais’ como parte do processo tem a percepção do papel da cooperação, mas não estão dispostos a abrir mão do desejo de ser “sitiente”.

FIGURA 38. Distribuição dos assentados da Pirituba participantes da pesquisa segundo a opinião sobre o que é importante para cooperar, 2000.



Fonte: Dados de campo, 2000

Para a cooperação acontecer é importante o “diálogo e a clareza de idéias” (37,5%), “a confiança” (5%), “a união” (17,5%), “solidariedade” (5%), “a amizade” (5%), “o bom relacionamento” (17,5%), “a honestidade” (7,5%). Para os ‘sociais’ o mais importante é o diálogo, e para os ‘individuais’ já há uma diluição de opiniões (Figura 38).

Com relação a qualidade de vida, é quase uma unanimidade, entre os entrevistados dizer que estão satisfeitos hoje e que melhorou muito em relação a vida antes do assentamento. Entre os 'sociais' 88% estão satisfeitos e entre os 'individuais' 80%. A negativa entre os entrevistados 'sociais' com relação a qualidade de vida antes do projeto de assentamento é uma particularidade. É o caso de uma família na área 6 que fez opção de participar da luta pela terra por ideologia e não por necessidade. Para esta família as condições pioraram com exceção da qualidade de vida e de trabalho que melhoraram, pois estão fazendo aquilo que acreditam, e a vida no campo é melhor do que a vida urbana.

Entre os 'individuais' 13% não estão satisfeitos com a vida no assentamento e entre os 'sociais' 4% estão insatisfeitos. Os aspectos considerados foram moradia, renda, educação, saúde, qualidade de vida e trabalho. A cada uma desses itens inquiríamos se havia melhorado ou piorado em relação a situação anterior ao assentamento, no campo colhemos uma terceira alternativa que foi "igual".

"Para mim poder estudar tinha que andar 8 Km a pé todo dia de madrugada, tinha que levar o virado na sacola, chegar na escola, ouvir a aula até 1 hora da tarde e continuar a pé de volta, que não tinha condução, não tinha nada. Então, foi muito sofrido nessa época. (...) Hoje para mim é muito mais melhor, porque meus filhos tão estudando, não tem aquele sofrimento, vão para escola, o carro pega na porta de casa, leva até a escola e traz de volta." (assentado, área 1, 40 anos)

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procuramos analisar os processos sócio-organizacionais que estão relacionados com a produção agrícola, com especial atenção à cooperação. Os aspectos investigados estão no âmbito da formação política; no método de gestão das formas sociais de organização da produção; as aspirações e desejos das pessoas envolvidas no processo; e a ação dos atores externos ao assentamento.

Esta busca tem sentido em ser realizada numa área de assentamento, pois permite desvendar as questões que envolvem os processos de organização social, e assim obtermos mais informações para se pensar políticas públicas que estejam em consonância com a realidade, os anseios e as aspirações da comunidade.

O estudo mostrou que os assentados que adotam as formas sociais, principalmente as coletivas, tem maior possibilidade de adquirir novos níveis de consciência social, seja pela escolarização, seja por ter uma participação mais ativa na organização dos assentados, ou até mesmo por ter mais tempo para o lazer.

A Pirituba apresenta em cada área um tempo de acampamento diferenciado, o que influi no processo de aprendizagem diferentemente, indicando que há um ritmo no processo que deve ser considerado na implementação das políticas, ou nos planos de desenvolvimento. As áreas 1 e 2 passaram apenas 3 meses acampadas, e logo tiveram a área definitiva decretada, e com um plano de desenvolvimento do assentamento voltado a coletivização. Já as áreas 3, 4 e 5 tiveram períodos de acampamento mais longos e, como tiveram áreas

emergenciais decretadas, isto fez com que a necessidade de se organizar coletivamente fosse não somente o resultado de um plano de desenvolvimento, mas uma necessidade de organização da produção das famílias, para conseguir um resultado melhor do que conseguiriam individualmente. Até que saíssem as áreas definitivas, a produção era coletiva, organizada sob a forma de associação, e a experiência acumulada nesse período foi importante, tanto que é representativa a relação entre assentados sob alguma forma social de organização em relação e os demais. O tempo de experiência com o trabalho coletivo no período emergencial, de início pela necessidade, parece um indicador da opção de como se dará a organização da produção. Assim, na área 1, não há predisposição de se organizar a produção totalmente coletiva; vários experimentos foram vivenciados nesses 17 anos, mas o tipo parcialmente coletivo é o formato atual, e as cooperativas estão mais próximas de uma união de capital apenas, e cada vez mais individuais quanto ao trabalho. A área 2 é testemunha de um plano de desenvolvimento que não deu certo, fato que levou seus integrantes a uma forte resistência aos processos coletivos. Nas áreas 3, 4 e 5, onde o período em área emergencial obrigou a que as famílias trabalhassem e permanecessem juntas por mais tempo, tanto pela estratégia produtiva, como para conquistar o restante da terra, o resultado foi a consolidação de formas organizativas da produção. Nas áreas 3 e 4 existem grupos que não participam das cooperativas, mas são coletivos em capital e em trabalho. Já a área 6, que ainda apresenta-se como emergencial, não reproduziu a regra geral das demais áreas que foi o de permanecer coletivo na produção até que se arrecadasse toda a terra para decretação do assentamento definitivo, optando, depois da primeira experiência

coletiva, por cada um decidir o seu próprio rumo, o que significou que cada um escolheu entre ficar em grupo ou individual.

A explicação para este fato pode estar na composição da família e em outras fontes de renda. Os dados indicam que as famílias que preferem ficar individuais são mais maduras e tem maior número de integrantes em idade de trabalho (mais de 14 anos) e os chefes(as) de família já são aposentados, o que garante a essas famílias uma relativa autonomia em relação às demais. Isto na área 6 tem bastante peso.

Os sistemas de produção também contribuíram no arranjo das formas sociais. O fato de haver a adoção de sistemas altamente simplificados, monocultivos de milho e feijão, onde o uso da mecanização é complementar e necessário, os campos individuais somados se tornam grandes extensões de cultivo.

A matriz tecnológica adotada é de responsabilidade da assistência técnica do Estado, e a aquisição de máquinas faz parte do pacote tecnológico difundido. Para solucionar o problema da descapitalização, estimulou-se a compra conjunta de máquinas e implementos. Este é um outro elo para a existência de formas sociais na produção, o capital. E esta é a forma mais comum na Pirituba, em seus mais diversos momentos de existência. E é também a estratégia mais usada para garantir a produção individual.

O risco na adoção de sistemas de produção agrícola simplificado é maior para os 'individuais' do que para os 'sociais', pois em função da estratégia de divisão técnica do trabalho, os 'sociais' apresentam em seu sistema de produção

uma diversificação maior no que se refere ao sistema de criação e de cultivo, o que diminui os riscos inerentes as atividades agrícolas.

Está presente no discurso a proposta de um “novo jeito de produzir”, que teria uma base mais agroecológica, apresentando uma maior diversificação das culturas e maior autonomia dos assentados em relação a insumos externos ao sistema. Isto também implica em tornar os sistemas mais complexos, demandando mais conhecimentos por parte de quem o executa. Os dados mostraram que o uso da atual matriz está bastante difundido e os agroquímicos só não são utilizados quando há falta de capital para adquiri-los.

Na prática as medidas rumo a este ‘novo jeito de produzir’ são insipientes, mas poderá ser um fator que influirá no processo de organização da produção no futuro.

O déficit em trabalho e em máquinas é contornado com a ‘troca de serviço’ ou com a ‘contratação de serviço’, que são mediados pelo preço de mercado. Este fator é importante, pois através dele se estabelecem relações entre os ‘sociais’ e os ‘individuais’, e é responsável por um processo de diferenciação entre os assentados. De certa forma, como os valores pagos pelos serviços são mediados pelo mercado pode estar havendo uma exploração entre as partes, porque se estabeleceu um mercado de serviços onde as trocas não acontecem em pé de igualdade.

O trabalho é um dos componentes na adoção da forma social de organizar a produção. Os ‘sociais’ apresentam famílias mais jovens, e o juntar-se para produzir permite superar esta limitação, além de diminuir a penosidade do trabalho. Todos afirmam que a divisão técnica do trabalho cansa menos, pois

diminui a quantidade de trabalho por cada membro e com resultados semelhantes aos 'individuais'. Este fator está embutido no princípio da cooperação na produção expresso por MARX (1990). A compreensão de cada um com relação aos benefícios na cooperação influi em como se organiza o trabalho na produção e na adoção de formas sociais ou não. Esse fato não é isolado. Junto com o organizar-se socialmente para produzir existem as normas a serem construídas socialmente e sob as quais estarão todos. A vontade de estar sob essas normas, ou não, também será um motivador, maior ainda do que a 'penosidade no trabalho', principalmente quando considera-se a origem, ou a experiência anterior de cada um, pois as condições de trabalho anteriores eram piores, conforme declarado pelos assentados. Também está ligado à autonomia em decidir o que produzir e na distribuição dos resultados da produção. Estes são pontos evocados com frequência, pois o produzir coletivamente, implica em dividir com mais gente, e também, a tomada de decisão envolve o coletivo. O ser 'individual' implica em não dividir a produção e também em decidir sozinho, contribuindo com a realização do sonho da autonomia.

Por outro lado, as formas sociais de organizar a produção permitem um maior convívio social. Os arranjos são vários, de modo inclusive a contemplar os anseios da autonomia. Isto faz parte do processo organizacional do assentamento. Adotar formas parcialmente coletivas, ou apresentar somente equipamentos de posse coletiva são estratégias de garantir uma autonomia relativa, e manter fórum decisório contribui com a organização política do assentamento, visto que esses grupos acabam por discutir outros assuntos além da produção.

Os 'sociais' tem maior escolaridade. Portanto, esta opção pelas formas sociais de organizar a produção contribui para que as crianças permaneçam mais tempo na escola. Claro, que um fator fundamental é a infraestrutura para estudar, ou seja, transporte e escola no assentamento. Mas, por si só, não explica a diferença entre os grupos estudados. Em termos de aspirações ambos os grupos querem que seus filhos estudem, mas com certeza, os 'sociais' demandam trabalho dos filhos em menor intensidade que os 'individuais'. A participação em cursos é maior entre os 'sociais', e está relacionado com a forma de organização do trabalho, que libera mais tempo para poder participar deste tipo de atividade.

É inegável que há entre os 'sociais' uma maior predisposição a participar de atividades outras, direta ou indiretamente ligadas a produção, ou mesmo políticas. E, um dos aspectos relacionado com isto é a forma como se organiza o trabalho. Ou seja, onde há cooperação na produção, há também uma maior participação em atividades de cunho formativo, seja político ideológico, seja no campo da produção, através de cursos de especialização para atividades agropecuárias.

Para a organização política do assentamento, este tempo livre propiciado pela forma social de organizar a produção também é importante, pois garante que alguns assentados se dediquem especificamente a isso. Por outro lado, isto pode caracterizar-se como uma outra forma de diferenciação interna, ou seja, aqueles que sabem e os que não sabem. O processo de participar leva àqueles que participam a níveis diferenciados de consciência, e ao invés de ser um processo libertador pode ser um processo alienante cuja a base seja o poder. Através do conhecimento que se estabelece há um desequilíbrio na balança de poder.

A cooperação na produção é um elemento central sendo que a organização do trabalho e a união do capital são estratégias para o processo sócio organizacional do assentamento rural. E este é influenciado pelas aspirações e desejos de cada assentado, principalmente, no que se refere a autonomia. Esta aspiração está presente em todos aqueles que se dispuseram a enfrentar a ordem estabelecida e lutar pela terra. Ter a terra significa ter moradia, ter trabalho, ter liberdade. Mesmo que esta liberdade seja relativa, e isto é percebido no assentamento, em maior grau ou menor grau, pois há consciência que o assentamento está dentro da esfera do capitalismo. Isto se torna visível pelas opções políticas declaradas onde alguns acreditam em lutar para mudar a sociedade e outros querem mudar sua condição dentro do sistema. Isto nos remete a discussão dos projetos individuais de cada assentado e que compõe o projeto do assentamento influenciando nos processos de organização interna.

Não é possível compreender o assentamento sem ter a dimensão do universo pessoal, mas não é possível desconsiderar os elementos que são trazidos pelos diferentes atores externos ao assentamento, como o Estado, principalmente, através da assistência técnica; os sindicatos e o MST.

No processo, o capital social da comunidade vai ampliando a capacidade de interlocução interna e externa. E a aprendizagem contida na participação e na cooperação, somadas as aspirações e desejos de cada um, a formação política propiciada pela luta por terra são componentes do processo organizacional do assentamento. Estes elementos ao interagirem compõem o quadro que se encontra na Pirituba hoje e são responsáveis pela dinâmica social no assentamento.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma agrária. **Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistérios**. Ano 15 nº 2 maio/julho, 1985.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural*. in: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável** Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário/NEAD, 2000.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.
- ANDRADE, Maristela; PEREIRA, Carlos Alberto C. e NOBRE, Miriam. **Coletivização: Uma proposta para os camponeses. Primeiras interpretações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias trabalhadoras rurais para fins de reforma agrária**. São Paulo, 1989 (Mimeo)
- BARBOSA, Valéria Maria. *Reforma agrária em terras públicas: um projeto que deu certo?*. In: **Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar**/Leonilde Medeiros et.al. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- BARREIRA FILHO, Edenildo Baltazar. **Cooperativa – de espaço a território de gestão democrática: o caso da cooperativa de produção agropecuária de lagoa do mineiro (COPAGLAM) Itarema – CE**. Monografia apresentada ao CEACOOOP, Fortaleza:UnB/UNISINOS/ITERRA, 1999
- BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e FERRANTE, Vera L. S. Botta. **No Reino da Modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam** in: Os assentamentos de Reforma agrária no Brasil. Benício Schimdt et.al. (org.). Brasília:Ed Universidade de Brasilia, 1998.

BERGAMASCO, Sonia; BLANC-PAMARD, Chantal e CHONCHOL, Maria-Edy.

Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48 p.

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e NORDER, Luiz A. Cabello. **Estratégias Familiares e Organizativas: limites e controvérsias.** Campinas, São Paulo, 1996a. (Mimeo)

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996b. (coleção primeiros Passos nº 301).

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. *Assentamentos Rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização.* In: **Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar**/Leonilde Medeiros et.al. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e FERRANTE, Vera L. S. Botta. *Assentamentos Rurais: Caminhos e desafios da Pesquisa.* in: **Reforma agrária: Produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**/Adhemar Romeiro et.al. Orgs. Rio de Janeiro:Vozes/IBASE/FAO, 1994.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. et al. **Os Principais Fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Convênio FAO/INCRA, Brasília, 1998 (mimeo)

BOGO, Ademar. **Novo ascenso na organização da cooperação.** 1999. (Mimeo)

BOURDIEU, Pierre and WACQUANT, Loïc J. D. **An invitation to Reflexive Sociology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1992. 332 p.

BRUNO, R. e MEDEIROS, Leonilde S. *Reasons of the exit in rural settlements*.

Anais: XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 155

BULGARELLI, Waldírio. **O kibutz e as cooperativas integrais: ejidos – kolkhoses**. São Paulo:Livraria pioneira Editora, 1966. 109p.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras do MST**. Petropolis:Vozes, 1997

CAPRILES, René. **Makarenko o nascimento da pedagogia socialista**. série pensamento e ação no magistério V. 9. São Paulo: Editora Scipione, 1989. 183 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. *As Contradições internas no esforço de cooperação dos assentamentos de reforma agrária do MST (período de 1989-1999)*. in: **A evolução da Concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. Cadernos de Cooperação agrícola nº 08. CONCRAB:São Paulo, 1999

CARVALHO, Horácio Martins de. **Perspectivas da Cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária sob hegemonia do MST**. Curitiba, 2000. (mimeo)

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária**. 19 de junho de 2000. Online. www.nead.gov.br

- CHANPAGNE, Patrick et. al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1996. 243 p.
- CHAYANOV, Alexander. V. **La Organizacion de la unidad economica campesina**. Nueva Visión: Buenos Aires, 1974.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2000.
- COELHO, France M. G. e BOTELHO, Maria I. V. *Individual, collective and semi-collective: individual autonomy and collective reference*. **Anais**: do XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 154
- COLBORN, Theo; DUMANOSKY, Dianne e MYERS, John Peterson. **O futuro roubado**. Porto Alegre:L&PM, 1997. 354p.
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Situação do campo brasileiro e a reforma agrária**. 2000. (mimeo)
- CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Nossa Política para os assentamentos: a sociedade que queremos**. 1999a. (Mimeo)
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A evolução agrícola da Concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. Cadernos de Cooperação agrícola nº 08. São Paulo: Ed. Peres, 1999b. 39 p.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

Sistema Cooperativista dos Assentados. Cadernos de Cooperação agrícola nº 5. São Paulo: Ed Perez, 1997

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. Cadernos de Cooperação agrícola nº 4. São Paulo: Ed Perez, 1995

COUTO, Andréia Terzariol **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais: em busca do ajustamento entre tradição e modernidade.** Tese doutorado. Faculdade de engenharia Agrícola/UNICAMP, 1999.

DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura Familiar e desenvolvimento local.** Curitiba/PR, 1997. (Mimeo)

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

FAO – Food and Agriculture Organization. **Principais indicadores sócio-econômico dos assentamentos de reforma agrária.** Convênio FAO/INCRA, Brasília:FAO:MAARA, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis:Vozes, 2000. 319p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST : Formação e Territorialização.** São Paulo Hucitec, 1996.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1997. (biblioteca Básica) 254 p.

- FRANZ, Amélia. **A relação de integração nas agroindústrias dos assentamentos da COANOL**. Monografia apresentada ao CEACOOOP, São Paulo:UnB/UNISINOS/ITERRA, 1999.
- GOMES, Ramonildes A. e NOGUEIRA, Francisco R. B. *Analysis of life contradictions of the families in the São Gonçalo irrigation project, at the municipal district of Sousa, Paraíba*. **Anais:** XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 153
- GUIMARÃES, G.C. e FRANCIS, D.G. *Attitudes of traditional family producers concerning the families more recently settled i governamental ptojects, in Monte Carmelo, MG*. **Anais:** XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 155
- KUNZ, Marino F. Braun. **Intercooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa catarina e Paraná**. Monografia do CEACOOOP, Curitiba:UnB/UNISINOS/ITERRA, 1999.
- LAVORATTI, Cleide **A produção Familiar enquanto unidade organizacional: estratégias de reprodução dos agricultores de Itaiacoca – Ponta grossa/PR**. Dissertação de mestrado, Curitiba:UFPR, 1998
- LAZZARETTTI, Miguel A. *Collective action and producer's organization in agrarian reform settlement project*. **Anais:** do XXXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. 154 p.

- LEITE, Sergio. *O estudo dos assentamentos Rurais e os parâmetros da ciência econômica. in: Reforma agrária: Produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate*/Adhemar Romeiro et.al. Orgs. Rio de Janeiro:Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- LIMA, Mariléa B. de. *The popular knowlegde of the rural settlements. Anais: XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology* Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 154
- LOUREIRO, Maria Isabel **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. São Paulo: expressão Popular, 1999. 92 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: expressão Popular, 1999. 134 p.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Militância (Entrevista)**. in: Estudos avançados v.11 nº 31. São Paulo:Instituto de Estudos Avançados, 1997.
- MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da Cooperação: nos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. São Paulo:ANCA, 1994. 112 p.
- MARX, Karl. **Capital**. (v.1) England : Penguin, 1990 (Penguin Classics) 1141p.
- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os Sem Terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. 165p.
- MEDEIROS, L. L.; LUSTOSA, M. G. O. e YAAKOUB, M. C. *Organizatives process and agricultural quality of life in settlements. Anais: XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology* Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 155
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et. al. *The regional impacts of rural settlements: The rio de Janeiro case. Anais: XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia*

- Rural e X World Congress of Rural Sociology Rio de Janeiro:UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 161
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**, 16 de junho de 2000. Online. www.nead.gov.br
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/EFRRGS/CPDA, 1999. 279p.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et. al. (org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar** . São Paulo:UNESP, 1994. 329 p.
- MONTEIRO, Adalberto da Costa **O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de Promissão-SP: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado Faculdade de engenharia agrícola/ UNICAMP, 1996. 132p.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A Cooperação agrícola nos Assentamentos**. Cadernos de Formação nº 20 São Paulo:MST, 1993.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Elementos sobre a teoria da organização no Campo**. Cadernos de Formação nº 11 São Paulo:MST, 1986.
- NAVARRO, Zander. *Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo*. In: **A Reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stedile (org.) . Petrópolis, RJ : Vozes, 1997
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: confluência de formas de inserção social**. IX Congresso Brasileiro de Sociologia Porto Alegre,1999
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança de posição social de**

- assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis.**
Niterói: EDUFF, 1997. 436p.
- NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: questões Metodológicas** in:
Reforma Agrária maio/Dezembro/95 ABRA: Campinas/SP.
- OSTROM, Elinor **Governing the Commons: the evaluation of institutions for collective action** Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 280 p.
- PANZUTTI, Ralph **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: caso da Cooperativa dos agricultores da região de Orlândia.** São Paulo: ICA, 1997. 236 p.
- PAULA, Elder Andrade de et al. *Impacts of the rural establishments in the state of acre: economical dimensions, politicas and social.* **Anais:** XXXVIII congresso Brasileiro de Sociologia Rural e X World Congress of Rural Sociology Rio de Janeiro: UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 153
- PAULILO, Maria Ignez S. *Os assentamentos de Reforma agrária como objeto de estudo in:* **Reforma agrária: Produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate.** Romeiro, Ademar et. al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- PESSOA, Jadir de Moraes **A revanche camponesa,** Goiânia: Editora da UFG, 1999. 351p.
- PIMENTEL, Andréia E. Bueno. **A reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda: os casos da COCAMP e COPAVA.**
Dissertação de mestrado Universidade Federal de São Carlos, 2000

- PINASSI Maria Orlanda. **Entrevista concedida por João Pedro Stédile, Presidente do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** São Paulo UNESP/Botucatu, 1998. (Mimeo/Entrevista)
- PINHO, Diva Benevides **O cooperativismo nos meios capitalistas e socialistas: suas modificações e suas utilidades,** São Paulo: USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1961. (Boletim nº 250 cadeira de economia política e história das doutrinas econômicas nº 5)
- PLAZA, Orlando. **Economia campesina.** Desco; Lima/Perú, 1987.
- POLANYI, Karl **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro:Campus, 1980. 305 p.
- PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável.** São Paulo:Nobel, 1992
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996. 257p.
- QUEVEDO, José M. Garrido **Organização de pequenos produtores e assentados em Itaberá-SP: Análise de um processo de intervenção** Dissertação de mestrado Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, 1995.
- ROSIM, Luiz Henrique **Luta pela terra: a vontade do Estado e o querer dos trabalhadores** Retratos de assentamento, ano IV nº 6, Araraquara:NUPEDOR/UNESP. 1998.
- SORRENTINO, Marcos *Educação ambiental, participação e organizações ambientalistas.* in: **A terra gasta: a questão do meio ambiente,** Célia Cintrão Forghieri et. al. São Paulo: EDUC, s/d. 229p.

- STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petropolis/RJ; Vozes, 1997.
- TAVEIRA, Mariângela Ribeiro, **A política de assentamento desenvolvida pelo INCRA no Maranhão e suas consequências para a construção do cooperativismo alternativo**” Monografia apresentada no CEACOOOP Imperatriz do Maranhão: UnB/UNISINOS/ITERRA, 1999.
- THIOLLENT, Michel **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. Coleção Teoria e história v. 6. São Paulo: Editora Polis, 1987. 270p.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste**. In: Revista Brasileira d ciências sociais nº 18, ano VII Fev/92 ANPOCS Ed. Relume:Dumará.
- WOORTMANN, Klaas **“Com parente não se neguceia” O campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico v. 87 Brasília: UnB, 1990.
- WHITAKER, Dulce C. A. et. al. **A transcrição da fala do homem do campo: Fidelidade ou caricatura**. Cadernos de Campo ano II nº 3, 1995 Araraquara:YNESP/Progarma de Pós graduação em sociologia.
- ZIMMERMANN, Neuza.Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. In: **Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar**/Leonilde Medeiros et.al. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

ZIMMERMANN, Neuza.Castro. **Depois da terra, a conquista da Cooperação: um estudo do processo de organização num assentamento de reforma agrária.** Brasília Dissertação de mestrado/UnB, 1989